

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

Cibely Aguiar de Souza Sala

**Operações de retextualização como suporte  
à prática de copidescagem**

SÃO PAULO  
2024

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

Cibely Aguiar de Souza Sala

**Operações de retextualização como suporte  
à prática de copidescagem**

Trabalho final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em **Língua Portuguesa**, sob orientação do Prof. Dr. **João Hilton Sayeg de Siqueira**.

SÃO PAULO

2024

**Banca Examinadora:**

---

---

---

---

---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – processo número 88887.802070/2023-00.

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – process number 88887.802070/2023-00."

## AGRADECIMENTOS

A Deus, meu melhor amigo e orientador de minhas escolhas.

À minha família, cujo amor não consigo expressar em palavras. Especialmente às minhas filhas Lorena e Giovanna, que me motivam e me levam a querer ser uma pessoa melhor a cada dia. Lô, sua preocupação, seu amor incondicional e sua confiança em minha capacidade foram os maiores estímulos para eu não desistir, embora a vontade fosse essa em muitos momentos, dados o cansaço, o excesso de trabalho, a rotina cheia... Obrigada por confiar em mim e por me amar tanto! E você, Gi, que abriu mão de dias e noites com a mamãe para que eu pudesse concluir o que comecei. Desculpem as ausências... Amo vocês e tudo o que faço é por vocês.

Ao Maicon, meu companheiro de vida, viagens e desafios, que sempre me apoiou e me ajudou a superar desafios como este. Obrigada por acreditar em mim e por me mostrar que, apesar das adversidades, eu sou capaz de muito mais coisas do que posso imaginar. Sem seu amor e sem você em minha vida, nada disso seria possível.

À minha mãe que, com sua alegria, otimismo e devoção, sempre me motivou a continuar nos estudos, a perseguir meus sonhos e a cuidar de mim. A você, mãe, meu amor sem fim.

À minha irmã, Monique, e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos neste trabalho. Muito obrigada!

Um agradecimento também ao professor doutor João Hilton Sayeg de Siqueira que, com muita simplicidade, partilhou seu vasto conhecimento nos anos em que acompanhei suas aulas na PUC-SP. Agradeço os ensinamentos e a paciência. E agradeço, acima de tudo, por não ter desistido de mim, apesar de todos os obstáculos que se impuseram para a conclusão deste trabalho.

Meu agradecimento especial às professoras doutoras Andréa Pisan Soares Aguiar e Sueli Cristina Marquesi pelas contribuições na qualificação: os apontamentos, as indicações de leitura e o direcionamento de vocês foram fundamentais para a produção deste trabalho e refletem a seriedade com que conduzem a pesquisa acadêmica. Obrigada!

## RESUMO

SALA, C. A. S. **Operações de retextualização como suporte à prática de copidescagem.**

**Introdução:** Este trabalho situa-se na linha de pesquisa Texto e discurso nas modalidades oral e escrita do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem como tema de estudo a relação entre copidescagem e retextualização a partir de uma perspectiva sociocognitiva-interacional da linguagem. A base teórica é a Linguística Textual. **Objetivos:** Tem-se como objetivo mostrar como as operações de retextualização, articuladas aos princípios de textualidade, podem servir de suporte ao trabalho do copidesque, ampliando sua atuação. Além disso, também se objetiva analisar como a retextualização escrita-escrita é efetivada por meio das operações de eliminação, inserção, reformulação e substituição, bem como pelos princípios de textualidade, evidenciando, a partir da comparação de fragmentos que compõem o *corpus*, os efeitos de sentido que algumas alterações provocam. Para atingir os objetivos propostos, busca-se descrever algumas dessas operações no processo de retextualização de um artigo científico. **Material e Métodos:** O *corpus* do trabalho é composto de duas partes: a versão original do artigo científico “As hidrelétricas do rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação no Brasil”, publicada na revista *Ciência Hoje* em 2009, e sua versão retextualizada. O método é comparativo: compara-se a versão original do autor e sua versão final, para observar as operações de retextualização empregadas no processo de copidescagem. **Resultado:** Ao final da análise, confirma-se a hipótese de que o emprego das operações de retextualização, aliado aos princípios de textualidade, são suporte importante para a prática da copidescagem. Isso revela que as alterações promovidas pelo copidesque transcendem os limites gramaticais, da materialidade linguística, resultando em um texto mais efetivo do ponto de vista comunicacional. **Palavras-chave:** Linguística Textual. retextualização. princípios de textualidade. copidescagem. artigo científico. artigo de divulgação científica.

## ABSTRACT

SALA, C. A. S. **Textual operations as support to the practice of copyediting.**

**Introduction:** This study is part of the research line Text and discourse in oral and written modalities of the Postgraduate Studies Program in Portuguese Language at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) and has as its study theme the relationship between copyediting and retextualization from a socio-cognitive-interactive perspective of language. The theoretical basis is Textual Linguistics.

**Objectives:** The objective is to show how retextualization operations, articulated to the principles of textuality, can support the work of the copyeditor, expanding their role. Additionally, the aim is to analyze how written-written retextualization is carried out through operations of elimination, insertion, reformulation, and substitution, as well as through the principles of textuality, highlighting, through the comparison of fragments that make up the corpus, the effects of meaning that some changes provoke. To achieve the proposed objectives, some of these operations in the retextualization process of a scientific article are described. **Material and Methods:**

The *corpus* of the work consists of two parts: the original version of the scientific article "The Madeira River hydroelectric plants and the socio-environmental impacts of electrification in Brazil," published in the magazine *Ciência Hoje* in 2009, and its retextualized version. The method is comparative: the original version of the author is compared to the final version to observe the retextualization operations employed in the copyediting process. **Result:** At the end of the analysis, the hypothesis that the use of retextualization operations, combined with the principles of textuality, is an important support for the practice of copyediting is confirmed. This reveals that the changes made by the copyeditor go beyond grammatical limits, linguistic materiality, resulting in a more effective text from a communicational point of view.

**Keywords:** Textual Linguistics. retextualization. textuality principles. copydesk. scientific article. popular science article.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Possibilidades de retextualização .....	35
<b>Quadro 2</b> – Aspectos envolvidos nos processos de retextualização .....	37
<b>Quadro 3</b> – Modelo das operações textuais-discursivas na passagem do texto oral para o texto escrito .....	39
<b>Quadro 4</b> – Aspectos envolvidos no processo de retextualização escrita-escrita..	41
<b>Quadro 5</b> – Etapas da retextualização escrita-escrita.....	56

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	14
<b>1.1 Teorias do texto</b> .....	15
<b>1.2 Concepções de língua e texto</b> .....	19
<b>1.3 Considerações sobre leitura e compreensão</b> .....	21
<b>1.4 Princípios de textualidade</b> .....	24
1.4.1 Coesão textual .....	25
1.4.2 Coerência textual .....	26
1.4.3 Situacionalidade .....	27
1.4.4 Informatividade .....	27
1.4.5 Intencionalidade .....	28
1.4.6 Aceitabilidade .....	29
1.4.7 Intertextualidade .....	30
<b>1.5 Retextualização</b> .....	30
<b>1.6 Gêneros textuais</b> .....	43
1.6.1 Discurso acadêmico e discurso científico.....	44
1.6.2 Discurso de divulgação científica.....	45
1.6.2.1 <i>Artigo de divulgação científica</i> .....	48
<b>CAPÍTULO 2 COPIDESCAGEM</b> .....	50
<b>2.1 Copidescagem e retextualização</b> .....	50
<b>CAPÍTULO 3 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i></b> .....	60
<b>3.1 Categoria de análise e constituição do <i>corpus</i></b> .....	61
3.1.1 Caracterização do texto original: artigo científico.....	62
3.2.1 Caracterização da versão retextualizada: artigo de divulgação científica.....	63
<b>3.2 Análise das operações de retextualização no <i>corpus</i> em articulação com os princípios de textualidade</b> .....	67
3.2.1 Operação de eliminação.....	69
3.2.2 Operação de inserção.....	72
3.2.3 Operação de reformulação.....	82
3.2.4 Operação de substituição.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88

**REFERÊNCIAS** .....91  
**ANEXOS** .....95

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Partindo do tema copidescagem e retextualização, tem-se a expectativa de que este estudo possa ser útil não só a estudantes e professores de Língua Portuguesa, mas também àqueles que empreendem a tarefa de se debruçar sobre textos para copidescá-los.

Para embasar esta pesquisa, tem-se como subsídio teórico a Linguística Textual, sobretudo a fase das Teorias do texto, com os estudos de Koch (1997; 2003b; 2023), Fávero (1995), Fávero e Koch (2009), bem como as contribuições de Beaugrande e Dressler (1981) e Beaugrande (1997) quanto aos princípios de textualidade. A retextualização, conceito da Linguística Textual, também fundamenta as discussões. Para isso, retomam-se os estudos de Travaglia (2003), Matencio (2002; 2003), Dell'Isola (2007), Marcuschi (2008a) e Dikson (2018; 2019).

Pensando na atividade de copidescagem, as perguntas a que se pretende responder são:

- como as operações de retextualização analisadas no *corpus* ampliam a prática de copidesque?
- quais foram as implicações de sentido decorrentes da retextualização realizada?

O objetivo geral é mostrar como as operações de retextualização, articuladas aos princípios de textualidade, podem auxiliar o trabalho do copidesque para que as alterações propostas pelo profissional não se situem no âmbito puramente linguístico, ou seja, na superfície do texto, como correções ortográficas ou de normalização.

O primeiro objetivo específico é descrever algumas operações de retextualização envolvidas no processo de retextualização de um texto escrito para outro texto escrito, mais especificamente, no artigo “As hidrelétricas do rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação no Brasil”, cuja versão original do autor, encaminhada à revista *Ciência Hoje*, e sua versão retextualizada constituem o *corpus* desta pesquisa. Como será detalhado, pensando em termos de gênero textual, o artigo original era um artigo científico que, após a retextualização, passou a configurar um artigo de divulgação científica. Esse artigo foi publicado na revista

citada em 2009, um ano após o início da construção das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, município de Porto Velho (RO).<sup>1</sup>

O segundo objetivo específico é analisar como a retextualização é efetivada por meio de operações de retextualização articuladas aos princípios de textualidade, evidenciando, a partir da comparação entre texto original e texto final, os efeitos de sentido provocados por essas alterações.

Quanto à sua organização, esta dissertação está dividida em três capítulos, além das Considerações iniciais, das Considerações finais e das Referências: *Fundamentação teórica, Copidescagem e Análise do corpus*.

O primeiro capítulo inicia-se com a fundamentação teórica da pesquisa, a Linguística Textual, especificamente a terceira fase, com base nos trabalhos de Koch (1997; 2003b; 2023), Fávero (1995), Fávero e Koch (2009), Bentes (2007), Marcuschi (2008b), Travaglia (2003). Na sequência, são definidos os conceitos de língua e texto, assumindo-os de uma perspectiva sociocognitiva-interacionista, ao que seguem algumas considerações sobre leitura e compreensão, esta entendida como indispensável ao processo de retextualização. Em seguida, destacam-se as contribuições de Beaugrande e Dressler (1981) e Beaugrande (1997) para os estudos acerca da textualidade, sendo especificados os princípios de textualidade que participam da constituição de um texto como tal: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade. Depois, é abordada a retextualização, conceito da Linguística Textual retomado, sobretudo, com base nos estudos de Travaglia (2003), Matencio (2002; 2003), Dell'Isola (2007), Marcuschi (2008a) e Dikson (2018; 2019). Focam-se, nesse tópico, as operações de retextualização trabalhadas por Marcuschi (2008a). Por último, considerando a relevância do gênero, sobretudo porque a retextualização do texto original resultou em um texto final de outro gênero, realizam-se discussões não só sobre o conceito de gêneros textuais, mas também sobre as especificações dos discursos acadêmico, científico e de divulgação científica.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa de mestrado é uma ampliação do trabalho pós-graduação *lato sensu* em Docência da Língua Portuguesa concluído em julho de 2010 no Instituto Superior de Educação Vera Cruz. O *corpus* foi usado nesta pesquisa dada a relevância do estudo na ocasião, do qual resultaram a participação como palestrante no III Fórum Nacional sobre a Formação e a Atuação Profissional do Revisor de Textos: Mediação Editorial, Letramento e Mercado, na Universidade Federal de São Carlos (2017), e a publicação do capítulo "Estratégias de retextualização: do artigo científico ao artigo de divulgação científica", na obra *Mediação editorial: o que é? quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis*, organizada pelas professoras Luciana Salazar Salgado e Ana Elisa de Arruda Penteadó (2018).

No segundo capítulo, apresentam-se algumas considerações sobre copidescagem. Nesse capítulo, promove-se uma discussão acerca da copidescagem, situando a atividade de copidesque e estabelecendo seu paralelo com a retextualização. Evidencia-se que, ao articular os princípios de textualidade com algumas operações de retextualização, a atuação do copidesque transcende os limites linguísticos, resultando em uma intervenção mais eficiente nos textos do ponto de vista comunicacional.

No terceiro capítulo, explica-se que as operações de eliminação, inserção, reformulação e substituição constituem a categoria de análise do *corpus*, tendo-se como suporte os princípios de textualidade. Em seguida, detalha-se a constituição do *corpus*, explorando algumas características constitutivas tanto do artigo científico quanto do artigo de divulgação científica. É feita uma descrição do ponto de vista sócio-pragmático e discursivo, em que são analisadas as condições de produção, de circulação e de recepção desses textos, destacando-se os interlocutores, o suporte, a função social e o propósito dos textos. Por último, tem-se a análise propriamente dita, explorando-se as operações de retextualização nos fragmentos que constituem o *corpus*.

Ressalte-se que, nesta pesquisa, admite-se o texto como “evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (Beaugrande, 1997, p. 10). Por isso, considera-se que a copidescagem não é uma atividade restrita aos aspectos linguísticos, mas envolve questões de ordem *cognitiva*, por mobilizar uma série de conhecimentos para se compreender o texto a ser copidescado; *sociohistórico e cultural*, por envolver sujeitos situados sociohistoricamente, bem como pelo fato de sujeito e texto estarem situados em um contexto, em dada situação de comunicação; *interacional*, por envolver não só a interação entre sujeitos, mas também a interação texto-sujeito, por meio da qual se constroem sentidos, partindo da premissa de que os sentidos não existem no texto *per se*.

Assim, considerando o texto como lugar de interação, o copidesque, por meio da apropriação de operações de retextualização em articulação com os princípios de textualidade, vai aprimorar o texto e produzir sentidos que sejam coerentes com a situação comunicativa, a fim de que atenda os objetivos do autor e seja eficiente do

ponto de vista comunicativo. Por isso, considera-se também que a retextualização não está circunscrita apenas ao plano textual, mas está no plano do discurso.

## CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórica deste trabalho é a Linguística Textual, ramo da Linguística que surgiu na segunda metade da década de 1960 e cujo objeto de estudo é o texto.

De acordo com Bentes (2007), Koch e Marcuschi são considerados representantes da primeira geração de linguistas que propuseram o texto como unidade de estudo linguístico. Segundo aponta, ambos foram pioneiros na abordagem do texto como uma unidade significativa de análise na linguística, rompendo com a tradição estruturalista que focava principalmente os níveis fonético, morfológico, sintático e semântico da linguagem.

Ao considerar o texto como unidade de estudo linguístico, Koch e Marcuschi contribuíram para o desenvolvimento da Linguística Textual. Suas pesquisas e reflexões ajudaram a consolidar a importância da análise textual e discursiva no campo da Linguística, destacando a relevância do texto como objeto de investigação central para compreender a linguagem em uso e as práticas comunicativas humanas.

A definição dada por Marcuschi na década de 1980 acerca do que é Linguística Textual e qual seu objeto, em um dos livros inaugurais dos estudos da Linguística do texto no Brasil,<sup>2</sup> permanece atual e serve para iniciar as reflexões:

Proponho que se veja a Linguística do Texto, mesmo que provisória e genericamente, como **o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais**. Seu tema abrange a coesão superficial ao nível dos constituintes linguísticos, a coerência conceitual ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas. (Marcuschi, 1983 *apud* Koch, 2003a, p. 86 – destaque do original)

Ao reproduzir essa conceituação, Koch (2003a) justifica que ela permanece válida, fazendo apenas três ressalvas: acrescenta às “operações linguísticas e cognitivas” citadas as operações discurso-argumentativas; destaca que a coesão

---

<sup>2</sup> No Brasil, os dois primeiros livros na área foram lançados em 1983: *Linguística Textual: Introdução*, de Fávero e Koch, e *Linguística de texto: o que é e como se faz*, de Marcuschi.

não é estritamente linguística; reforça que a separação entre semântico e pragmático, de um ponto de vista sociocognitivo, discurso e interacional, é pouco viável. Para a autora, uma das mais respeitadas na área, essa é a definição mais completa e apropriada de Linguística Textual.

No decorrer de sua história, a Linguística Textual passou por diversas fases de desenvolvimento, cada qual marcada por diferentes conceitos e abordagens teóricas. Como aponta Bentes (2007), é importante lembrar que não há consenso de que houve uma cronologia na passagem de um momento para outro, embora se possa notar um alargamento gradual quanto ao seu objeto análise. Assim, é possível identificar três fases, entre as quais interessa a este estudo a terceira: Teorias do texto.

### 1.1 Teorias do texto

O início dessa fase é marcado pela chamada virada pragmática. Trata-se de um momento em que a perspectiva pragmática começa a conquistar espaço nas pesquisas relativas ao texto, despontando as teorias de base comunicativa. Nesse momento, portanto, ganha relevância a dimensão pragmática do texto atrelada à sua função social. Como afirma Bentes,

o texto passa a ser estudado dentro de seu **contexto** de produção e a ser compreendido não como um produto acabado, mas como um processo [conforme concepção de Heinemann e Viehweger, explicada adiante], resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas. (Bentes, 2007, p. 261 – destaque nosso)

Considerando esse entendimento, parte-se para a elaboração de teorias do texto, cuja preocupação era articular o texto ao seu *contexto* comunicativo-situacional.

Para Koch (1997, p. 70), contexto é o “conjunto de condições – externas ao texto – da produção, recepção e interpretação dos textos”, sendo construído na própria interação. Na perspectiva de Marquesi (2017), endossando o posicionamento de Adam (2011 *apud* Marquesi, 2017, p. 280), o contexto “não é um dado situacional exterior aos sujeitos, mas, sim, uma realidade ao mesmo tempo histórica e cognitiva”. Não sendo exterior aos sujeitos e à comunicação, é entendido como algo que entra na construção de sentido dos enunciados.

Dessa maneira, considerando a relevância do contexto, o texto passou a ser entendido como ação que acontece “em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente” (Koch, 2023, p. 43).

Ressalte-se que um dos grandes responsáveis pela virada pragmática foi Van Dijk, sobretudo no início da década de 1980. Segundo ele, a coerência textual é estabelecida considerando a interação dos interlocutores, além de suas crenças, preferências, valores e normas.

Van Dijk também foi um dos pioneiros na introdução de questões cognitivas no estudo da produção, compreensão e funcionamento dos textos (Koch, 2023). Como consequência, passa-se a considerar que toda ação é acompanhada de processos de ordem cognitiva e que é necessário, àquele que age, dispor de modelos mentais de operação e tipos de operação. Com isso, os estudos do texto ganharam uma nova orientação, como afirma Koch (2023, p. 34):

o texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividade da vida social e têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso. Assim, eles já trazem para a situação comunicativa determinadas expectativas e ativam dados conhecimentos e experiências quando da motivação e do estabelecimento de metas, em todas as fases preparatórias da construção textual não apenas na tentativa de traduzir seu projeto em signos verbais (comparando entre si diversas possibilidades de concretização dos objetivos e selecionando aquelas que, na sua opinião, são as mais adequadas), mas certamente também por ocasião da atividade de compreensão de textos.

Assim, nesse momento, conhecido como virada cognitivista, o texto passa a ser compreendido como unidade cognitiva, entendendo-se que os sujeitos têm armazenados na memória modelos cognitivos de textos, os quais possibilitam identificá-los, por meio da padronização de sua organização, e produzir novos.

Concebendo o texto como processo, os linguistas alemães Heinemann e Viehweger (1991 *apud* Koch, 2003b; 2023) definem três sistemas de conhecimento responsáveis pelo processamento textual: o linguístico, o enciclopédico e o interacional.

### **Conhecimento linguístico**

Conhecimentos do léxico e da gramática. Responde pela “organização do material linguístico na superfície textual, pelo uso dos meios coesivos que a língua

nos põe à disposição [...], pela seleção lexical adequada ao tema e/ou aos modelos cognitivos ativados” (Koch, 2003b, p. 32).

### **Conhecimento enciclopédico, semântico ou de mundo**

Refere-se a informações armazenadas na memória de cada indivíduo. Engloba dois tipos de conhecimento: o **conhecimento declarativo**, ou seja, que resulta da experiência (empírico) e de uma aprendizagem mais formal (acadêmico); e o **conhecimento intuitivo**, que está estruturado em modelos cognitivos,<sup>3</sup> isto é, estruturas complexas de conhecimentos que representam nossas experiências em sociedade. Tais modelos contêm representações sobre eventos e cenas, bem como modos de agir em situações específicas e de executar dadas atividades, o que configura nosso conhecimento procedural. Inicialmente, tais conhecimentos ficam armazenados na memória episódica, pois resultam das experiências diárias e são situados tanto espacial quanto temporalmente. Depois de várias experiências similares, esses modelos vão se generalizando, abstraindo-se as circunstâncias específicas (Van Dijk *apud* Koch, 2023), as quais, quando coincidem às de outros membros de um grupo, passam a compor a memória enciclopédica.

Conforme Koch (2023), é com base nesses modelos que se pode, por exemplo, fazer inferências para preencher lacunas na superfície textual e levantar hipóteses sobre um texto considerando seu título. As inferências são um tipo de estratégia cognitiva por meio das quais o leitor, considerando o contexto e a informação que consta no texto, “constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explicitada no texto” (Koch, 2023, p. 39).

### **Conhecimento interacional**

Trata-se da dimensão interpessoal da linguagem, isto é, da realização de ações por meio da linguagem. Divide-se em conhecimento ilocucional, comunicacional, metacognitivo e superestrutural.

- Conhecimento ilocucional: possibilita o reconhecimento dos objetivos de um falante/produtor de texto em determinada situação de interação.

---

<sup>3</sup> Os modelos cognitivos têm várias denominações, como esquemas, *frames*, modelos mentais, entre outros. Trata-se de conhecimentos determinados socioculturalmente.

- Conhecimento comunicacional: é representado pelos meios usados para se atingirem os objetivos almejados, como adequação do gênero textual à situação de comunicação e seleção de variante linguística adequada à situação comunicativa (Koch; Elias, 2009).
- Conhecimento metacomunicativo: refere-se aos meios utilizados para prevenir ruídos na comunicação, permitindo ao locutor “assegurar a compreensão do texto e conseguir a aceitação pelo parceiro dos objetivos com que é produzido” (Koch; Elias, 2009, p. 52). Isso pode ser feito pela introdução de apoios textuais, como parênteses, e pela realização de atividades de formulação textual, como paráfrases, correções, repetições, entre outros.
- Conhecimento superestrutural ou de modelos textuais globais: é o conhecimento que permite reconhecer um texto como pertencente a determinado gênero ou tipo.

De acordo com Heinemann e Viehweger (1991 *apud* Koch, 2023, p. 37), cada um desses sistemas de conhecimento corresponde a

um conhecimento específico sobre como colocá-lo em prática, ou seja, um conhecimento de tipo procedural, isto é, dos procedimentos ou rotinas por meio dos quais esses sistemas de conhecimento se atualizam quando do processamento textual. Este conhecimento funciona como uma espécie de “sistema de controle” dos demais sistemas, no sentido de adaptá-los ou adequá-los às necessidades dos interlocutores no momento de interação. Tal conhecimento engloba, também, o saber sobre as práticas peculiares ao meio sociocultural em que vivem os interactantes, bem como o domínio das estratégias de interação [...]. Concretiza-se através de estratégias de processamento textual [de ordem cognitiva, sociointeracional e textual].

Destaca-se, portanto, a relevância do conhecimento procedural e das práticas socioculturais dos interlocutores em uma situação real de comunicação, bem como a importância do domínio das estratégias de interação. Isso remete a uma perspectiva que considera tanto aspectos cognitivos quanto sociais na interação comunicativa.

Atualmente, essa perspectiva sociocognitiva e interacional guia os estudos em Linguística Textual. Os pesquisadores dessa linha investigam os fatores que atuam no processo de construção textual de sentido, entre os quais fenômenos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos, sociais, discursivos, enunciativos, cognitivos etc. (Souza, Penhavel, Cintra, 2017, p. 10). É graças a essa

articulação com outras áreas do conhecimento, promovendo a interface com outros saberes, que se afirma que a Linguística Textual é interdisciplinar.

## 1.2 Concepções de língua e texto

Língua e texto têm significados diferentes a depender da perspectiva teórica adotada. Como aponta Marcuschi (2008b, p. 59), conforme as diferentes posições existentes, é possível ver a língua

- a) como forma ou estrutura – um sistema de regras que defende a autonomia do sistema diante das condições de produção (posição assumida pela visão formalista);
- b) como instrumento – transmissor de informações, sistema de codificação; aqui se usa a metáfora do conduto (posição assumida pela teoria da comunicação);
- c) como atividade cognitiva – ato de criação e expressão do pensamento típica da espécie humana (representada pelo cognitivismo);
- d) como atividade sociointerativa situada – a perspectiva sociointeracionista relaciona aspectos históricos e discursivos.

A primeira visão era assumida, por exemplo, por Saussure (2006), para o qual linguagem tem dupla essência, não sendo possível separar a língua (*langue*) da fala (*parole*) – embora a principal dicotomia saussuriana seja língua/fala. Segundo Saussure (2006), a língua independe do indivíduo, pois é um produto social e um conjunto de convenções que permitem o exercício da faculdade da linguagem.

Como mostram Koch e Elias (2009), na visão da língua como estrutura, ela é um sistema autônomo virtual, descontextualizada. Tem-se aqui um sujeito determinado pelo sistema.

Já na visão da língua como código, ela funciona como mero instrumento de comunicação. O texto, por sua vez, é entendido como “produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código utilizado” (Koch e Elias, 2009, p. 10).

Com os estudos acerca da cognição, houve mudança tanto na concepção de língua quanto na de texto: a língua passou a ser entendida como representação do pensamento, e o texto como “um produto – lógico – do pensamento (representação mental) do autor” (Koch e Elias, 2009, p. 10). Nesse sentido, caberia ao leitor apenas “captar” essa representação mental, juntamente com as intenções (psicológicas) do produtor, exercendo, pois, um papel passivo” (p. 10).

Na visão interacional (dialógica) da língua, que é a que interessa a este estudo, “os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto, considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores” (Koch e Elias, 2009, p. 10-11). Dessa perspectiva, “o sentido de um texto é construído na interação texto-sujeitos e não algo que preexista a essa interação” (Koch e Elias, 2009, p. 11).

Essa é a visão que prevalece na terceira fase da Linguística Textual, de cunho sociocognitiva-interacional, para a qual os textos são “elementos constitutivos de uma atividade complexa, [entendidos] como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante” (Heinemann *apud* Koch, 2023, p. 27). Ressalta-se, dessa forma, a importância da *intenção* e da *interação social* na definição do que é um texto.

Segundo Koch (2003b, p. 30):

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Portanto, o texto é entendido também como uma ação que acontece “em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente” (Koch, 2023, p. 43), sendo constituído no momento da interação. E é na interação, por meio da mobilização de fatores sociais, culturais, cognitivos e situacionais, que se constroem os sentidos para o texto. Como será detalhado a seguir, essa construção só é possível pelo processo de compreensão.

Assim, como apontam Aguiar e Marquesi (2021, p. 228),

o texto não é uma virtualidade, mas uma realidade, pois não se trata somente de um sistema formal, mas também de uma realização linguística em que os usuários da língua compartilham conhecimentos sobre o mundo e sobre a sociedade para, assim, construírem os sentidos necessários à compreensão do texto. Temos, assim, a articulação entre autor, leitor, texto e contexto.

Dentro dessa perspectiva,

pode-se conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais [...]. (Koch, 1997, p. 75)

Todas essas definições vão ao encontro do que Beaugrande (1997, p. 10) define como texto: um objeto sociointeracional, um “evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais”.

Para Travaglia (2003, p. 62), a definição de texto está diretamente relacionada à sua intenção comunicativa:

um texto é o resultado de uma intenção comunicativa que num dado momento, numa dada situação, num dado contexto, com um dado objetivo se concretizou verbalmente, se organizou sob a forma linguística. Sabemos que para que um texto seja texto é preciso constituir-se num todo significativo para quem lê ou ouve. A intenção comunicativa é assim textualizada.

Portanto, na visão sociocognitiva-interacional, que é a que prevalece hoje na Linguística Textual e orienta os estudos atuais nesse campo, incluindo esta dissertação, a língua é “uma forma específica de comunicação social, da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não linguísticas) do ser humano” (Koch, 2023, p. 28), de caráter essencialmente sociointeracional; o texto, por sua vez, constitui o lugar da interação, sendo os interlocutores sujeitos ativos que se constroem no texto e por ele são construídos em uma relação dialógica.

### **1.3 Considerações sobre leitura e compreensão**

Antes de refletir sobre a atividade do copidesque, é preciso responder à pergunta: o que é leitura? Segundo Koch e Elias (2009), a resposta a questões como essa pode ter várias respostas, a depender da concepção de sujeito, língua, texto e sentido que se adote. Cabe, então, fazer um breve retrocesso, relacionando o conceito de leitura às visões de língua e texto vistas anteriormente.

No momento em que a língua era entendida como instrumento para transmitir informações, compreendia-se a leitura como “atividade que exige do leitor o foco no texto, em sua linearidade, uma vez que ‘tudo está dito no dito’” (Koch e Elias, 2009, p. 10). Assim, caberia ao leitor apenas “reconhecer o sentido das palavras e estruturas do texto” (p. 10), como se ler equivalesse a decodificar.

Quando a língua passou a ser entendida como representação do pensamento, o leitor tinha um papel passivo. Naquele contexto, a leitura era compreendida como

a atividade de captação das ideias do autor, sem levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor, a interação autor-texto-leitor com

propósitos constituídos sociocognitivo-interacionalmente. O foco de atenção é, pois, o autor e suas intenções, e o sentido está centrado no autor, bastando tão-somente ao leitor captar essas intenções. (Koch e Elias, 2009, p. 10)

Como explicam Koch e Elias (2009), apenas no momento em que se passou a entender a língua de uma concepção sociointeracional é que a leitura adquiriu uma nova dimensão, entendida como

atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (Koch e Elias, 2009, p. 10)

Desse modo, a leitura começou a ser vista como uma atividade extremamente complexa, que mobiliza diversos saberes e conhecimentos por parte do leitor (Koch, 2003b; 2023).

A compreensão decorrente da leitura de um texto, portanto, não depende só dos “elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização”, como salientam Koch e Elias (2009, p. 57), mas de vários tipos de conhecimento, como o enciclopédico, de mundo, interacional etc.

De acordo com Kleiman (2004), essa compreensão fruto da leitura só é possível se houver conhecimento prévio, ressaltando que fazem parte desse conhecimento tanto o conhecimento linguístico quanto o textual. Assim, no processo de leitura, ambos devem ser mobilizados, entre os outros já citados.

Para a pesquisadora,

a compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de *conhecimento prévio*: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo da vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. É porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si que a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. (Kleiman, 2004, p. 13 – destaques da autora)

Logo, a compreensão pressupõe uma atividade ativa do leitor, que, na *interação* com o texto, vai produzir sentidos. Tal pressuposição alinha-se à visão interacional da língua, em que os sujeitos são ativos, construindo, dialogicamente, os sentidos possíveis do texto (Koch, 2023; Koch e Elias, 2009).

Com isso, reforça-se o entendimento de que “o sentido de um texto não existe *a priori*, mas é construído na interação sujeitos-texto” (Koch; Elias, 2009, p. 57). Além disso, e por isso, não existe o sentido do texto, mas *um* sentido, que será adequado ao contexto, ao tipo de interação, aos vários tipos de conhecimentos mobilizados pelo leitor e que interferem diretamente no modo como ele compreende um texto.

É por isso, também, que Marcuschi (2008b) entende que interpretar um texto não é decodificá-lo, uma vez que envolve a produção contínua de sentidos, que ocorrem na interação. Desse modo, pode-se afirmar que as interpretações variam de um leitor para outro, a depender de muitas variáveis.

Aguiar (2015, p. 3) complementa afirmando que compreender um texto também “demanda esforços para o estabelecimento de relações [...] com aspectos sócio-históricos”. Tal afirmação reforça a presença de um leitor historicamente situado, contextualizado, que lê o texto não só com os conhecimentos de que dispõe, mas de acordo com o contexto.

Esses aspectos são discutidos por Koch (2003b) quando trata das estratégias cognitivas, um dos tipos de estratégia de processamento textual e que consiste em estratégias de uso do conhecimento,

E esse uso, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes, o que permite, no momento da compreensão, reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou mesmo não desejados pelo produtor (Koch, 2023, p. 38).

Como indica a citação, a leitura também é atravessada por crenças e valores. Isso pode mostrar que, ao ler um texto, considera-se não o que está escrito, mas o *modo* como se consegue ler. A própria origem do termo “ler”, do latim *legere*, que significa “eleger”, remete a essa acepção: ao ler qualquer texto, cada leitor percorre um percurso significativo próprio, isto é, “elege/escolhe” do texto aquilo que vai ler. Essas escolhas são condicionadas pelos fatores especificados e interferem diretamente na compreensão dos textos, como tipos de conhecimento, objetivos, contexto, motivações, intenções, crenças, valores etc.

Koch (2003b) também toca em outro ponto relevante quando se fala em leitura: a importância de procurar recuperar a *intenção* do autor. Embora, no trecho, ela trate da possibilidade de construir outros sentidos, mesmo “não previstos”,

entende-se, na esteira de Travaglia (2003), que a compreensão está estruturada na “busca da *intenção comunicativa* do autor do texto original” (2003, p. 69 – destaques da autora). Assim, como já afirmado anteriormente, a compreensão passa pela reconstrução de sentido a fim de buscar a intenção comunicativa pretendida pelo autor, a qual deve ser preservada no texto retextualizado.

Relativamente à construção de sentidos de um texto, uma das estratégias cognitivas de que o leitor lança mão é a inferência. Segundo Aguiar (2015, p. 57), trata-se de uma operação

por meio da qual o interlocutor estabelece uma relação não explícita entre elementos presentes em um texto e os sistemas de conhecimento, por exemplo, o conhecimento linguístico, o enciclopédico e o interacional, os quais são acionados quando articulamos as informações que estão na superfície textual com aquelas que estão estocadas em nossa memória.

De todo o exposto, pode-se concluir que a compreensão de um texto e a atribuição de sentidos a ele dependem, em grande parte, dos conhecimentos que cada leitor tem e da forma como esses conhecimentos são ativados e utilizados na interação.

Além disso, sabendo que o processamento textual envolve aspectos linguísticos, sociais, cognitivos e pragmáticos/interacionais, tem-se como consequência que um mesmo texto tem múltiplas leituras, retificando o que já se afirmou anteriormente.

Todas essas considerações acerca do processamento textual e das noções de língua e texto são relevantes porque evidenciam que a atuação dos profissionais que lidam com o texto vai variar de um para outro, dependendo das múltiplas variáveis indicadas.

#### **1.4 Princípios de textualidade**

Em 1981, na obra *Introduction to text linguistics*, Beaugrande e Dressler propõem sete “critérios” de textualidade: coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade e intertextualidade. Com base nesses critérios, definem textualidade como “o que faz com que o texto seja um texto” (1981, p. 11).

Em 1997, na obra *New foundations for a science of text and discourse*, Beaugrande atualiza a expressão “critérios de textualidade”, passando a adotar o

termo “princípios”, em vez de “critérios”. Segundo Marcuschi (2008b, p. 97), isso teria ocorrido pelo fato

de não se admitir que esses aspectos funcionem como “leis” linguísticas, já que são apenas critérios que, no caso de sua ausência, não impedem que se tenha um texto. O texto, quando considerado como unidade, é uma unidade de sentido e não unidade linguística.

Assim, entende-se que os princípios de textualidade não se restringem a aspectos linguísticos, mas englobam aspectos sociais, cognitivos e a situação comunicativa.<sup>4</sup>

Com relação aos princípios de coesão e coerência, para Beaugrande e Dressler (1981) seriam princípios internos, isto é, relacionados ao processamento da informação cognitiva, estando centrados no texto; os demais princípios seriam externos, ou seja, relacionados ao auditório e, portanto, centrados no usuário.<sup>5</sup> Posteriormente, essa divisão foi questionada (Koch, 2023), uma vez que, da perspectiva pragmático-cognitiva, todos os princípios estão centrados no texto e em seus usuários simultaneamente.

Como destaca Aguiar (2015, p. 51-52), os princípios de textualidade “concorrem para ligar texto e contexto, de modo que determinado evento comunicativo produza os efeitos desejados”. Fica a ressalva de que esses princípios funcionam conjuntamente para permitir a construção de sentidos, sendo especificados separadamente para fins de sistematização.

#### 1.4.1 Coesão textual

Define-se coesão como o modo pelo qual se interconectam os elementos linguísticos presentes na superfície textual, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências que veiculam sentidos (Koch, 2003b).

Para Halliday e Hasan (1976 *apud* Koch, 2023), haveria cinco formas de coesão: a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical. No entanto, elas foram questionadas e revistas, admitindo-se entre pesquisadores, dos quais se destaca Koch (2023), dois grupos de recursos coesivos: a coesão remissiva

---

<sup>4</sup> Koch (2023), por sua vez, chama esses princípios de “princípios de construção textual do sentido”.

<sup>5</sup> Em sua obra de 1997, Beaugrande assume posicionamento diverso do que concebera anteriormente, na obra escrita com Dressler (1981). Nesse momento, em vez de entender que os princípios de informatividade, situacionalidade e intertextualidade estariam centrados nos usuários, assume que estão vinculados à situação comunicativa.

e/ou referencial, que permite a referência, por meio de elementos linguísticos (de ordem gramatical ou lexical), a elementos textuais posteriores ou anteriores; e a coesão sequencial, que garante a continuidade do sentido, fazendo o texto progredir.

Koch (2003b) afirma ainda que embora a presença de recursos coesivos não seja uma condição necessária nem suficiente para a coerência, ela é bastante desejável em muitos casos, pois tais recursos melhoram a legibilidade de um texto e garantem uma interpretação mais uniforme.

#### 1.4.2 Coerência textual

Segundo Beaugrande e Dressler (1981), a coerência é definida como a maneira pela qual os elementos subjacentes à superfície textual constituem uma configuração veiculadora de sentidos. Considerada redutora, essa definição foi expandida, uma vez que

a coerência não é apenas um critério de textualidade entre os demais (e centrado no texto!), mas constitui o resultado da confluência de todos os demais fatores, aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva, como o conhecimento enciclopédico, o conhecimento compartilhado, o conhecimento procedural, etc. O que se tem defendido é que a coerência resulta de uma construção dos usuários do texto, numa dada situação comunicativa [...] (Koch, 2023, p. 52).

Conforme aponta Koch (2023), na primeira fase da Linguística Textual, a coesão às vezes era equiparada à coerência, por se entender que ambas eram propriedades do texto, e não construídas na interação entre texto e usuários. Foi na década de 1980 que se passou a postular que a coerência não é uma propriedade ou qualidade do texto em si, mas algo mais amplo, sendo construída na interação entre texto e usuários, dependendo de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional (Koch, 1997; 2003b).

Embora não esteja situada no texto, Koch (2003b) afirma que a coerência deve ser construída a partir do texto. Para isso, são considerados os recursos coesivos presentes na superfície textual, que têm a função de orientar o interlocutor na construção do sentido. E complementa:

Para que se estabeleçam as relações adequadas entre tais elementos e o conhecimento de mundo (enciclopédico), o conhecimento socioculturalmente partilhado entre os interlocutores e as práticas sociais postas em ação no curso da interação, torna-se necessário, na grande maioria dos casos, proceder a um cálculo, recorrendo-se a estratégias

interpretativas, como as inferências e outras estratégias de negociação do sentido. (Koch, 2003b, p. 53)

Na abordagem sociocognitiva e interacionista, a coerência é entendida como “uma construção ‘situada’ dos interlocutores” (Koch, 2023, p. 55).

#### 1.4.3 Situacionalidade

Por um lado, pensando a situacionalidade na direção da situação para o texto, ou seja, como a situação interfere na produção e na recepção de um texto, Koch (2023) faz referência ao contexto imediato da situação e seu entorno sócio-político-cultural. Assim, determinam-se escolhas, como o emprego de certa variedade linguística em detrimento de outra, o uso mais ou menos formal da linguagem etc.

Por outro lado, pensando a situacionalidade na direção do texto para a situação, ou seja, como um texto influencia uma situação, evidencia-se que o texto reflete a visão de mundo de seu produtor, conforme suas convicções, crenças, valores etc. Esse texto, por sua vez, será interpretado pelo interlocutor de acordo com suas próprias perspectivas e valores. Portanto, “há sempre uma *mediação* entre o mundo real e o mundo construído pelo texto” (Koch, 2023, p. 50 – destaque da autora).

Ao tratar desse princípio, Aguiar e Marquesi (2021) entendem que ele “diz respeito a aspectos que tornam um texto relevante em determinada situação comunicativa” (p. 230). Segundo as autoras, essa relevância é resultado não apenas “da ligação do texto com o mundo real, mas também da credibilidade de um dado texto em relação às perspectivas dos participantes de tal evento” (2021, p. 230).

Na situacionalidade, considera-se, portanto, quem escreve, para quem, com que objetivo. É nela que se define a situação comunicativa.

#### 1.4.4 Informatividade

Esse princípio de textualidade refere-se ao “grau de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada” e à “distribuição de informação no texto” (Koch, 2023, p. 50).

Sabe-se que quanto mais previsível é a informação que um texto traz, menos informativo ele é, sendo válida a relação inversa: quanto menos previsível, mais informações novas ele tem. Nesse sentido, um texto com baixa previsibilidade vai requerer do leitor mais esforço para sua compreensão (Koch, 2023; Aguiar e Marquesi, 2021).

Relativamente à distribuição de informação no texto, Koch (2023) destaca a necessidade de equilibrar informação dada com informação nova, evitando que um texto torne-se circular, por trazer apenas informações conhecidas, ou incompreensível, pela quantidade de informações novas. Essa distribuição é feita considerando que o texto se organiza por dois movimentos: o movimento de retroação, por meio da retomada da informação já dada e que serve de ancoragem para o outro movimento, e o de progressão, que introduz a informação nova.

#### 1.4.5 Intencionalidade

A intencionalidade é compreendida como os modos pelos quais os sujeitos utilizam os textos para efetivar suas intenções comunicativas, mobilizando recursos a fim de atingir os objetivos pretendidos. Segundo Koch (2023, p. 51), trata-se da “intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesa e coerente, ainda que esta intenção nem sempre se realize integralmente”.

Para Beaugrande e Dressler (1981), uma manifestação linguística é um texto se seu produtor tem a intenção de mostrá-la e o interlocutor tem a intenção de aceitá-la. Disso decorre a afirmação de que o princípio da intencionalidade está intimamente relacionado ao da aceitabilidade.

Portanto, a intencionalidade refere-se

ao esforço do produtor para elaborar uma mensagem que seja coerente e coesa, e que produza os efeitos de sentido pretendidos. Por parte do produtor sempre há a intenção de construir significados; por parte do interlocutor há o empenho para reconhecer o que foi produzido como algo que adquire significado em uma dada situação comunicativa. (Aguiar e Marquesi, 2021, p. 229)

Ressalte-se, por fim, que a finalidade da comunicação está situada na intencionalidade: ao produzir um texto, tem-se um objetivo específico, como informar, expressar emoções, persuadir etc. Essa intencionalidade influencia as escolhas durante a produção do texto e determina o impacto que ele terá sobre seu receptor.

#### 1.4.6 Aceitabilidade

Considerando o Princípio de Cooperação que rege a comunicação humana (Grice *apud* Koch, 2023, p. 51), diz respeito à anuência do parceiro na interlocução, entendida como um processo dinâmico e colaborativo no qual os interlocutores atuam de forma ativa na construção do sentido do texto. Em outros termos, refere-se à postura/disposição dos interlocutores de aceitar “a manifestação linguística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles alguma relevância” (Koch, 2023, p. 51). Assim, ainda que existam incoerências locais no texto, ou mesmo que ele pareça incoerente, o leitor fará o possível para atribuir-lhe um sentido.

Complementando a ideia de aceitabilidade, Koch (2023) reforça que toda enunciação<sup>6</sup> deve ser formulada adequadamente, a fim de garantir que o enunciatário não só reconheça a intenção do enunciador, mas também a aceite:

Para que este [objetivo] seja alcançado, faz-se necessário assegurar ao enunciatário as condições essenciais para que reconheça a intenção e realize o objetivo visado. Para tanto, o enunciador realiza atividades linguístico-cognitivas com o intuito de garantir a compreensão e estimular, facilitar ou causar a aceitação. Da parte do enunciatário, é preciso que ele compreenda o objetivo fundamental do enunciador, o que depende da formulação adequada da enunciação, para que se decida a aceitar (ou não) colaborar na realização de seu objetivo e mostrar a reação desejada (Koch, 2023, p. 30-31)

#### 1.4.7 Intertextualidade

Ao tratar desse princípio, Koch retoma Barthes (1974 *apud* Koch, 2003b, p. 59), para quem “todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis”. Isso significa que “todo texto é um objeto heterogêneo” (Koch, 2003b, p. 59), no qual estão presentes outros textos que o precederam e com os quais dialoga, em maior ou menor grau. Essa relação pode ser de retomada, oposição, alusão. Além disso, pode ser explícita, quando há citação direta da fonte do intertexto, ou implícita, sem citação expressa da fonte.

---

<sup>6</sup> Enunciação é o ato de realização concreta da expressão linguística por parte de um sujeito em dado contexto comunicativo. Envolve fatores como a intenção do falante, a situação (o momento e o lugar em que a enunciação ocorre), o interlocutor, entre outros elementos.

A intertextualidade, portanto, refere-se “às maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos” (Koch, 2023, p. 51). Logo, quanto a esse princípio, pode-se afirmar que a compreensão de um texto vai depender do conhecimento que o leitor tem dos textos a que se faz referência, direta ou indiretamente, e das relações que consegue estabelecer para construir significados.

### 1.5 Retextualização

Buscando uma visão mais abrangente do trabalho do copidesque, neste estudo é feita uma retomada do conceito de retextualização a partir de autores como Travaglia (2003), Matencio (2002; 2003), Dell’Isola (2007), Marcuschi (2008a)<sup>7</sup> e Dikson (2018; 2019). Apresenta-se com detalhes o trabalho de Marcuschi relativo às operações de retextualização, pelo fato de sua obra inaugurar os estudos dessa área no Brasil e ser subsídio teórico fundamental para esta dissertação, bem como o de Dikson (2018; 2019), que, partindo das operações de retextualização oral-escrito propostas por Marcuschi (2008a), realizou pesquisas sobre aspectos e processos de retextualização escrita-escrita.

A retextualização é uma área relativamente nova nos estudos da Linguística Textual, tendo começado a ganhar espaço na década de 1990, “voltada à produção, refacção, reescrita e transformação de textos orais e escritos, seja dentro do ambiente pedagógico da sala de aula, seja em outro *locus* sócio-histórico-cultural em que a interação entre sujeitos possa ocorrer” (Dikson, 2018, p. 504).

Neusa Travaglia foi quem empregou pela primeira vez o termo “retextualização”, em 1993, em sua tese de doutorado intitulada *Tradução numa perspectiva textual* – publicada em 2003. Naquele momento, a expressão foi utilizada como referência à atividade de tradução de uma língua para outra. Travaglia (2003) compreendia as operações de tradução como uma retextualização, entendendo que o processo envolve

todos os elementos que conferem textualidade a um texto e que foram acionados pelo produtor do texto original, com a diferença de que, manejando uma outra língua, o tradutor estaria de certa forma manejando

---

<sup>7</sup> A versão usada neste trabalho é de 2008, mas a primeira versão data de 2001.

outros elementos ou até os mesmos elementos sob perspectivas diferentes. (Travaglia, 2003, p. 63)

Isso significa que, com base em um texto original, um novo texto foi produzido, mas em uma língua diferente daquela originalmente concebido. E tal processo foi viabilizado a partir de uma reconstrução de sentido, operacionalizada pelo tradutor. Travaglia (2003, p. 68) complementa:

O que acontece na tradução é, desta forma, algo semelhante ao processo de produção de qualquer texto: o tradutor constrói o sentido a partir de um texto original; o sentido assim construído por ele transforma-se na sua intenção comunicativa; em seguida o tradutor planeja globalmente a tradução do texto levando em conta os elementos constitutivos da textualidade e buscando além disso estabelecer a coerência entre o original e a tradução e por fim realiza a fase por assim dizer concreta, palpável da retextualização, da “remise en text” [retornar ao texto], utilizando-se dos elementos que lhe oferece a língua com a qual está trabalhando. Traduzir supõe assim uma representação dos processos de produção de textos.

Entre outros aspectos, merece destaque no trabalho de Travaglia (2003) a importância atribuída à interpretação e, por consequência, à compreensão no processo de retextualização, ideia bem desenvolvida por Marcuschi e explicada mais adiante. A seu ver, a compreensão está estruturada na “busca da *intenção comunicativa* do autor do texto original [...] essa busca [...] nada mais é do que a *reconstrução do sentido* do texto” (2003, p. 69 – destaques nossos). Logo, a compreensão passa pela reconstrução de sentido com o objetivo de se buscar a intenção comunicativa pretendida pelo autor, que, ressalte-se, deve ser preservada no texto retextualizado.

Para a pesquisa em retextualização no Brasil, a obra de Marcuschi (2008a) é considerada um marco. Nela, o autor retoma e reinterpreta o termo “retextualização” empregado por Travaglia (2003), atribuindo-lhe um novo sentido: retextualizar é transformar um texto em outro, mas na mesma língua. Essa concepção é adotada por vários outros estudiosos que o sucederam, como Matencio (2002; 2003), cujo trabalho é exposto a seguir.

Indo ao encontro da definição de Marcuschi, Matencio (2002) afirma que retextualização é a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos já existentes, pressupondo que abrange “tanto relações entre gêneros e textos – o fenômeno da intertextualidade – quanto relações entre discursos – a interdiscursividade” (2002, p. 111).

Em seu estudo, a pesquisadora procura investigar os modos como se (re)textualiza, analisando, na materialidade textual, a manifestação de operações específicas:

(i) propriamente linguísticas, ou seja, de **organização da informação** – de *construção dos tópicos, de equilíbrio entre informações dadas/novas* –, de **formulação do texto** – de *modos de dizer* – e de **progressão referencial** – de *retomada de referentes e de remissão a referentes*, explícitos ou não; (ii) textuais, já que se referem aos **tipos textuais** através dos quais as sequências linguísticas dos textos ganham vida – tipo *narrativo, dissertativo, argumentativo, injuntivo* ou *dialogal* – e à superestrutura do gênero textual – seu *esquema global*; e (iii) discursivas, uma vez que remetem ao **evento de interação** do qual o texto emerge – tanto à construção do *quadro interlocutivo*, isto é, à assunção, pelos sujeitos, de lugares e papéis sociais, à delimitação de propósitos comunicativos e do espaço e tempo da interação, quanto aos *mecanismos enunciativos*, portanto à diafonia, à polifonia e à modalização. (Matencio, 2002, p. 111 – destaques da autora)

Tendo como referência, portanto, os estudos de Marcuschi (2008a), Matencio (2002) organiza as operações de retextualização em três grupos: linguísticas, textuais e discursivas. Em seu trabalho, exemplifica o tipo de alteração que cada operação abarca.

Assim, Matencio (2003, p. 4) define retextualização como

a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base, o que significa que o sujeito trabalha sobre as estratégias linguísticas, textuais e discursivas identificadas no texto-base para, então, projetá-las tendo em vista uma nova situação de interação.

É interessante notar que, para a autora, a retextualização, por produzir um novo texto, opera essencialmente “com novos parâmetros de ação da linguagem” (2002, p. 113). Segundo ela, trata-se

além de redimensionar as projeções de imagem dos interlocutores, de seus papéis sociais e comunicativos, dos conhecimentos partilhados, assim como de motivações e intenções, de espaço e tempo de produção/recepção, de atribuir novo propósito à produção linguageira (Matencio, 2002, p. 113).

Portanto, de sua perspectiva, toda retextualização envolve uma mudança de propósito, visão da qual se compartilha, como será exposto adiante.

Outro nome de destaque quando o assunto é retextualização é Dell’Isola (2007), para quem retextualizar é transformar “uma modalidade textual em outra, ou seja, trata-se de uma refacção e reescrita de um texto para outro, processo que envolve operações que evidenciam o funcionamento social da linguagem” (2007, p. 10).

Dell’Isola (2007), cujo foco de discussão é a retextualização escrita-escrita, estuda a retextualização em âmbito escolar, defendendo o ensino de gêneros

diversos por meio desse processo. Ela sustenta que, nas atividades de retextualização, devem ser consideradas as condições de produção, de circulação e de recepção de textos.

Para a autora, o processo de retextualização engloba algumas etapas, a saber: leitura; compreensão; identificação do gênero; retextualização; conferência; identificação das características do gênero-produto da retextualização; reescrita.

Nas etapas de leitura e compreensão, Dell'Isola (2007) afirma haver três variáveis a ser consideradas: o objetivo da retextualização; a relação tipológica entre o gênero do texto lido e o gênero do texto produzido; e os processos de formulação que são típicos de cada gênero.

A partir da leitura e compreensão do texto de partida, o aluno deverá considerar, pelo menos, três variáveis relevantes nesse processo de retextualização de gêneros textuais. São elas o propósito ou objetivo da retextualização; a relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização; os processos de formulação típicos de cada modalidade. (Dell'Isola, 2007, p. 43)

Essas variáveis retomam as levantadas por Marcuschi (2008a, p. 54), as quais interferem no processo de retextualização fala-escrita, como será explicado adiante. Portanto, Dell'Isola (2007) considera três entre as quatro variáveis – não considera a relação entre o produtor do texto original e o transformador, dado o contexto de sala de aula –, empregando-as em propostas de retextualização escrita-escrita. Com isso, reforça que as operações de retextualização são conscientes e guiadas por vários tipos de estratégia.

Mas antes de avançar no estudo da retextualização e suas operações, cabe abordar brevemente a relação entre retextualização e fenômenos assemelhados: reescrita, refacção e revisão.

Em sua obra, Marcuschi (2008a) destaca que, ao empregar o termo “retextualização”, apropria-se parcialmente do sentido que Travaglia lhe atribuiu, por considerar também a retextualização uma tradução. Ao fazer essa menção em nota de rodapé, ele acrescenta que poderia usar os termos “refacção” ou “reescrita”, empregados por Fiad e Mayrink-Sabinson na década de 1990 ao proporem o ensino da escrita “como uma aprendizagem do trabalho de reescritas” (2004<sup>8</sup>, p. 55). Partindo de uma proposta de reescrita em âmbito escolar, as pesquisadoras vão observar as características das mudanças efetuadas pelos alunos ao reescreverem

---

<sup>8</sup> A versão usada neste trabalho é de 2004, mas a primeira versão é de 1991.

seus textos: mudanças de natureza superficial, como mudanças ortográficas e correções gramaticais, e mudanças “mais profundas”, que remetem a maior clareza e organização do texto. Com relação ao segundo nível, as autoras falam em mecanismos de substituição de expressões ou construções, bem como mecanismos de inclusão e supressão.

Apesar da observação quanto ao possível emprego dos termos “refacção” ou “reescrita”, Marcuschi (2008a) afirma que eles não se confundem com retextualização, pois se referem a “mudanças de um texto *no seu interior* (uma escrita para outra, reescrevendo o mesmo texto) sem envolver as variáveis que incidem no caso da retextualização” (Marcuschi, 2008a, p. 46 – destaques nossos).

Posteriormente, Matencio (2002) retoma essa discussão e explica que retextualização e reescrita, do ponto de vista teórico-metodológico, distinguem-se sobretudo por sua natureza e propósito: enquanto a retextualização consiste em produzir um novo texto partindo de um texto preexistente, adaptando-o a um novo propósito comunicativo, a reescrita opera sobre um mesmo texto para transformá-lo. Isso significa que a reescrita não produz um novo texto, mas, sim, uma nova versão do mesmo texto.

Quanto à refacção, Matencio (2002) faz referência a esse processo em uma nota de rodapé, indicando que envolve a reescrita/revisão de textos produzidos por alunos em situações de sala de aula.

Relativamente à distinção entre reescrita e revisão, Matencio (2002) pontua que, nas práticas escolares, frequentemente a reescrita tem natureza idêntica à da revisão. Segundo demonstra, a reescrita, em tais práticas, geralmente está limitada a atividades em que o aluno retoma o próprio texto para aperfeiçoá-lo. No âmbito escolar, portanto, trata-se da “atividade na qual, através do refinamento dos parâmetros discursivos, textuais e linguísticos que norteiam a produção original, materializa-se uma nova versão do texto” (2002, p. 112).

D’Andrea e Ribeiro (2010, p. 66), por seu turno, defendem que “a reescrita, diferentemente [da retextualização], só poderia ocorrer do escrito para o escrito. Dessa distinção, pode-se propor que toda retextualização é reescrita, mas nem toda reescrita gera uma retextualização”. Quanto à refacção, entendem que “certamente, o propósito da refacção (de refazer, um verbo também abrangente, bem mais do que

reescrever) orienta as operações empreendidas no texto assim como as relações tipológicas no gênero” (D’Andrea e Ribeiro, 2010, p. 67).

Portanto, na reescrita, que só opera no plano escrita-escrita, não se trata da produção de um novo texto, mas de uma nova versão do mesmo texto; logo, não há mudança no propósito comunicativo. A refacção, por sua vez, engloba a reescrita, mas não é tão ampla.

Feitas essas breves considerações acerca das imbricações entre os conceitos de refacção, reescrita, revisão e retextualização, retoma-se o foco principal deste tópico: as operações de retextualização propostas por Marcuschi.

Marcuschi (2008a) evidencia que ações de retextualizar são realizadas cotidianamente, em situações comuns como contar a um amigo sobre uma notícia lida em um jornal, escrever um bilhete a um familiar para descrever algum fato ouvido, anotar por escrito exposições orais do professor, entre outras. “Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra” (Marcuschi, 2008a, p. 48).

Como já dito, ele retoma o conceito de retextualização empregado por Travaglia (1993) e reinterpreta-o: para o autor, retextualização é também uma “tradução”, mas de uma modalidade para outra, em uma mesma língua. Trata-se, ainda, de “um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido” (2008a, p. 46).

Ao abordar a retextualização, Marcuschi (2008a) traz sugestões para a análise e o tratamento da retextualização na passagem da fala para a escrita, preocupação central do seu trabalho. Entretanto, como evidencia o Quadro 1, existem quatro possibilidades de retextualização: fala-escrita; fala-fala; escrita-fala; escrita-escrita.

#### Quadro 1. Possibilidades de retextualização

1. <i>Fala</i>	→	<i>Escrita</i> (entrevista oral	→	entrevista impressa)
2. <i>Fala</i>	→	<i>Fala</i> (conferência	→	tradução simultânea)
3. <i>Escrita</i>	→	<i>Fala</i> (texto escrito	→	exposição oral)
4. <i>Escrita</i>	→	<i>Escrita</i> (texto escrito	→	resumo escrito)

Fonte: Marcuschi (2008a, p. 48).

De acordo com Marcuschi (2008a, p. 54 – destaques do autor), quatro variáveis interferem no processo de retextualização fala-escrita. São elas:

- o *propósito* ou objetivo da retextualização;
- a *relação entre o produtor do texto original e o transformador*;
- a *relação tipológica* entre o gênero textual original e o gênero da retextualização;
- os *processos de formulação típicos* de cada modalidade.

Com relação ao propósito, Marcuschi evidencia que, “dependendo da finalidade de uma transformação, teremos uma diferença bastante acentuada no *nível da linguagem* do texto” (2008a, p. 54 – destaques do autor), chamando a atenção para o fato de a retextualização não ser indiferente ao objetivo ou propósito de um texto. Em síntese, o propósito seria a finalidade da transformação.

Quanto à relação entre o produtor original e o transformador, ele reforça que “um texto pode ser refeito pela mesma pessoa que produziu o original ou por outra” (2008a, p. 54), o que implicará mudanças mais ou menos complexas, na medida em que o autor tem mais liberdade para mexer no próprio texto do que um terceiro, que tende a preservar mais o conteúdo.

Relativamente à relação tipológica, Marcuschi (2008a) mostra que as modificações em um texto tendem a ser mais significativas quando se transforma um gênero em outro, se comparado às modificações que seriam feitas na passagem de textos em modalidades diferentes, mas no mesmo gênero.

Com relação aos processos de formulação, remetem a “estratégias de produção textual vinculadas a cada modalidade” (Marcuschi, 2008a, p. 54-55). Por exemplo, quando se escreve um texto, é possível corrigi-lo e não deixar vestígios de correção na versão final; no caso da fala, essa neutralização só pode ser feita pela metalinguagem, em que a correção acaba fazendo parte do texto oral. Trata-se da variável mais complexa, segundo o pesquisador.

Logo, ao considerar essas variáveis, defende que “as operações de textualização na passagem da fala para a escrita são atividades *conscientes* que seguem os mais variados tipos de estratégias” (Marcuschi, 2008a, p. 55 – destaque do autor).

Embora situadas no âmbito da retextualização oral-escrito, é possível ampliar a compreensão e a aplicação dessas operações, estendendo-as à retextualização escrito-escrito – como, aliás, Dikson (2018; 2019) o fez.

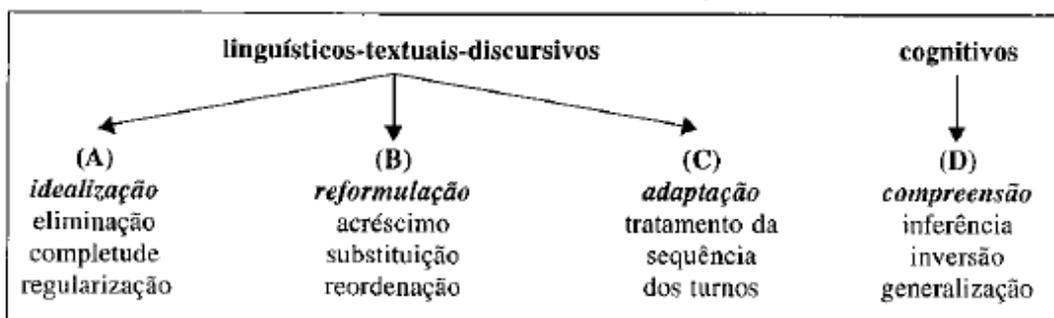
No modelo<sup>9</sup> proposto por Marcuschi (2008a), em primeiro lugar estariam as estratégias de regulação linguística. Segundo ele, geralmente são as primeiras alterações a ser feitas e se relacionam aos fenômenos relativos à norma linguística padrão. Em seguida, vêm as “operações que afetam as estruturas discursivas, o léxico, o estilo, a ordenação tópica, a argumentatividade e acham-se ligadas à *reordenação cognitiva* e à transformação propriamente dita que atinge a forma e a substância do conteúdo” (Marcuschi, 2008a, p. 55 – destaques do autor).

É importante ressaltar que, embora empregando as expressões “em primeiro lugar” e “em seguida” para explicar as operações levantadas pelo pesquisador, o que implicaria o entendimento de certa sequência de ações, isso não significa que elas ocorram nessa ordem, como aponta o próprio autor (Marcuschi, 2008a, p. 74):

Ninguém deve iludir-se a ponto de acreditar que as coisas se dão na sequência sugerida. [...] O modelo não é a representação de operações hierárquicas e sequenciadas, mas de operações que em certo sentido se dão preferencialmente nessa ordem, embora mescladamente.

Para Marcuschi (2008a), existem quatro aspectos envolvidos no processo de retextualização: três são de ordem linguístico-textual-discursiva: a idealização, a reformulação e a adaptação; e um é de ordem cognitiva: a compreensão.

## Quadro 2. Aspectos envolvidos nos processos de retextualização



Fonte: Marcuschi (2008a, p. 69).

Conforme explica, as atividades de idealização referem-se, sobretudo,

às operações que envolvem a regularização dos fenômenos de *(des)continuidade sintática* na formulação textual, tais como as hesitações, as correções, os marcadores conversacionais, as repetições e os truncamentos que aparecem na construção das unidades estruturais. (Marcuschi, 2008a, p. 61 – destaques do autor)

<sup>9</sup> O autor emprega o termo “modelo” com ressalvas, pois entende que isso daria margem para entender sua proposta como “uma fórmula mais ou menos mágica que deve produzir resultados tão logo seja aplicada” (Marcuschi, 2008a, p. 74). Na verdade, a ideia é que seja um modelo “apenas *heurístico* no sentido genuíno do termo” (2008a, p. 74 – destaque do autor).

Além disso, essas atividades também consistem na eliminação de “digressões, rupturas tópicas, inserções incompreensíveis, desconcatenação sócio-interacional e deslocamento situacional”, estando situadas no âmbito da “(des)continuidade discursiva” (Marcuschi, 2008a, p. 61).

Como se pode notar, embora mais diretamente relacionadas à retextualização de um texto oral para um texto escrito, as operações ligadas às atividades de idealização são perfeitamente exequíveis na retextualização de um texto escrito para outro texto escrito, pois é possível que o texto a ser retextualizado apresente – provavelmente, em menor grau que um texto oral – repetições, truncamentos, digressões, entre outros problemas, que podem ser eliminados com vistas a garantir uma comunicação mais eficiente.

Quanto às atividades de transformação,<sup>10</sup> Marcuschi (2008a) entende que constituem a retextualização em sentido estrito. Tais atividades dizem respeito a operações que vão além da simples regularização linguística, pois envolvem procedimentos de substituição, reordenação, ampliação/redução e mudanças de estilo, desde que não atinjam as informações como tal (Marcuschi, 2008a, p. 62). O autor mostra que, como consequência desse tipo de atividade, haverá mudanças de conteúdo; no entanto, defende que tais mudanças “não deveriam atingir pelo menos o *valor-verdade* dos enunciados” (Marcuschi, 2008a, p. 62 – destaque do autor).

Ainda com referência aos aspectos apontados no Quadro 2, pode-se afirmar que as operações de idealização e reformulação atuam de modo mais pontual no código, mas têm repercussão direta no discurso, uma vez que ambos são inseparáveis. Já as operações de adaptação, concernentes ao tratamento dos turnos, referem-se às “operações de citação” (Marcuschi, 2008a), estando circunscritas à retextualização oral-escrito – por isso, não são consideradas neste estudo.

Em relação às operações de compreensão, que são de ordem cognitiva, são as mais complexas, “distribuindo-se ao longo de todas as demais operações” (Marcuschi, 2008a, p. 69). Quanto à compreensão, especificamente, o autor chama a atenção dizendo que “para poder transformar [retextualizar] um texto é necessário compreendê-lo ou pelo menos ter uma certa compreensão dele” (Marcuschi, 2008a, p. 70), ponto de vista com o qual se concorda.

---

<sup>10</sup> Marcuschi (2008a) usa o termo “transformação” para fazer referência às atividades ligadas à reformulação.

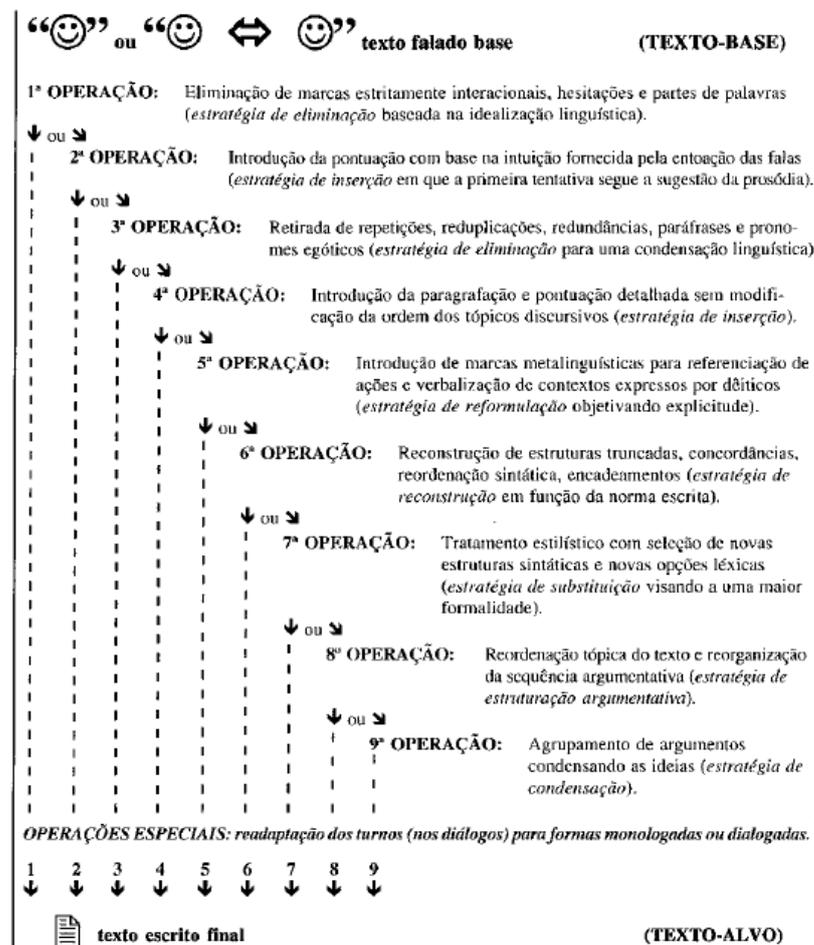
São nove as operações essenciais que constam no modelo de retextualização, agrupadas em dois conjuntos:

I – operações que seguem **regras de regularização e idealização** (abrangem as operações 1-4) e se fundam nas estratégias de eliminação e inserção [...];

II – operações que seguem **regras de transformação** (abrangem as operações 5-9) e se fundam em estratégias de eliminação, seleção, acréscimo, reordenação e condensação. São propriamente as que caracterizam o processo de *retextualização* e envolvem mudanças mais acentuadas no *texto-base*. (Marcuschi, 2008a, p. 74-76 – destaques do autor)

No Quadro 3 é possível observar em que consistem cada uma dessas operações no contexto da retextualização oral-escrito.

### Quadro 3. Modelo das operações textuais-discursivas na passagem do texto oral para o texto escrito



Fonte: Marcuschi (2008a, p. 75).

Dadas as explicações acerca do modelo de Marcuschi, convém retomar um estudo importante no campo da retextualização e que veio a preencher uma lacuna teórico-metodológica no processo de retextualização escrita-escrita. Trata-se do trabalho de Dikson (2018; 2019), cuja proposta, como ele mesmo salienta, é “especificar operações e processos que são e estão envolvidos diretamente na retextualização de um gênero-base escrito para outro gênero-base escrito” (2018, p. 507).

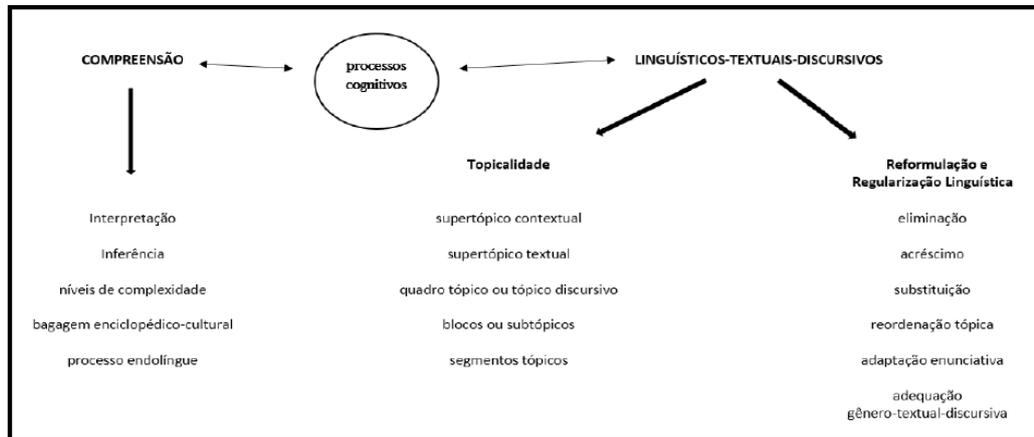
Dikson (2019) adota o sentido de retextualização empregado por Marcuschi, chamando a atenção para o fato de que qualquer atividade de retextualizar será complexa, ativando “uma série de processos cognitivos de compreensão, linguísticos, textuais, discursivos etc.” (2019, p. 27), na esteira do que defende Marcuschi (2008a). Além disso, retomando Dell’Isola, concorda que, na retextualização, deve-se levar em consideração “as condições de produção, de circulação e de recepção de textos” (Dell’Isola, 2007, p. 12).

Além de voltar à origem do termo “retextualização” e situar alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, Dikson (2019) retoma pontos importantes levantados por Marcuschi (2008a), como as variáveis que interferem na retextualização oral-escrita e que foram também analisadas por Dell’Isola (2007) ao tratar da retextualização escrita-escrita. Do seu ponto de vista, essas variáveis são “absolutamente necessárias e passíveis de reflexões, análises e observações antes mesmo do início da atividade [...] de retextualização” (Dikson, 2019, p. 31).

Seu trabalho, assim como o de Dell’Isola (2007), também está situado na esfera escolar e faz referência à retextualização escrita-escrita. No entanto, ele avança ao buscar compor um quadro teórico-metodológico que possa auxiliar em retextualizações escrita-escrita em sala de aula, apresentando a topicalização e a reformulação textual como operações imprescindíveis para o processo de retextualização.

O Quadro 4 reproduz o quadro formulado por Dikson em seus estudos (2018; 2019).

#### Quadro 4. Aspectos envolvidos nos processos de retextualização escrita-escrita



Fonte: Dikson (2019, p. 32).

Observando o quadro proposto, nota-se que os aspectos envolvidos nos processos de retextualização escrita-escrita estão subdivididos<sup>11</sup> em dois movimentos: *aspectos de compreensão*, do qual fazem parte as ações de interpretação, inferência, níveis de complexidade, bagagem enciclopédico-cultural e processo endolíngue; e *aspectos dos níveis linguísticos-textuais-discursivos*, que dizem respeito à reformulação e à regularização linguística, com operações relacionadas aos processos de eliminação, acréscimo, substituição, reordenação tópica, adaptação enunciativa, adequação gênero-textual-discursiva. É importante destacar esses processos são intercruzados por processos cognitivos, que estão presentes em todos os movimentos e em todos os blocos, do que decorre o autor falar em “atividades *cognitivas* da compreensão” e “processos *cognitivos* dos aspectos linguísticos-textuais-discursivos” (Dikson, 2019, p. 33 – destaques nossos).

Ligadas ao segundo movimento, há também atividades cognitivas dos aspectos linguísticos-textuais-discursivos representadas por questões da topicalidade, quais sejam: supertópico contextual, supertópico textual, quadro tópico ou tópico discursivo, blocos ou subtópicos, segmentos tópicos. Embora fundamentais para a proposta de retextualização de Dikson (2019), tais atividades não serão especificadas nesta dissertação, dada a limitação de análise.

<sup>11</sup> O próprio autor faz uma ressalva quanto a essa divisão, justificando que é feita apenas para fins didáticos e acadêmicos. Isso porque, considerando língua e texto de uma perspectiva sociointeracionista, com “sujeitos historicamente constituídos” e “dentro de um movimento prático-pragmático de interação” (Dikson, 2019, p. 33), essa divisão não faz sentido.

Considerando a relevância dos processos cognitivos, indispensáveis para qualquer tipo de leitura, Dikson (2019) afirma que existem “ações anteriores à própria realização da retextualização, quer dizer, o prévio, a leitura do texto-base, ou mesmo as variáveis das ações, por si só, já requerem um conjunto de processos cognitivos múltiplos” (2009, p. 34). Essa ideia vai ao encontro do posicionamento de Dell’Isola (2007), para a qual as etapas de leitura, compreensão e identificação do gênero precedem a retextualização em si, mobilizando uma série de procedimentos cognitivos.

Embora isso não fique evidente no modelo de Marcuschi (2008a), na forma como é apresentado, ele também defende que a compreensão antecede a retextualização: “[...] antes de qualquer atividade de transformação textual, ocorre uma atividade cognitiva denominada *compreensão*” (p. 47 – destaque do autor). Além disso, mostra que essa atividade, muitas vezes ignorada, “pode ser a fonte de muitos problemas no plano da coerência no processo de retextualização” (Marcuschi, 2008a, p. 47).

Ao detalhar as operações de seu modelo (Quadro 3), sobretudo as operações 7 e 8, Marcuschi (2008a) enfatiza novamente o papel da compreensão, sem a qual a retextualização é comprometida:

[...] uma não compreensão não impede a retextualização, mas pode conduzir a uma transformação problemática, chegando ao falseamento. Se considerarmos o texto como uma proposta de sentido e não uma evidência empírica de sentidos objetivamente inscritos, a dificuldade aumenta. (Marcuschi, 2008a, p. 86)

Dada a importância desses processos cognitivos também no quadro proposto por Dikson (Quadro 4) e reforçando seu entendimento de que a compreensão é o primeiro movimento antes de qualquer tipo de produção escrita, à qual se inclui a produção que decorre da retextualização, o autor define as operações que constam nos aspectos de compreensão da perspectiva da retextualização escrita-escrita: interpretação, inferência, níveis de complexidade, bagagem enciclopédico-cultural, processo endolíngua (Dikson, 2009, p. 46-48). Tais operações não são estanques, como ele aponta, sendo pertinentes à sua proposta de análise: “[...] é relevante ressaltar, mais uma vez, que inúmeros outros procedimentos cognitivos podem aflorar quando da discussão dos aspectos que permeiam a **compreensão** nas atividades escrita-escrita” (Dikson, 2009 p. 48 – destaque do autor).

Com relação aos aspectos dos níveis linguísticos-textuais-discursivos, Dikson (2009) entende que são operações cognitivas de reformulação e regulação linguística, como visto, constituindo “os processos práticos da retextualização escrita-escrita” (2009, p. 69).

Compartilha-se da mesma visão de Dikson (2019), em que não só as operações de acréscimo, substituição e reordenação tópica dizem respeito à reformulação, mas também a operação relacionada aos processos de eliminação.

Após discutir essas operações, justificando porque a reformulação está ligada ao processo de regulação linguística, Dikson (2019) especifica cada uma delas, às quais se somam a adaptação enunciativa<sup>12</sup> e a adequação gênero-textual-discursiva, não vislumbradas diretamente por Marcuschi.

Finaliza-se este tópico ressaltando que as questões ligadas à topicalidade não serão adotadas neste estudo, recorte que se fez necessário pelo fato de as atividades de compreensão e de reformulação e regularização linguística dialogarem mais diretamente com as operações de Marcuschi (2008a).

## **1.6 Gêneros textuais**

Quando o assunto são gêneros, o nome de grande destaque é Bakhtin (1997), para quem a noção de esfera é central. Segundo ele, cada esfera da atividade humana tem um repertório de gêneros do discurso, que vai se ampliando e se diferenciando à medida que a esfera se diferencia e se torna mais complexa. Todas essas esferas, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua.

De acordo com Bakhtin (1997), o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, mas também por sua construção composicional. Logo, conteúdo temático, estilo e construção composicional fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, sendo marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Para Bakhtin (1997), qualquer enunciado considerado isoladamente é individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus “tipos relativamente

---

<sup>12</sup> Dikson (2019) entende que essa operação, na retextualização escrita-escrita, pode equivaler à estratégia de adaptação do modelo de Marcuschi (item C no Quadro 2), que faz referência ao tratamento de turnos.

estáveis de enunciados”, sendo isso que se denominam gêneros do discurso (Bakhtin, 1997, p. 279).

Portanto, em conformidade com as ideias de Bakhtin (1997, p. 279), os gêneros do discurso são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, com características típicas quanto aos conteúdos temáticos, às estruturas composicionais e aos recursos linguísticos utilizados.

Marcuschi (2005) chama essas esferas de atividade humana de domínios discursivos. Conforme salienta (Marcuschi, 2003), esses domínios constituem práticas discursivas nos quais é possível identificar vários gêneros que lhes são próprios; além disso, tais domínios levam ao surgimento de discursos bastante específicos, como o discurso acadêmico.

Os gêneros, assim, podem ser caracterizados como “eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas” (Marcuschi, 2005, p. 19). Além disso, caracterizam-se “mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais” (Marcuschi, 2005, p. 20), o que não significa o desprezo pela forma. Isso porque, em muitos casos, é a forma que determina o gênero; em outros casos, os gêneros são determinados pelas funções; em outros, pelo suporte.

Para o autor, os textos sempre são realizados em algum gênero textual particular. E complementa:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (Marcuschi, 2008b, p. 155)

Os gêneros, portanto, constituem uma prática sócio-discursiva, uma vez que são realizados “em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos” (Marcuschi, 2005, p. 25). Entre esses domínios, pode-se citar o domínio discursivo científico.

#### 1.6.1 Discurso acadêmico e discurso científico

Em seu artigo sobre a caracterização do discurso acadêmico, Carioca (2007) apresenta algumas diretrizes que norteiam e especificam o discurso acadêmico,

afirmando que tal discurso abriga tanto o discurso científico quanto o discurso de divulgação científica.

Carioca (2007) defende que o discurso acadêmico é dialógico e heterogêneo: dialógico porque abriga os dois discursos citados anteriormente; heterogêneo porque é constituído de um sujeito que ora se mostra, ora se esconde, usando as estratégias discursivas que são próprias desse discurso para expressar o que acredita e que busca tornar verdadeiro para os outros. Logo, em sua concepção, o discurso acadêmico não é impessoal nem objetivo, pois o sujeito-pesquisador, ao procurar fazer o outro acreditar em “sua” verdade, realiza escolhas, as quais caracterizam a individuação do sujeito.

Considerando essa intenção do sujeito-pesquisador, o discurso acadêmico tem um caráter persuasivo, argumentativo. Portanto, a argumentatividade está sem sua base, e é em função da audiência que ele será especializado ou não: no primeiro caso, tem-se o discurso científico; no segundo, o discurso de divulgação científica.

Quanto ao discurso científico, Nantes e Gregório (2007) explicitam que ele é utilizado, principalmente, para divulgar o resultado de pesquisas de especialistas. Em relação às características da linguagem utilizada, citam a objetividade, a concisão e a formalidade.

Da perspectiva de Leibrunder (2003, p. 232), o discurso científico busca construir e legitimar um saber que é por ele postulado:

Fundamentado em uma suposta neutralidade discursiva, o discurso científico tenta fazer com que o seu leitor creia que o que está sendo exposto não é uma interpretação, mas sim a própria realidade. Os índices de impessoalidade, tal como o apagamento do sujeito, nada mais são do que mecanismos argumentativos, cuja finalidade é provar a veracidade e legitimidade do discurso proferido. É justamente neste sentido, que se pode considerar o discurso da ciência como um fazer persuasivo.

### 1.6.2 Discurso de divulgação científica

A proposta de divulgação de saberes data do final da Idade Média, quando a ciência passou a ser um dos bens culturais mais disputados:

A própria ideia de *di-vulgaçã*o, isto é, a ação de dar ao vulgo (à plebe, aos pobres, aos trabalhadores, aos que falam a língua vulgar – o povo) os bens do conhecimento, nasce desse movimento de acesso sucessivo das massas aos bens culturais valorizados, patronizada pelos intelectuais da Revolução Francesa – os *iluministas* que devem levar as *luzes* (da ciência) ao século XVIII. Os textos e discursos de divulgação científica e didáticos

surgem justamente dessa vontade política: dar ao vulgo os bens culturais da ciência e do conhecimento (Rojo, 2008, p. 587-588).

No final da Idade Moderna, em grande parte do Ocidente, praticamente todas as classes sociais já tinham acesso à escolarização, que se torna obrigatória e universal; portanto, passam a ter acesso aos conhecimentos científicos selecionados para fazer parte do currículo escolar (Rojo, 2008).

É do desejo de divulgar as descobertas da ciência fora da escola que a *Enciclopédia* é organizada, inaugurando “uma nova maneira de fazer circular as ideias científicas” e colocando “à disposição do povo um enorme conjunto de textos organizados para divulgação” (Rojo, 2008, p. 589). A divulgação científica nasce, então, com o Enciclopedismo e vai continuar sendo produzida por cientistas e jornalistas a fim de divulgar o conhecimento ao público leigo da maneira mais abrangente possível.

É claro que o movimento de difusão do conhecimento científico foi distinto em diferentes lugares do mundo. No Brasil, especificamente, do século XVI ao XVIII, como colônia de Portugal, inexisteriam atividades científicas. Além disso, a maioria da população era iletrada, e a impressão de livros havia sido proibida por decreto real. No final do século XVIII e início do XIX, quando retornam ao país muitos brasileiros que tinham ido estudar na Europa, paulatinamente as ideias científicas são introduzidas por aqui. A vinda da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, marca a primeira manifestação consistente referente à divulgação: a impressão de textos/livros passa a ser permitida, vindo a surgir, pouco tempo depois, as primeiras instituições de ensino superior no país. “Com a criação da imprensa Régia, em 1810, textos e manuais voltados para a educação científica, embora em número reduzido, começaram a ser publicados” (Santos, 2007, p. 45). Entre os periódicos que surgiram e que traziam textos relacionados à ciência destacam-se *A Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* e *o Correio Braziliense*.

E o que se entende, hoje, por divulgação científica? Santos (2007, p. 39) traz uma definição interessante para responder a esse questionamento:

a divulgação científica é entendida, de modo geral, como uma atividade de difusão de conhecimento científico, dirigida para fora de seu contexto originário – de comunidade científica de limites restritos – mobilizando diferentes recursos, técnicas e processos para a veiculação das informações científicas e tecnológicas ao público em geral.

O discurso de divulgação científica constituiu-se com base na intersecção do discurso científico, que lhe serve como fonte de informação, e do jornalístico, que adapta a informação de modo que seja compreendida pelos leitores. Isso significa que o discurso de divulgação científica objetiva propiciar ao leitor leigo o contato com o universo da ciência por meio de uma linguagem que lhe seja familiar, uma vez que o hermetismo do discurso científico não permitia ao grande público ter acesso às descobertas da ciência. Portanto, o texto de divulgação científica “transpõe um discurso específico de uma esfera do campo científico para a comunidade em geral” (Nantes; Gregório, 2007, p. 976).

É por isso que Leibruder (2003, p. 230) afirma que a divulgação científica

é uma prática eminentemente heterogênea, na medida em que incorpora no seu fio discursivo tanto os recursos linguísticos daquele que lhe serve de fonte – o discurso científico – quanto daquele que pretende atingir – o discurso jornalístico. É, portanto, no liminar entre uma e outra prática discursiva, no espaço do interdiscurso, que a atividade de DC [divulgação científica] se desenvolve.

Para Carioca (2007, p. 834), o discurso de divulgação científica justifica-se pelo fato de o objetivo da ciência não ser apenas armazenar teses indiscutíveis; ao contrário, “a discussão pública é um dos mecanismos de afirmação da veracidade das teses (ideias)”.

Grillo (2005), por seu turno, caracteriza a divulgação científica considerando as formas de organização social – que, para ela, são reconhecidas nos diversos campos –, as formas de comunicação ou interação verbal e os tipos de enunciados. Assim, sintetiza que:

As noções bakhtinianas de campo, interação verbal e gênero permitem caracterizar a divulgação científica como: pertencente ao campo da informação midiática (entendida como o conjunto de suportes tecnológicos cujo papel social é difundir as informações relativas aos acontecimentos contemporâneos do espaço público, seja na imprensa, rádio, televisão ou internet); uma forma de interação verbal na qual o produtor – jornalista, cientista ou ambos em parceria – promovem a circulação de saberes científicos e tecnológicos a um público amplo – letrado e urbano – sem visar, com isso, transformá-los em especialistas; materializada em diferentes gêneros (reportagens, artigos, editoriais etc.) de diferentes meios nos quais ganha características próprias (Grillo, 2005, p. 5).

Considerando as noções de campo e gênero, citadas anteriormente, é possível concluir, com base em Grillo, que a divulgação científica pertence à esfera da informação midiática, podendo ser materializada em diferentes gêneros, entre os quais o artigo de divulgação científica.

### 1.6.2.1 Artigo de divulgação científica

De acordo com Rojo (2008), a esfera de produção do artigo de divulgação científica é a científica, e sua esfera de circulação, a jornalística. Tal afirmação quanto à esfera de produção não se aplica a todos os textos desse gênero, pois, muitas vezes, o jornalista trabalha em parceria com o cientista/pesquisador na produção do texto. Entretanto, a afirmação é válida para o texto original que compõe parte do *corpus* em análise, já que em periódicos como a *Ciência Hoje* os autores são cientistas/pesquisadores.

O discurso de divulgação científica nasceu da intersecção dos discursos científico e jornalístico. Por isso, guarda aproximações com cada um deles.

Uma aproximação interessante com o discurso jornalístico diz respeito à linguagem utilizada nos textos de divulgação científica: trata-se de uma linguagem que tende para um registro mais coloquial, o que aproxima os interlocutores e justifica-se pelo objetivo dos textos de divulgação científica, que é propiciar ao leitor leigo o contato com o universo da ciência. É por isso também que, nos textos de divulgação científica, entre os quais se destacam os artigos de divulgação científica, os termos técnicos são explicados por meio de paráfrases, há exemplificações, comparações, metáforas, sinônimas, descrições, definições, nomeações. Esses elementos aproximam o leitor do tema a ser explorado, sendo chamados de elementos didatizantes. O artigo de divulgação científica, portanto, tem caráter metalinguístico, sendo a didaticidade uma de suas características fundamentais.

Apesar de esses elementos estarem presentes, é importante ressaltar que a maneira como o divulgador, seja ele um cientista, seja um jornalista, vai elaborar seu discurso depende do contexto discursivo em que se insere: ele deve considerar o meio pelo qual o texto será veiculado e o interlocutor ao qual se dirige.

Como todo gênero discursivo, o artigo de divulgação científica é dialógico. A presença de diferentes vozes é observada por meio do discurso indireto, dos marcadores discursivos e de certos verbos que revelam vozes de outros locutores. De acordo com Rangel (2007), é comum o emprego de verbos *dicendi* ou de relato e a conjunção integrante depois do sujeito, indicando o discurso indireto.

Além disso, também deve se considerar, no artigo divulgação científica, aquilo que Bronckart (2007) chama de organização sequencial ou linear do conteúdo

temático: o conteúdo dos textos pode ser organizado em forma de sequências, que são unidades estruturais com relativa autonomia. Baseado nos estudos de Adam (*apud* Bronckart, 2007), ele descreve cinco tipos básicos de sequência: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialógica. As sequências predominantes em textos de divulgação científica são as explicativas, que se configuram quando se quer transmitir saber, fazer compreender fatos.

Todas essas considerações são relevantes e serão retomadas no Capítulo 3, quando a versão original e a versão retextualizada são analisadas observando, também, as questões pertinentes ao gênero.

## CAPÍTULO 2      COPIDESCAGEM

Muitos profissionais têm o texto como material de trabalho e a língua como ferramenta. Entre eles, podem-se citar editores, copidesques e revisores, cuja atuação está mais voltada ao mercado editorial, e jornalistas.<sup>13</sup>

Considerando que o foco deste trabalho é a copidescagem, mais do que entendê-la como uma etapa do processo editorial, ao lado das etapas de edição e revisão de textos, objetiva-se pensá-la em articulação com a retextualização. A ideia, portanto, é compreender o que envolve a atividade de copidesque e como ela pode ser ampliada a partir do uso de algumas operações de retextualização.

Dessa perspectiva, em vez de o foco ser o profissional, encarnado na figura do copidesque, o foco é o processo em si, o que permite considerar outros sujeitos, como os jornalistas, exercendo esse papel. Tal possibilidade relaciona-se diretamente com este estudo, em que o texto original, parte do *corpus*, foi retextualizado por uma jornalista.

### 2.1 Copidescagem e retextualização

Sabe-se que as fronteiras entre o trabalho de editores, copidesques e revisores nem sempre são bem delimitadas. Vários estudos na área mostram que essas funções por vezes se confundem, podendo variar a especificação quanto às atribuições de cada cargo.

Estudos como o de Yamazaki (2009), que desenvolveu uma extensa pesquisa explorando as distinções e definições da edição de texto na produção editorial de livros, é exemplo disso. Ribeiro (2016) também lança luz a essas discussões ao tratar das fronteiras e contiguidades entre as tarefas de edição e revisão, a fim de tentar responder quem é o editor, o copidesque e o preparador. Como ela própria atesta, não sabe se há uma resposta definitiva para isso:

Corretores, preparadores e revisores mantêm-se atuantes, muito embora nem sempre tão distinguíveis. Editores de texto reescrevem (e até retextualizam) originais que serão diagramados. Revisores (corretores)

---

<sup>13</sup> Embora, no mercado editorial, muitos cargos de editores, copidesques e revisores sejam ocupados por jornalistas, já que a formação em Jornalismo também os habilita para o exercício dessas funções – ao lado da formação em Letras, Editoração e Produção Editorial, majoritariamente –, aqui estão sendo considerados separadamente, isto é, trata-se do profissional graduado em Jornalismo que atua como jornalista.

verificam aspectos do texto (e de suas articulações com o *layout* e a imagem, por exemplo, para ficar só no suporte impresso) que ainda precisam ser verificados, conforme parâmetros de gênero e circulação dados pelo projeto editorial. (Ribeiro, 2016, p. 68)

Yamazaki (2009) chama a atenção, ainda, para a multiplicidade de termos existentes para se referir às atividades que se relacionam às intervenções em um texto a ser publicado. Por exemplo, em algumas editoras de livros didáticos de grande porte em São Paulo, como editoras Moderna e FTD, em que trabalhamos por muitos anos, em vez de se empregar o termo “copidesque”, usa-se a expressão “preparador de textos”.

Muniz Jr. (2018) também aponta para o “caos terminológico” (p. 19) relacionado à complexidade dos trabalhos que envolvem essas atividades, atestando que essa é uma dificuldade comum encontrada por pesquisadores.

Em trabalho anterior, Yamazaki (2007, p. 3) já destacava essa questão,

esse problema da variedade de designações para nomear os profissionais do texto e para definir suas funções pode ser considerado universal, segundo Althéa Kotze e Marlene Verhoef, pesquisadoras da prática do editor de texto. No Brasil, cremos que ainda há um agravante: a tendência de uma única pessoa acumular funções que deveriam corresponder a diferentes profissionais do texto. Tendência estimulada pelas editoras, que assim podem diminuir o orçamento destinado à edição de texto.

Segundo D’Andrea e Ribeiro (2010, p. 72),

Vários motivos podem ser apontados como dificultadores de uma delimitação mais precisa das fronteiras entre as práticas de intervenção textual. Em primeiro lugar, deve-se considerar a própria complexidade do trabalho que envolve a produção textual, que, como atividade cultural e dinâmica, não se cristaliza em ações totalmente identificáveis pelas teorias. Outras variáveis que tornam ainda mais complexa a definição de conceitos são a emergência e a popularização das tecnologias digitais, que, como suporte para a produção de textos, abrem novas possibilidades para o autor e para os demais participantes da “rede editorial”, afetando, conseqüentemente, as operações às quais são submetidos os textos.

A dificuldade em limitar as fronteiras entre os trabalhos do editor, copidesque e revisor, bem como a multiplicidade de terminologia que envolve as funções, também é discutida por Aguiar (2015) em sua tese, cujo objeto de estudo é a atividade de copidescagem.

Muitas das vezes, *copidesque* e revisor são tomados como sinônimos, profissionais que realizam o mesmo trabalho, o que não é verdadeiro. Em muitas editoras, a nomenclatura dada a esses profissionais varia amplamente, indo de *revisor* e *copidesque* a *editor de texto* e *preparador de originais*, o que de certa maneira acaba por tornar as fronteiras entre esses profissionais muito tênue e, no senso comum, as várias nomenclaturas

envolvem o mesmo tipo de trabalho com o texto. (Aguiar, 2015, p. 2 – destaques da autora)

Na perspectiva de Aguiar (2015), o copidesque é o profissional responsável pela primeira leitura de um texto original, caso trabalhe em uma editora. No entanto, em algumas editoras paulistas, como as citadas Moderna e FTD, a responsabilidade da “primeira leitura” é do editor. Ribeiro (2016, p. 16) valida essa aproximação copidesque-editor ao afirmar que o editor de texto também é chamado de copidesque, profissional que “reescreve, edita o texto original, sempre em negociação com editor e autor”.

Neste estudo, porém, considerando nossa experiência trabalhando diretamente como preparadora de textos nessas editoras, entende-se que atribuições de copidesque, tal como serão descritas a seguir, equivalem às atribuições do preparador de textos. Isso porque, nessas editoras, cabem ao editor outras atribuições, conforme reflete Salgado (*apud* Muniz Jr., 2018) ao prefaciar a obra de Muniz Jr. (2018, p. 6):

Não é raro que se pense o editor como quem conecta autor e leitor ou leitor e obra. Diagramas circulam por aí procurando dar conta dessas relações. E não dão. Não, se considerarmos o editor como esse elemento do jogo que pode estar no princípio de tudo e encomendar, com projeto próprio, um texto a um autor; ou debruçar-se sobre um texto submetido, transformando-o profundamente; ou fomentar sua dispersão pelo mundo, desenvolvendo logística e formando público conforme padrões que ele próprio define ou a que procura atender. É um elemento do jogo que arbitra e concede, que cria e executa, que filtra e viabiliza, que seleciona e avalia... De fato, é o próprio motor do jogo, para espanto dos que veem o autor como fonte de tudo. O editor, nas suas variadas escalas de trabalho, opera os milagres que fazem dos originais um objeto editorial no mundo.

Assim, o que se afirma neste trabalho em relação às atribuições do copidesque é válido para a função de preparador de textos no contexto mencionado, uma vez que se estabelece essa equivalência.

Ressalte-se que o termo “copidesque” denomina tanto o profissional que reescreve um texto original quanto sua atividade. A origem vem do inglês *copy desk*, indicando “mesa ou setor de um jornal onde se editam matérias para publicação” (Coelho Neto, 2017, p. 136).

No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), é possível encontrar os seguintes significados para o termo:

(1) revisão de texto a ser publicado, tendo em vista a correção ortográfica e gramatical, a clareza, a adequação às normas editoriais, os cortes para se obter a extensão devida etc.; *copy*; (2) setor de jornal, editora, firma de

publicidade etc. onde se executa esse trabalho; (3) profissional com essa especialidade; *copy editor*.

Como atesta Coelho Neto (2017), tais acepções parecem incompletas por evidenciarem a indistinção entre copidesque e revisão. Como será visto, mais do que isso, trata-se de definições que não abrangem o que se entende como atribuições do copidesque.

De acordo com Coelho Neto (2017, p. 136), “se um texto é mal redigido, com repetições injustificáveis, mal paragrafado, contendo ideias desconexas, primando [*sic*] pela falta de coesão e coerência textual etc., ele deve ser copidescado”. E para executar seu trabalho, segundo ele, “o profissional propõe, reescreve, revisita o original, com finalidade precípua de ‘relavrar’ o texto” (2017, p. 136).

Malta (2000, p. 16) defende que “copidesque é – até certo ponto – reescrever, retrabalhar um original”. Ao copidesque caberia evitar que se chegassem ao mercado obras mal escritas, “com repetições, ausências (de colocações mais claras, de parágrafos de ligação entre as partes de um capítulo etc.), uso inadequado de adjetivos em relação a substantivos (e vice-versa), pobreza nas conjunções adversativas” (Malta, 2000, p. 16-17). Além disso, segundo o autor, seria função do copidesque garantir ao texto “uma redação lógica, fluente, entendível” (Malta, 2000, p. 17). No contexto das editoras citadas, endossando a afirmação de que as funções de editor, copidesque e revisor por vezes se confundem, pode-se perceber, pela descrição de Malta, que o trabalho do copidesque está bem próximo ao do editor, ao qual cabem as alterações mais profundas no texto.

Para Aguiar (2015, p. 2), é papel do copidesque realizar alterações textuais mais complexas, “que envolvem reorganizar a estrutura textual, elaborar porções de texto inexistentes no original a fim de privilegiar o encadeamento e ajustar os sentidos pretendidos pelo autor do texto”. Portanto, embora o copidesque também deva considerar aspectos linguísticos ao trabalhar com um texto, identificando e corrigindo problemas gramaticais e de padronização, sua atuação vai além da materialidade linguística; é nesse ponto que se insere a pesquisa de Aguiar (2015), que busca compreender a copidescagem de uma perspectiva mais ampla, servindo de referência a este trabalho por se compartilhar do mesmo ponto de vista.

Ribeiro (2016) partilha dessa concepção: para a pesquisadora, “copidescar significa ‘reescrever ou retrabalhar um original’” (Ribeiro, 2016, p. 24). Para isso, o copidesque pode sugerir melhorias semânticas no texto, como troca de vocábulo

pouco preciso por um mais específico ao contexto, e sintáticas, como reordenação de orações e de parágrafos, intervindo na estrutura textual.

Ressalte-se que essa pesquisadora tem muitas publicações, entre artigos e livros, em que discute questões como essa, relacionadas às atribuições dos profissionais que trabalham na cadeia do livro. Na obra em que reúne trabalhos que vêm desenvolvendo sobre edição, revisão e produção de outros materiais que circulam socialmente, Ribeiro (2016) destaca:

As profissões relacionadas à produção de objetos de ler, embora tenham se desconfigurado e reconfigurado ao longo dos séculos, a depender de inovações tecnológicas e transformações de processos, sempre foram essenciais para a produção de artefatos culturais importantes.

Moraes (2020), reforçando a dificuldade na distinção entre as funções dos profissionais que trabalham com o texto, entende que a atividade de copidesque geralmente é realizada em textos que precisam de adaptação ao público, “como um relato cru que chega à redação [de jornais] sem os cuidados discursivos e pragmáticos necessários para atingir o público do periódico” (2020, p. 30). Nesse ponto, aproxima-se das atribuições do copidesque como profissional que retextualiza o texto: ao retextualizar um texto original, considera as condições de circulação e recepção, bem como a dimensão pragmático-discursivo. Essas questões são discutidas a seguir.

Considerando que os textos fazem um percurso até tornarem-se publicáveis, Muniz Jr. (2018, p. 26) explica que, “nas instituições e empresas que possuem a comunicação como atividade-fim, os textos costumam passar por truncadas sequências que envolvem edição, copidesque, corte e enxerto, aprovações e reprovações”. Desconsiderando as “idas e vindas” dos textos para que as intervenções sejam ou não aprovadas, nota-se a existência de um fluxo, que geralmente segue a ordem: autor – editor – copidesque – revisor.

Nesse fluxo, admitido neste trabalho levando em consideração a vivência em editoras de livro didático de grande porte, tem-se, em uma ponta do processo, o autor; na outra ponta, antes de o livro chegar ao leitor, tem-se o revisor.

Salgado (2006) chama de *mediação editorial* essa série de etapas que vai da elaboração do texto original até sua publicação, lembrando que o autor é quem valida as alterações propostas no texto pelos profissionais que o sucedem no fluxo

editorial. Conforme Pinto (1983, p. 11), ele é “árbitro por excelência das questões suscitadas em sua obra”.

Em jornais e revistas, o fluxo admitido tende a ser um pouco diferente, a começar pelo fato de, na maioria desses veículos de comunicação, não existirem mais as figuras do copidesque e do revisor. Como consequência, é o próprio jornalista quem faz todas as intervenções no texto a fim de torná-lo publicável.

Tomando o caso dos jornalistas, há duas possibilidades a se considerar a depender do veículo de comunicação em que atuam: podem ser os autores dos próprios textos, ou podem ter a função de “trabalhar” no texto de outros.<sup>14</sup> No segundo caso, o jornalista recebe o texto original do autor e deve ajustá-lo para que possa ser publicado; geralmente, isso ocorre em revistas especializadas, como nas revistas de divulgação científica, em que a maioria dos textos é escrita por pesquisadores/cientistas, como é o caso do texto original que compõe parte do *corpus* desta pesquisa.

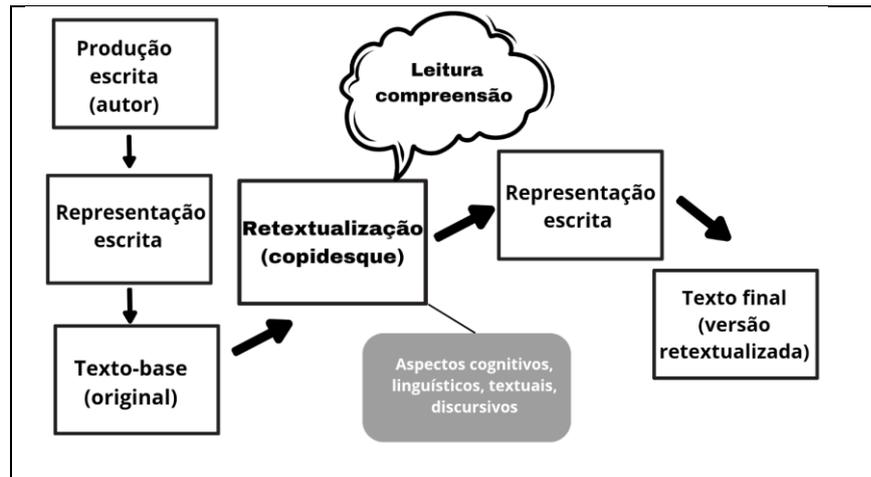
Sem considerar o fato de que, nessa segunda posição, o jornalista acumula as funções de editor, copidesque e revisor, pois deve dar conta desde questões mais gerais, relacionadas ao conteúdo, até as mais específicas, vinculadas à correção gramatical-ortográfica, é possível admitir que seu papel principal será o de retextualizar o texto que lhe chega às mãos.

No Quadro 5 está representado o fluxo que vai da produção escrita original do texto-base pelo autor até a produção escrita do texto final pelo copidesque, passando pelo processo de retextualização que envolve as operações indicadas no Quadro 1, com exceção da operação de citação, relacionada aos turnos de fala. Esse fluxo é válido para o processo de retextualização na maioria de jornais e revistas, por exemplo, mas não é o fluxo seguido em grande parte das editoras, em que as etapas de edição, copidesque e revisão são realizadas por profissionais diferentes.

---

<sup>14</sup> Não serão aprofundadas as discussões acerca do jornalismo e as especificidades do trabalho do jornalista pelo fato de esta questão não ser relevante a este trabalho. O objetivo, aqui, é apenas mostrar que alguns jornalistas vão retextualizar textos de terceiro, como é o caso da análise que se faz nesta dissertação.

### Quadro 5. Etapas da retextualização escrita-escrita



Elaborado com base em Marcuschi (2008a) e Aguiar (2015).

Neste estudo, indo ao encontro do que Aguiar (2015) defende, considera-se a copidescagem como retextualização. Isso significa que o jornalista, ao retextualizar um texto, está exercendo a função de copidesque.

Conforme aponta Aguiar (2015, p. 18), embora os estudos sobre retextualização não sejam aplicáveis, de maneira direta, à atividade de copidesque, consistem em um subsídio importante para ampliar a compreensão dessa atividade. Nesse sentido, a copidescagem pode ser entendida como “um processo de composição textual no qual determinados fatores são essenciais para conferir textualidade à produção” (Aguiar, 2015, p. 18).

Como já observado, na retextualização efetuada por terceiros, as alterações decorrem da “compreensão do propósito [do autor do texto-base] pelo retextualizador e de suas representações do gênero e da modalidade” (Matencio, 2002, p. 113). Logo, antes de propor qualquer tipo de melhoria ou adequação, o primeiro movimento é a compreensão, a fim de apreender o propósito do autor. Essa compreensão vai depender de vários fatores, entre os quais:

- conhecimento linguístico, isto é, domínio do conteúdo específico e da língua;
- conhecimento de mundo ou enciclopédico, que engloba o conhecimento declarativo e o intuitivo;
- conhecimento interacional, que se subdivide em conhecimento ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e de modelos textuais globais.

Conforme aventado por Marcuschi (2008a) e discutido anteriormente, a compreensão é indispensável a qualquer proposta de retextualização, precedendo-a. É pela compreensão que o copidesque vai, por exemplo, fazer inferências e identificar o gênero ao qual o texto original pertence e a qual gênero o texto final deve pertencer, caso se mude o gênero após a retextualização.

Essa compreensão, como também já pontuado, é atravessada por valores, crenças e motivações do copidesque, que faz uma leitura não do que está escrito, mas do que é capaz de ler, considerando todas as variáveis indicadas. E é na interação com o texto que os sentidos são construídos. Por isso, o copidesque é um leitor ativo.

Assim, após a compreensão, o copidesque vai fazer as alterações no texto visando não apenas à correção gramatical conforme a norma padrão da língua portuguesa, mas também, e sobretudo, objetivando, com base em seu propósito comunicativo, adequar o texto à nova situação comunicativa, ao suporte e ao leitor. Isso evidencia que, ao copidesque/retextualizar um texto, é imprescindível considerar as condições de produção, recepção e circulação desse texto, o que envolve, portanto, aspectos pragmáticos, sociais e cognitivos. Isso significa que as ações do copidesque situam-se também nos âmbitos sociointeracional e discursivo.

Como afirma Aguiar (2015, p. 8), o conhecimento do copidesque deve extrapolar o linguístico a fim de que possa “interpretar o texto original e oferecer ao autor possíveis leituras para, dessa forma, ajustar os sentidos e adequar a organização textual ao que espera a comunidade discursiva”.

Considerando a tese de Marcuschi (2008a, p. 9) de que “falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação”, entende-se que o papel principal do copidesque não é adequar o texto às regras da língua, mas usar a língua para garantir que a intenção do autor seja comunicada eficazmente em dada situação de comunicação. É por isso que o trabalho do copidesque não se limita a correções de ordem ortográfica-gramatical, situadas na superfície do texto.

Logo, a atividade de copidesque:

deve se pautar não apenas no que orienta a gramática tradicional em relação ao que é correto e incorreto em relação ao uso da língua, embora esse aspecto seja bastante relevante na copidescagem, mas também em outros elementos igualmente importantes na construção de sentidos, como

[...] o propósito comunicativo de um gênero, o conhecimento de mundo do profissional do texto e seu repertório cognitivo e discursivo, que permitem ao copidesque compreender um texto de determinada maneira. (Aguiar, 2015, p. 51)

Na retextualização, o copidesque vai identificar problemas, realizar as correções e sugerir melhorias para que o conteúdo fique claro ao leitor. Sua intervenção também deve estar de acordo com intenção comunicativa do autor, como já destacado, dentro do domínio discursivo e atender às expectativas da comunidade discursiva para a qual se destina (Aguiar, 2015). É nesse sentido que Antunes (2006 *apud* Aguiar, 2015, p. 23) identifica dois movimentos no texto: “um movimento retrospectivo, que detecta possíveis problemas em relação ao que já foi feito, e um movimento prospectivo, que indica como prosseguir, o que fazer dali em diante, aonde ir, que ponto retomar”.

As intervenções decorrentes desses movimentos não devem ser intuitivas ou guiadas pela gramática normativa. Nesse sentido, a aproximação com as operações de retextualização ajuda a ampliar o trabalho do copidesque a fim de ter uma intervenção mais consciente (Aguiar, 2015).

Dessa maneira, a proposta de incorporar à prática de copidescagem operações de retextualização, como cortes, inversões, substituições e reformulações, faz o copidesque pensar em aspectos do texto que devem ser melhorados, promovendo um trabalho reflexivo, e não automatizado. Além disso, ele é levado a analisar recursos que podem ser empregados no suporte e entender o contexto sócio-histórico de produção, recepção e circulação do texto (Matencio, 2002).

Conforme Dikson (2018, p. 527):

Entendemos, então, o movimento de retextualização escrita-escrita como um processo cognitivo que necessita indubitavelmente caminhar pela compreensão do texto-base para produzir um texto-fim adequado, evitando-se problemas de entendimento; pela estruturação da topicalidade do gênero-base, com o intuito de conhecer a arquitetura discursiva deste para que os tópicos discursivos principais e essenciais sejam devidamente assegurados no processo de produção do texto final, mantendo-se o sentido; e pelos movimentos cognitivos da regularização e reformulação linguísticas, para que o gênero final reproduzido possa carregar – textual e discursivamente – a compreensão e os tópicos principais do texto-base, constituindo, assim, a retextualização.

De acordo com Aguiar (2015), ao abordar a copidescagem do viés da retextualização, leva-se em consideração que as etapas não são independentes,

mas podem ocorrer ao mesmo tempo e de maneira interativa. Além disso, ao ir lendo o texto, “vai ocorrendo a compreensão, a qual adentra à etapa de retextualização, durante a qual são realizadas ações como detecção, identificação e avaliação de eventuais problemas no texto; as leituras, intervenções e voltas ao texto vão modificando o material linguístico” (Aguilar, 2015, p. 22).

Todas essas questões relacionadas à atividade do copidesque se articulam diretamente com os princípios de textualidade, que, segundo Beaugrande (1997), representam a conexão entre o linguístico e o social. Assim, ao receber um texto, o copidesque deve entender a situação comunicativa em que ele se insere; analisar o grau de informatividade, bem como o arranjo das informações, para identificar se estão coesas/coerentes e compreensíveis pelo leitor, levando-o a entender a intenção do autor e construir sentidos possíveis para o texto; perceber como esse texto se conecta a outros, pelo princípio da intertextualidade, e, considerando o leitor, prever se o conhecimento é compartilhado ou não, a fim de saber o que deve ser explicitado, explicado etc. para garantir a compreensão; observar a intencionalidade do autor e notar se o texto está adequado ao público, considerando que se pretende a adesão a determinada causa (aceitabilidade). Para tudo isso, concorre o princípio da coerência, que, como visto, permeia todos os demais.

Entende-se, portanto, que retextualizar é “textualizar novamente” ou “tornar a textualizar”, isto é, produzir um novo texto com base em um ou mais textos já existentes, tendo sido mudadas as condições de produção. Disso decorre a possibilidade de mudar a modalidade linguística e/ou o gênero textual, por exemplo – caso do *corpus* em análise. Além disso, pode-se observar que as propostas de retextualização são operações sociodiscursivas complexas, que demandam do copidesque a mobilização de diversos conhecimentos.

### **CAPÍTULO 3 ANÁLISE DO *CORPUS***

Neste trabalho, tomou-se como objeto de estudo a atividade de copidesque. Para desenvolvê-lo, o aporte teórico foi a Linguística Textual (Koch, 1997, 2003a, 2003b e 2023; Fávero, 1995; Fávero e Koch, 2009), especificamente os estudos situados na fase das Teorias do texto; os princípios de textualidade (Beaugrande e Dressler, 1981; Beaugrande, 1997); as operações de retextualização (Marcuschi, 2008a; Dikson, 2018 e 2019).

Retomando o que foi discutido na teoria, adota-se neste estudo a visão sociocognitiva interacional da linguagem, em que a língua e o texto são lugares de interação, no qual os sujeitos têm papel ativo na construção de sentidos. Assume-se, ainda, que o trabalho do copidesque está inserido nessa perspectiva. Nesse sentido, ele toma o lugar desse sujeito, situado histórica e socialmente, e atua no texto por meio de uma série de processos e ações complexas, a iniciar pela compreensão, que depende de muitas variáveis e antecede as etapas de retextualização propriamente, conforme apontado (Marcuschi, 2008a; Dell'Isola, 2007; Dikson, 2018 e 2019). Dessa maneira, para compreender o texto, mobiliza conhecimentos de várias ordens, como enciclopédico, de mundo, interacional, entre outros, para depois, por meio de operações de ordem linguístico-textual-discursiva e cognitiva, transformar o texto original em outro texto.

Na análise da retextualização realizada no texto original que compõe parte do *corpus*, cuja constituição é detalhada a seguir, além das operações de retextualização, também se consideram os princípios de textualidade envolvidos. Ao refletir sobre tais princípios, ora eles são vinculados a uma visão mais geral do processo de retextualização, ora são explicitados de modo articulado à operação de retextualização utilizada. Na verdade, o fato é que todos os processos ocorrem concomitantemente para que o propósito do copidesque seja efetivado; nesta dissertação, a tentativa de analisar alguns aspectos separadamente tem fins exclusivamente didáticos.

Como afirma Aguiar (2015, p. 70), esses princípios “são permeados pelo aspecto interacional da linguagem, uma vez que concorrem para a produção de sentidos por parte dos participantes de determinada situação comunicativa”.

Dessa maneira, as discussões promovidas nos capítulos anteriores subsidiam a análise do *corpus*.

### 3.1 Categoria de análise e constituição do *corpus*

A fundamentação teórica deste trabalho permite especificar como categoria de análise a ser observada na atividade de copidesque no *corpus* apresentado as operações de retextualização: eliminação, inserção, reformulação/reconstrução e substituição, tendo como suporte os princípios de textualidade.

Vale destacar que não estão mencionadas como categorias de análise as variáveis implicadas no processo de retextualização propostas por Marcuschi (2008a) e empregadas por Dell'Isola (2007): objetivo da retextualização; relação tipológica entre o gênero do texto base e do texto final; e processos de formulação típicos de cada gênero. No entanto, essas variáveis são consideradas na análise, pois interferem diretamente no processo de retextualização, como atesta Marcuschi (2008a).

Quanto à constituição do *corpus*, foi selecionado para análise o artigo “As hidrelétricas do rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação no Brasil”, cuja versão retextualizada foi publicada em novembro de 2009 pela revista *Ciência Hoje*. O objeto de análise é formado por fragmentos de textos compostos de duas partes: a versão original dos autores enviada à revista e sua versão retextualizada.

Considerando a extensão dos textos, foram selecionados trechos que atendessem ao propósito deste estudo e nos quais pudessem ser observadas as operações indicadas como categorias de análise. Para que o leitor tenha acesso às duas versões, original e retextualizada, na íntegra, ambas constam nos Anexos, ao final deste trabalho. Além disso, para assinantes da revista *Ciência Hoje*, é possível baixar o artigo publicado digitalmente, em formato PDF (disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/as-hidreletricas-do-rio-madeira/>; acesso em: 2 abr. 2024). Ressalte-se que, nesta análise, não considerados os elementos paratextuais, como gráficos e tabelas, tampouco a diagramação, uma vez que esse não é o escopo de análise.

Como já indicado, esta pesquisa de mestrado é uma ampliação do trabalho pós-graduação *lato sensu* em Docência da Língua Portuguesa concluído em julho de

2010. Embora a base teórica e os objetivos sejam outros, avaliou-se que o *corpus*<sup>15</sup> poderia ser relevante, considerando o objetivo geral e os objetivos específicos.

A escolha de um artigo da revista *Ciência Hoje* justificou-se por sua representatividade no cenário de divulgação científica no Brasil, bem como pelo fato de não estar subordinada a finalidades comerciais. Além disso, diferentemente dos periódicos de divulgação científica do campo do jornalismo comercial, periódicos como a *Ciência Hoje*, ligados a organismo de fomento à pesquisa no Brasil, têm a maioria dos artigos escrita pelos próprios pesquisadores/cientistas, como é o caso do texto que constitui parte do *corpus*.

Antes de chegar à análise dos trechos selecionados, são feitas outras reflexões importantes para o entendimento do processo de retextualização em pauta. Para isso, o capítulo está dividido em três partes: primeiro, é feita uma caracterização do texto original, em que se analisam alguns aspectos relacionados às suas condições de produção, circulação e recepção, como o lugar social de onde os autores falam, o propósito do texto, o local de circulação e o contexto; depois, é feita uma caracterização do texto final, considerando também seu propósito, seus interlocutores e o local de circulação; por último, tem-se a análise propriamente, em que se reforça a importância da compreensão no processo de retextualização, seguindo-se reflexões acerca das operações de retextualização mobilizadas nos fragmentos que constituem o *corpus*.

### 3.1.1 Caracterização do texto original: artigo científico

Considerando as especificações com relação aos gêneros, o texto original apresenta uma estrutura composicional, que, aliada aos recursos linguísticos empregados pelos autores para atingir sua intenção comunicativa, permitem caracterizá-lo como artigo científico.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2023), do ponto de vista do conteúdo, o artigo científico é “parte de uma publicação com

---

<sup>15</sup> Durante o curso de especialização, ligamos para o Instituto Ciência Hoje, sediado no Rio de Janeiro, e conversamos com a editora-executiva da revista, explicando o propósito da pesquisa. Gentilmente, ela enviou o arquivo original tal como recebido pela revista e o arquivo final, retextualizado por uma jornalista interna. Após essa etapa, o texto seguiu o fluxo para diagramação e posterior publicação. Para esta pesquisa de mestrado, tentamos novo contato várias vezes com a revista, a fim de conseguir um *corpus* mais recente; no entanto, todas as tentativas foram frustradas.

autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”. A versão original do texto está de acordo com essa definição: trata-se do resultado de uma pesquisa realizada pelos autores e que discute um assunto de grande relevância social, qual seja, a geração de energia elétrica no Brasil por hidrelétricas e os problemas socioambientais decorrentes da construção de novas hidrelétricas no país, com ênfase às hidrelétricas do rio Madeira, na Amazônia – as quais, à época da escritura do texto, estavam sendo construídas.

Do ponto de vista estrutural, ainda conforme orienta a ABNT, o artigo científico deve ter: elementos pré-textuais, como título, subtítulo (se houver), nome do(s) autor(es), resumo na língua do texto, palavras-chave na língua do texto; elementos textuais, que consistem na introdução, desenvolvimento e conclusão; elementos pós-textuais, como título e subtítulo (se houver) em língua estrangeira, nome do(s) autor(es), resumo e palavras-chave em língua estrangeira, nota(s) explicativa(s), referências, apêndice(s), anexo(s). Por caracterizar um exemplar do gênero artigo científico, o texto original enviado à revista apresenta praticamente todos os elementos pré-textuais citados, com exceção das palavras-chave; além disso, está dividido em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão – inclusive, os dois primeiros termos são usados textualmente pelos autores. Quanto aos elementos pós-textuais, constam, ao final do texto original, “Sugestões para leitura”, que configuram as Referências.

Em termos estruturais globais, o texto é delimitado por itens e subitens, que fazem menção aos vários aspectos relacionados à instalação das hidrelétricas. No resumo, os autores sintetizam o assunto que vão abordar e, na Introdução, descrevem os problemas. Seguem-se os itens/subitens que delimitam o texto por temas, por exemplo: como a eletricidade é produzida no Brasil; os impactos socioambientais da construção das hidrelétricas no rio Madeira; o custo dessa construção; os impactos nas populações decorrentes da construção dessas hidrelétricas; entre outros.

Quanto à linguagem, é comum encontrar, em manuais para publicação de artigos em revistas científicas ou acadêmicas, especificações sobre o emprego da linguagem considerada adequada. Além disso, é frequente haver, em universidades e institutos de pesquisa, manuais que orientam a produção acadêmico-científica de

seus estudantes. Em comum, todos abordam a necessidade de a linguagem ser impessoal e objetiva, dado o entendimento de que o texto científico não resulta de subjetividades. O uso de jargões e termos da área de pesquisa do(s) autor(es) é autorizado, uma vez que esses textos geralmente estão voltados à própria comunidade acadêmica ou científica, que compartilha, com o autor/pesquisador, o conhecimento de terminologia específica.

No texto original em análise, é possível observar, do ponto de vista linguístico, o uso de linguagem técnica, cujo exemplo mais significativo é uma equação de energia ( $E = \frac{1}{2} mv^2 + mgh$ ) apresentada no decorrer do texto para explicar a geração de energia elétrica. Há também muitas informações estatísticas, evidenciando a preocupação dos autores em garantir a veracidade das informações; isso pode ser percebido, por exemplo, na menção aos dados obtidos na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão de autoridade na área do conhecimento em questão. Esse uso funciona como um elemento de persuasão no texto.

Cabe destacar ainda outros pontos relevantes e que dizem respeito às condições de produção, de circulação e recepção desse texto: o lugar social de onde os autores falam, o propósito do texto, o local de circulação, em que contexto estão inseridos, para quem escrevem.

Os autores são pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia na área de Energia Renovável Sustentável (Artur de Souza Moret) e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Iremar Antônio Ferreira). Na ocasião em que o artigo foi escrito, Moret era professor adjunto da Fundação Universidade Federal de Rondônia, e Ferreira era mestrando do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – essas informações biográficas não constam na versão retextualizada, mas podem ser observadas no texto original. Esse é o lugar social de onde falam: lugar de quem tem autoridade, legitimidade social para tratar do tema.

O propósito do texto original é divulgar o resultado de uma vasta pesquisa realizada por eles sobre os impactos negativos da construção de usinas hidrelétricas no rio Madeira. Em tom de alerta, por meio de dados objetivos e de comparações, os autores pretendem mostrar os prejuízos da construção das usinas em várias frentes (ambiental, humana etc.), indicando a necessidade de reavaliar o processo de construção.

A divulgação dessa pesquisa é feita na revista *Ciência Hoje*, que lhe serve, portanto, de suporte. Segundo Marcuschi (2003), os suportes têm materialidade, têm formato específico e têm a função básica de fixar um texto a fim de torná-lo acessível.

Note-se que, ao redigir o texto, os autores escreverem um artigo científico, e não um artigo de divulgação científica, como deveria ser, seguindo a encomenda da revista. É possível que isso tenha ocorrido não só pelo desconhecimento das especificidades de cada gênero textual, mas também por não dominarem o estilo que o texto precisa assumir ao circular na esfera jornalística: trata-se de um texto escrito para a revista *Ciência Hoje*, cuja circulação encontra-se na esfera jornalística, e não científica; logo, se o local de circulação não é mais a esfera científica, o interlocutor não é mais o cientista, o que significa dizer que os autores não estão escrevendo a seus pares.

Portanto, observa-se que os autores têm o *saber fazer*, têm acesso ao *fazer científico*, mas é a jornalista responsável pela retextualização do texto original quem conhece os modos de referência e de textualização dos saberes (*saber dizer*) (Matencio, 2002). Disso é possível concluir que, para efetuar eficazmente uma retextualização, também é preciso entender os processos de formulação de cada gênero, conforme indica a terceira variável destacada por Marcuschi (2008a).

### 3.1.2 Caracterização da versão retextualizada: artigo de divulgação científica

Na direção de Dell'Isola (2007), bem como de Dikson (2019), que compartilha com a autora dessa visão, reforça-se a importância de serem consideradas as condições de produção, de circulação e de recepção de um texto ao se objetivar sua retextualização, uma vez que tais condições influenciam diretamente no tipo de alteração que será feito e em sua constituição final.

Comparando a versão retextualizada com o texto original, observam-se mudanças nas condições de produção: além de o retextualizador ser um terceiro, isto é, a retextualização não é realizada pelos próprios autores do texto original, a finalidade/propósito mudou de um texto para outro – o que valida a afirmação de Matencio (2002), segundo a qual toda retextualização envolve uma mudança de propósito.

Quem retextualiza o texto é uma jornalista da revista, que, assumindo o papel de copidesque, é responsável por transformar o artigo a fim de adequá-lo à nova situação comunicativa. A finalidade da retextualização, portanto, é transformar um artigo científico em um artigo de divulgação científica, de modo que as informações que os autores objetivam transmitir atinjam o maior número de pessoas possível. Pode-se considerar que seu fim comunicativo é divulgar dados relevantes relacionados aos impactos da construção de usinas hidrelétricas no rio Madeira a um público leitor comum, que não domina conhecimentos científicos, mas tem interesse nessa temática.

Além disso, faz parte da intenção comunicativa dos autores buscar a adesão dos leitores para a causa discutida, socialmente relevante. Essa intenção é preservada na retextualização, indo ao encontro do que se discutiu na fundamentação teórica relativa à retextualização.

Para que a finalidade seja atingida, são necessárias transformações significativas no texto. Como aponta Marcuschi (2008a), as modificações em um texto tendem a ser mais significativas quando se transforma um gênero em outro.

Nesse processo, uma das exigências em termos de mobilização de conhecimentos é que o copidesque saiba reconhecer os gêneros e consiga estabelecer uma relação tipológica entre o gênero do texto base e o gênero do texto final. Aqui, leva-se em conta a segunda variável destacada por Marcuschi (2008a) e que interfere diretamente na retextualização.

Segundo Marcuschi (2008a, p. 70), quando há uma mudança de gênero decorrente do processo de retextualização, muda-se inclusive o modelo global de transmissão. Isso significa que a mudança de um gênero textual para outro envolve não apenas uma mudança superficial na forma ou no conteúdo do texto, mas também uma alteração significativa no modelo global de transmissão de informações. Em outras palavras, a mudança de gênero implica uma reconfiguração mais profunda da maneira como a informação é concebida, estruturada e transmitida, afetando o modelo global de transmissão de mensagens e o processo de interação.

Assim, ao efetuar a retextualização, a jornalista da revista *Ciência Hoje*, que conhece as particularidades do gênero artigo de divulgação científica, vai adequar o texto a seu público leitor. Sabendo que se trata de pessoas leigas em matéria

científica, as intervenções visam a tornar a linguagem mais acessível; para isso, dispensa-se o uso de expressões e termos técnicos, que dificultam a compreensão do texto por esse leitor não especialista, e privilegiam-se as sequências explicativas.

Destaque-se que o emprego de uma linguagem mais formal e técnica no artigo científico, em detrimento de uma linguagem menos formal e mais acessível no artigo de divulgação científica, embora esteja relacionado a características de um e outro gênero, não se restringe a uma condição linguística. Isso porque as escolhas relativas ao uso da linguagem são movidas também pelo propósito de cada texto, o lugar social de onde o(s) autor(es) de cada texto escreve(m), em que contexto se insere(m), quais são os interlocutores envolvidos. Trata-se, pois, de sujeitos marcados histórica e culturalmente que, pelo texto, dialogam com outros sujeitos também marcados histórica, social e culturalmente. Logo, as alterações visíveis no nível linguístico são da ordem do discurso.

Dessas observações pode-se concluir que mesmo aspectos que parecem restritos à organização dos gêneros, por exemplo, situam-se na esfera sociocognitiva interacional da linguagem, pois mobilizam conhecimentos de várias ordens, envolvem sujeitos ativos, situados em um contexto específico e com intenções comunicativas também específicas; sujeitos esses que interagem no texto e pelo texto, construindo para ele significados.

### **3.2 Análise das operações de retextualização no *corpus* em articulação com os princípios de textualidade**

Para Dell'Isola (2007), o processo de retextualização engloba algumas etapas, conforme especificado no Capítulo 1. Neste trabalho, também se entende que a leitura, a compreensão e a identificação do gênero são etapas fundamentais antes de se efetuar a retextualização propriamente.

Do processo de leitura, a partir da mobilização de conhecimentos prévios, linguísticos, comunicacionais, de mundo, entre outros, será possível compreender o texto. E, para que a retextualização tenha êxito, é necessário haver compreensão: “para poder transformar [retextualizar] um texto é necessário compreendê-lo ou pelo menos ter uma certa compreensão dele” (Marcuschi, 2008a, p. 70). Como visto, essa compreensão depende de muitas variáveis.

A identificação do gênero, que também depende do conhecimento, é outro ponto bastante relevante para uma retextualização mais efetiva do ponto de vista comunicacional, conforme se pode perceber pelas considerações já delineadas.

Entrando agora na seara da textualidade, concorda-se com Marcuschi (2008b, p. 90-91) quando afirma que a “textualidade não depende, de modo geral, da correção sintático-ortográfica da língua e sim da sua condição de processabilidade cognitiva e discursiva”. Por isso, ao refletir sobre a retextualização escrita-escrita circunscrita aos textos que constituem o *corpus* de análise, não serão consideradas as correções ortográficas, gramaticais, de erros de digitação, de padronização; isso porque tais mudanças não interferem diretamente na constituição de sentidos do texto, estando voltadas muito mais a uma normatização, ajustando o texto àquilo que se reconhece como norma padrão culta da língua portuguesa.

A proposta é pensar na nova configuração que o texto original ganha, entendendo que sua textualidade depende, nos termos de Marcuschi (2008b, p. 90), de sua “processabilidade cognitiva e discursiva”. Além disso, será observado como os princípios de textualidade propostos por Beaugrande e Dressler (1981) se articulam para que o texto tenha esse estatuto e, como tal, seja veiculador de sentidos.

O primeiro princípio que pode ser citado é a *situacionalidade*: dada a temática do texto original, nota-se a relevância na situação comunicativa em que se inscreve e seu impacto no entorno sociopolítico.

Considerando a *intencionalidade*, essa diz respeito aos recursos que a jornalista mobiliza para preservar a intenção comunicativa dos autores, mas articulando a seu propósito comunicativo: divulgar um conhecimento específico para um leitor leigo em matéria científica. Essa intencionalidade perpassa todas as operações de retextualização utilizadas e analisadas no *corpus* – eliminação, inserção, reformulação/reconstrução e substituição –, pois todas são realizadas considerando seu propósito. Além disso, ao retextualizar o texto original, a jornalista objetiva que sua versão seja *aceita* pelo leitor.

Como dito na fundamentação teórica, esses dois princípios – intencionalidade e aceitabilidade – caminham juntos; logo, ao intencionar atingir e agradar o maior número de pessoas possível, a jornalista busca criar uma disposição afetiva favorável no público leitor. Isso também influencia suas escolhas linguísticas e

estilísticas, por exemplo. É isso que orienta a troca de um vocábulo por outro, o emprego de um item lexical mais preciso ou com caráter argumentativo mais marcado.

Com relação ao princípio da *coerência*, pode-se afirmar que ela é mobilizada em diversos momentos, uma vez que resulta da confluência de todos os demais princípios, “aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva, como o conhecimento enciclopédico, o conhecimento compartilhado, o conhecimento procedural, etc.” (Koch, 2023, p. 52).

Destacados esses princípios, parte-se para a análise pontual de cada uma das quatro operações de retextualização selecionadas como categorias de análise: operações de eliminação, de inserção, de reformulação e de substituição. Cabe ressaltar que, para atender aos propósitos deste estudo, elas foram adaptadas, já que se referem à retextualização oral-escrito. Essa possibilidade de adaptação é dada pelo próprio Marcuschi ao afirmar que sua proposta não deve ser considerada “uma fórmula ou uma receita, podendo ser modificada de acordo com os propósitos que cada analista tiver em mente” (Marcuschi, 2008a, p. 75).

Tais operações também figuram no quadro de retextualização escrita-escrita (Quadro 4) proposto por Dikson (2018; 2019), compreendidas como operações relacionadas aos aspectos dos níveis linguísticos-textuais-discursivos, sempre atravessadas pela compreensão. Na medida em que se fizer necessário, será feita remissão à proposta de Dikson (2018; 2019) para complementar a discussão trazida por Marcuschi (2008a).

### 3.2.1 Operação de eliminação

No modelo de Marcuschi, a eliminação é a terceira operação, que consiste na “retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (*estratégia da eliminação para uma condensação linguística*)” (Marcuschi, 2008a, p. 75). Trata-se da exclusão de “marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras” (Marcuschi, 2008a, p. 75). Como se percebe, está relacionada à retextualização oral-escrito, por meio da eliminação de marcas da oralidade, mas pode ser aplicada no processo de retextualização escrita-escrita

considerando, por exemplo, termos repetidos que podem ser eliminados, redundâncias que podem ser eliminadas etc.

Para Dikson (2019, p. 71 – destaque do original),

consiste em retirar termos linguísticos-textuais-discursivos presentes no gênero-base, apagando, no texto-fim, determinadas expressões, trechos, termos, frases, blocos de sentido, signos semióticos, parágrafos ou segmentos tópicos, ações estas muitas vezes necessárias tendo em vista que é preciso considerar tanto a **compreensão** do texto-base quanto a formatação linguístico-textual do gênero-fim que se encontra em processo de retextualização.

Na análise do *corpus*, nota-se que essa operação diz respeito a eliminações que estão pautadas, sobretudo, na constituição do gênero artigo de divulgação científica. Nesse sentido, no processo de retextualização, a primeira operação observada é a supressão, no texto original, das indicações que geralmente caracterizam um texto da esfera acadêmica: são eliminadas as expressões “área de concentração”, bem como os itens resumo, introdução, conclusão.

Fazendo uma análise geral de algumas exclusões, observa-se que, na retextualização, a jornalista:

- eliminou uma citação direta que figurava no texto original, indicativa do agenciamento de vozes, sendo feita a paráfrase de um trecho dessa citação.
- suprimiu o quadro de empreendimentos energéticos e pontos de conflitos socioambientais, transformando-o em texto por meio de várias adaptações;
- excluiu dados estatísticos e informações que, do seu ponto de vista, não eram relevantes para a compreensão do texto pelo leitor não especialista;
- eliminou termos técnicos e algumas siglas, que certamente comprometeriam a compreensão do leitor.

A seguir estão indicados alguns exemplos, reproduzindo-se alguns trechos em que essa operação pode ser observada. Note-se que, nos trechos selecionados, foram usadas várias operações além da eliminação, como a de inserção e a de reformulação; entretanto, nesse momento, o foco é apenas a operação de eliminação.

Para indicar o que foi excluído do texto original, na coluna da esquerda, usou-se um traço de corte sobre as palavras e/ou expressões, também destacadas em cor vermelha. O trecho à direita é a versão retextualizada.

Texto original	Texto final
<p>O planejamento do setor elétrico qualifica a demanda futura, indica as tecnologias e os combustíveis <del>(insumos)</del> que [...] a maior quantidade de investimento poucas tecnologias (hidroeletricidade, <del>termeletricidade com petróleo, gás natural e carvão</del>) e combustíveis, [...]. <i>Entretanto, mais grave ainda são os impactos sócio-ambientais <del>negativos que geram conflitos e que estão relacionados (diretamente) à vertente do planejamento adotado, baseada na dimensão, na concentração e na baixa quantidade de tecnologias e insumos (MORET, 2000)</del></i></p>	<p>O planejamento do setor elétrico brasileiro estima e qualifica a demanda futura, indica as tecnologias de produção e os combustíveis que [...] o maior volume de investimentos é concentrado em poucas tecnologias (hidreletricidade e termeletricidade) e poucos combustíveis (água, gás natural, petróleo), [...]. Entretanto, mais graves ainda são os prejuízos socioambientais relacionados à linha de planejamento adotada.</p>
<p>[...] as Turbinas Bulbo, diferentes daquelas utilizadas em outras hidrelétricas. Esse equipamento utiliza a tecnologia que transforma predominantemente a velocidade da água em energia elétrica, pois esse equipamento fica no sentido do rio <del>(esquema a seguir)</del>; essa tecnologia é adequada para rios com velocidade alta. <del>A equação que explica isso é <math>E = \frac{1}{2}mv^2 + mgh</math> e sendo: E energia total do sistema, m massa, v velocidade, g gravidade e h altura.</del></p>	<p>[...] das chamadas turbinas-bulbo, diferentes das utilizadas em outras hidrelétricas. Esse tipo de turbina busca aproveitar a velocidade natural da água, quando não existe uma diferença de altura (a coluna d'água criada pela barragem) para acelerar o fluxo dirigido à turbina.</p>

Como se observa, houve uma preocupação da jornalista em facilitar a compreensão do leitor. É por isso que elimina termos técnicos, como a palavra “insumos”, e a equação de energia; que exclui os tipos de combustível usados na geração de energia pelas termelétricas (“petróleo, gás natural e carvão”); que elimina a citação em seu formato original, excluindo a explicação final dela e sua referência – o restante da citação é parafraseado.

Há outros casos significativos de eliminação. Por exemplo, muitas vezes, o texto original traz localizações que, para o leitor que não é da região Norte ou que não conhece essa região, são irrelevantes, como no caso a seguir.

Texto original	Texto final
<p>Os núcleos urbanos atingidos, segundo o EIA, <del>localizam-se entre a Ilha do Presídio e a Vila de Abunã</del> são: Vila de Mutum-Paraná (totalmente); Vila Jaci-Parana (parcialmente); comunidades ribeirinhas de Teotônio e Amazonas.</p>	<p>Os núcleos urbanos afetados, segundo o estudo, serão a vila de Mutum-Paraná (totalmente inundada) e a vila de Jaci-Parana (parcialmente). Também deverão ser deslocadas as comunidades ribeirinhas de Teotônio e Amazonas.</p>

Por isso, essa localização, que é dispensável, foi excluída, dando ao texto final mais clareza e deixando-o mais fluente.

### 3.2.2 Operação de inserção

Segundo Marcuschi, a inserção é a quarta operação, que consiste na “introdução de paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos” (Marcuschi, 2008a, p. 75). Adaptada a este estudo, compreende a introdução de novos parágrafos, sem a modificação da ordem tópica, bem como a inserção de itens lexicais que objetivam, entre outras coisas, contextualizar o leitor.

Para Dikson (2019, p. 71-72 – destaque do original), essa operação, chamada por ele de operação de acréscimo, é uma

ação que caminha no sentido de incluir, implementar, inserir, adicionar e introduzir termos linguísticos-textuais-discursivos no gênero-fim,

acrescentando expressões, trechos, termos, frases, blocos de sentido, signos semióticos, parágrafos ou segmentos tópicos que não constavam do texto-base, ações estas que – da mesma maneira que a **eliminação** – são necessárias considerando a construção do formato linguístico-textual do texto-fim.

Observando globalmente a retextualização realizada, nota-se que há um número significativo de inclusões, inseridas no texto sobretudo com o objetivo de esclarecer trechos que não ficariam muito claros ao leitor não familiarizado com o tema, que é bem específico de uma área.

Conforme explica Koch (2023, p. 53-54),

não só os conhecimentos prévios são de extrema importância no processamento textual e, portanto, para o estabelecimento da coerência, como também os conhecimentos partilhados – ou pressupostos como partilhados – entre os interlocutores, que vão determinar, por exemplo, o balanceamento entre o que precisa ser explicitado e o que pode ficar implícito no texto.

Essa afirmação é bastante importante na análise, porque, ao inserir informações e dados no texto, a jornalista responsável pela retextualização está projetando o que considera como conhecimento não partilhado com seu interlocutor. Por isso, objetivando auxiliar a compreensão do texto, são inseridos exemplos, explicações de termos técnicos, significado de siglas. Esse movimento pode ser entendido dentro do princípio da coerência.

Também é relevante notar o que Marcuschi chama de *fatores de contextualização*, responsáveis “pela ancoragem do texto em dada situação comunicativa” (apud Koch, 2023, p. 52). Esses elementos, muitas vezes, são decisivos para a interpretação (Koch, 2023). No *corpus* em análise, pode-se observar, por exemplo, inserções no texto original para indicar a localização geográfica do que é mencionado, prevendo que o leitor desconhece essa informação; além disso, a jornalista também contextualiza o leitor ao datar informações.

Quanto à paragrafação, observamos que, em geral, a versão retextualizada seguiu a segmentação dada pelos autores. No entanto, houve casos em que um parágrafo foi desmembrado em dois, considerando a mudança de conteúdo temático. Trata-se, portanto, de uma mudança relativa à progressão temática.

Considerando o processamento textual, Koch (2003b) elenca os tipos de estratégias que mobilizam os diversos sistemas de conhecimento: cognitivas, sociointeracionais e textuais. Segundo a autora, as inserções são um tipo de

estratégia textual, constituindo as chamadas estratégias de formulação, cuja função é de ordem cognitiva-interacional. Conforme explica:

As inserções têm, em geral, a função de facilitar a compreensão dos interlocutores, criando coordenadas para o estabelecimento de uma estrutura referencial, de modo que o material inserido não é supérfluo, isto é, não é eliminável sem prejuízo para a compreensão. Por meio da inserção, introduzem-se explicações ou justificativas, apresentam-se ilustrações ou exemplificações, fazem-se comentários metaformativos que têm, muitas vezes, a função de melhor organizar o mundo textual (Koch, 2003b, p. 39).

Isso ocorre em vários momentos nos fragmentos em análise, como se poderá notar.

Um primeiro ponto a ser observado com relação à inserção diz respeito à explicação de termos técnicos: houve casos em que o termo técnico foi mantido, mas seguido de uma explicação. Esse procedimento, tal qual a operação de eliminação, está bastante relacionado à caracterização do gênero artigo de divulgação científica, ficando explícita também a preocupação com o interlocutor do texto.

A seguir, são analisados alguns exemplos. Os textos inseridos estão indicados com sublinhado na coluna da direita, bem como destacados na cor azul.

Texto original	Texto final
<p>Entretanto, há vários e graves problemas ligados à sua implantação, como exemplo o fato de atuar na oferta em detrimento de intervenções na demanda[...]</p> <p>[...] também somente inserções na oferta, em detrimento de atuações na demanda que tem custos menores e resultados satisfatórios.</p>	<p>Entretanto, a construção de novas hidrelétricas revela uma opção pelo simples <u>aumento da geração de energia</u> (ou seja, atuando na oferta), em vez de tornar mais eficiente o <u>consumo da energia já disponível</u> (atuando na demanda).</p> <p>[...] e em intervenções na <u>geração</u> (oferta), com pouca atenção a medidas que atuem no <u>consumo</u> (demanda), que têm custos menores e resultados satisfatórios.</p>

Texto original	Texto final
[...] energia firme de 4255 MW (56% do total) [...]	[...] a energia firme ( <a href="#">média de geração prevista, com base no período histórico de mais baixa vazão hídrica no país</a> ) de 4.255 MW, ou 56% do total instalado.

Com a retextualização, busca-se explicar ao leitor que “oferta” de energia significa “geração” de energia e que “demanda” é o consumo. No primeiro exemplo, a explicação do que é “oferta” é acompanhada pela inserção de um marcador de reformulação ou retomada, “ou seja”, recurso linguístico bastante utilizado nos artigos de divulgação científica. Além disso, explica-se a expressão “energia firme”, que é específica da área.

Observe-se agora outro exemplo, que traz uma inserção para explicar o termo técnico “biomassa”, e inserções que não se referem à terminologia técnica, mas que também têm a função de explicar/desenvolver uma ideia que estava incompleta no texto original.

Texto original	Texto final
A matriz de energia elétrica Brasileira é composta por 70% hidroeletricidade, 10.7% gás, 4.2% petróleo, 4.1% biomassa, 1.8% nuclear, 1.4% carvão mineral, 0.3% eólica e 7% importado.	Na matriz de energia elétrica brasileira, <a href="#">em 2008</a> (já incluídas as importações), a geração hidrelétrica respondeu por 80% da oferta, a termelétrica por 19,9% e a eólica por 0,1%. <a href="#">Na termelétrica, o percentual pode ser dividido conforme o combustível usado na geração: gás natural</a> (6,6%), biomassa ( <a href="#">lenha, bagaço de cana e outros</a> – 5,3%), <a href="#">derivados de</a> petróleo (3,3%), energia nuclear (3,1%) e carvão mineral (1,6%).

	<p style="text-align: center;"><a href="#"><u>Esses dados são do Balanço Energético Nacional, do Ministério das Minas e Energia.</u></a></p>
--	--

Ao tratar da produção da energia no Brasil, os autores vão mostrar como a matriz da energia elétrica brasileira é composta. A exposição é bastante sintética; os dados não são “desmembrados”, o que dificulta o entendimento do leitor.

Ao comparar o texto original com o texto retextualizado, nota-se que a compreensão das informações na versão retextualizada é facilitada. Primeiro, fala-se da porcentagem de cada uma das três formas de geração de energia: hidrelétrica, termelétrica e eólica. A termelétrica foi incluída na versão retextualizada, como se observa. Ademais, os autores haviam especificado os tipos de combustível usados na geração de energia pelas termelétricas, o que, muito provavelmente, não faz parte do conhecimento do público leitor. É por isso que a jornalista insere, didaticamente, a informação “Na termelétrica, o percentual pode ser dividido conforme o combustível usado na geração”, discriminando, em seguida, cada um dos combustíveis usados nas termelétricas com sua porcentagem correspondente. Percebe-se, também, que há precisão ao elencar esses combustíveis: “gás natural” (no original, constava apenas “gás”), “derivados de petróleo” (e não apenas “petróleo”), “energia nuclear” (em vez de apenas “nuclear”). Além disso, também de maneira didática, como é característico do artigo de divulgação científica, explica-se o que é “biomassa” por meio da inclusão de exemplos: “lenha, bagaço de cana e outros”.

Essa expansão da informação é um desdobramento do que foi dito pelos autores, relacionando-se ao conceito de *sequência*. Como no artigo de divulgação científica predominam as sequências explicativas, normalmente as inclusões objetivam completar esse tipo de sequência, que tem o seguinte formato: constatação inicial, problematização, resolução, conclusão-avaliação (Bronckart, 2007).

Com relação a esse trecho, também é possível notar que há uma diferença significativa nos dados percentuais – embora isso diga respeito à reformulação, convém fazer essa abordagem nesse momento, para facilitar a análise. Sabe-se, no entanto, que os novos dados utilizados na retextualização são confiáveis, já que há

indicação de fonte segura, à qual é atribuída a responsabilidade por tais dados. A fonte em questão, Balanço Energético Nacional, do Ministério das Minas e Energia, inserida pela jornalista, não só é confiável como tem autoridade legitimada, uma vez que se trata do balanço de um órgão governamental, da esfera federal. Isso tem relação com o caráter argumentativo do artigo de divulgação científica. Nesse sentido, ao recorrer a uma fonte legitimadora para embasar suas informações, a jornalista torna o texto final mais convincente, mais persuasivo que o texto original.

Ainda nesse parágrafo do texto, não reproduzido aqui, mas que pode ser observado nas versões que constam no Anexo, explica-se, por meio de uma inserção, o que são métodos limpos, preocupação que não estava presente no texto original: “A geração da biomassa e dos ventos, métodos limpos (o carbono liberado na queima de material vegetal é compensado pela absorção desse elemento no crescimento)”.

O parágrafo da versão retextualizada termina explicando por que a hidreletricidade não pode ser considerada uma fonte limpa. Essa explicação é uma inserção, introduzida por articulador argumentativo “porque”: “A hidreletricidade não deve ser considerada uma fonte ‘limpa’ porque, segundo estudos, as emissões de metano (CH<sub>4</sub>) das hidrelétricas seria comparável às emissões de CO<sub>2</sub> das termelétricas, em termos de impacto na aceleração do efeito estufa” (o trecho nas aspas que está sem grifo é uma reformulação, que será explicada adiante). Observe-se, portanto, que, na versão retextualizada, a argumentação tem um “peso” maior, é mais significativa, o que pode ser confirmado pelo uso do articulador argumentativo. Além disso, essa inserção também remete a uma voz externa, “estudos”, por meio do marcador de escopo de responsabilidade enunciativa, “segundo estudos”.

Outra inserção bastante interessante e que explicita um posicionamento da revista, criando um efeito de sentido diverso do que havia no texto original, é a inclusão da expressão “Mesmo na América do Sul”, indicada no fragmento a seguir. Em seu texto, os autores comparam o desperdício de energia no Brasil com o desperdício em outros países. O trecho foi reformulado (e será explicado adiante), mas o fato é que, no texto original, tal comparação era neutra: “Brasil 20.28%; União Européia (média) 6.5%; Alemanha 3.84%; Chile 5.6%; Colômbia 11.5%; Peru 9.3% Argentina 9.9%”. Ao efetuar a retextualização, a jornalista inseriu, antes de elencar

as porcentagens de desperdício nos países sul-americanos, a expressão “Mesmo na América do Sul”, o que parece indicar uma “desqualificação” desses países: até nos demais países da América do Sul o desperdício de energia é menor que no Brasil. Logo, em um país como o Brasil, economicamente mais forte e estável que os demais países da América do Sul, era de esperar que seu desperdício fosse menor.

Texto original	Texto final
<p>Ainda, há outra importante questão do sistema elétrico brasileiro referente às perdas da transmissão e da distribuição, e ao compararmos o Brasil com outros países, há muita energia desperdiçada, como se demonstra a seguir: Brasil 20.28%; União Européia (média) 6.5%; Alemanha 3.84%; Chile 5.6%; Colômbia 11.5%; Peru 9.3% Argentina 9.9%; essas informações são do Tribunal de Contas da União (outubro de 2008);</p>	<p>Outra importante questão, quando se fala no sistema elétrico brasileiro, é a das perdas na transmissão e na distribuição. Em uma comparação com outros países, verifica-se que o desperdício no Brasil é muito elevado: enquanto aqui as perdas atingiram, em 2007, 20,28% do total gerado, na União Européia a média da perda dos países-membros chegou a 6,5%. <a href="#">Mesmo na América do Sul</a>, as perdas no Chile (5,6%), no Peru (9,3%), na Argentina (9,9%) e na Colômbia (11,5%) são bem inferiores às brasileiras.</p>

Há outro trecho de inserção com um posicionamento de cunho argumentativo bem marcado.

Texto original	Texto final
<p>A implantação das Hidrelétricas no rio Madeira (principal afluente do rio Amazonas no território brasileiro) não tem apenas a perspectiva da geração elétrica, mas também</p>	<p>A implantação das hidrelétricas no rio Madeira, um dos maiores afluentes do rio Amazonas no território brasileiro, não tem apenas o objetivo de gerar eletricidade, mas também o de</p>

extensão da navegação acima da cidade de Porto Velho, [...]	estender a navegação além da cidade de Porto Velho, <u>embora o governo tenha decidido não incluir as eclusas (para que os barcos transponham as barragens) no projeto original das usinas. O governo afirma que serão instaladas mais tarde.</u>
---	---

Com a inserção de “embora”, um marcador de argumento forte, a jornalista introduz uma contraposição ao que foi dito, denunciando a decisão governamental de não incluir eclusas no projeto original das usinas. Soma-se a isso a frase seguinte à crítica anunciada: “O governo afirma que serão instaladas mais tarde”. O emprego da expressão traz a ideia de que a questão não é urgente, o que acentua a crítica ao governo.

No subitem “Questões econômicas e técnicas” da versão retextualizada, identifica-se outra inserção bem significativa do ponto de vista da construção de sentidos.

<b>Texto original</b>	<b>Texto final</b>
<p>Durante a construção do empreendimento a mão-de-obra permanente é de 1.500 trabalhadores. Entre o primeiro e o terceiro ano de construção há contratação em larga escala de cerca de 15.000 trabalhadores e o “pico” de contratação será de cerca de 20 mil trabalhadores somente no terceiro ano de obra e terá a duração de APENAS 3 MESES</p>	<p>Durante a construção do empreendimento a mão-de-obra permanente será de 1,5 mil trabalhadores, e entre o primeiro e o terceiro anos da construção está prevista a contratação de cerca de 15 mil trabalhadores temporários. O pico de contratação – 20 mil trabalhadores – acontecerá no terceiro ano de obra e terá a duração de apenas três meses. <u>O que essa imensa massa de trabalhadores fará após esse período?</u></p>

Com a inserção de pergunta retórica “O que essa imensa massa de trabalhadores fará após esse período?”, introduz-se uma problematização. É uma pergunta que desperta o leitor, comove, de certa forma, ao mesmo tempo em que incita o questionamento. A carga semântica dos itens lexicais escolhidos também é bastante forte: trata-se de uma “massa de trabalhadores”, o que é intensificado pelo acréscimo do adjetivo “imensa”.

Ressalte-se que em vários momentos são incluídos adjetivos que têm a função de buscar a adesão do leitor à “causa” defendida: é preciso que o leitor seja mobilizado com relação às consequências negativas decorrentes da construção das usinas, as quais atingem o meio ambiente, a economia, a população.

A seguir, mais um exemplo representativo desse tipo de inserção.

Texto original	Texto final
Impacto nas atividades econômicas dos ribeirinhos.	O impacto nas atividades econômicas das comunidades locais será <a href="#">dramático</a> .

Na versão retextualizada, objetivando facilitar o entendimento do leitor, também foram incluídos itens lexicais que especificam o referente ou que complementam a informação dada. Seguem alguns exemplos.

Texto original	Texto final
As hidrelétricas em construção no rio Madeira [...]	As <a href="#">duas</a> hidrelétricas ( <a href="#">Jirau e Santo Antônio</a> ) em construção no rio Madeira [...]
Gasoduto Urucu – Coari; Coari – Manaus	O gasoduto Urucu-Coari-Manaus, <a href="#">construído para garantir o aproveitamento de reservas de gás natural no Amazonas</a> ,
produção de gases de efeito estufa	produção de gases <a href="#">responsáveis pela intensificação</a> do efeito estufa

Os exemplos confirmam afirmação de Koch (2003b): as inserções estabelecem uma estrutura referencial, de maneira que são indispensáveis à compreensão.

Também há inserções no texto para situar as informações no tempo, o que é feito pela inclusão de marcadores temporais. Segundo Carioca (2007, p. 829), no discurso de divulgação científica há a projeção de uma ancoragem temporal muito marcada. Essa “ancoragem temporal” está bem pontuada na versão retextualizada: houve a inclusão, em diferentes momentos, de elementos temporais, objetivando situar temporalmente o leitor quanto às informações prestadas.

Observe-se um exemplo.

Texto original	Texto final
A seguir, são apresentados pontos de conflito detectados em empreendimentos energéticos implantados na Amazônia [...]	Alguns empreendimentos energéticos implantados na Amazônia, <a href="#">nas últimas décadas</a> podem ser citados como exemplos de impactos negativos. [...]

Outro tipo de contextualização que precisa ser feita diz respeito à localização dos empreendimentos mencionados no artigo. Assim, para situar espacialmente os leitores, são inseridos marcadores metonímicos.

Texto original	Texto final
As hidrelétricas em construção no rio Madeira [...]	As duas hidrelétricas (Jirau e Santo Antônio) em construção no rio Madeira, <a href="#">em Rondônia</a> [...]
Hidrelétricas: Balbina, Samuel, Tucuruí, Belo Monte	Nos casos das usinas hidrelétricas de Balbina ( <a href="#">Amazonas</a> ), Samuel ( <a href="#">Rondônia</a> ) e Tucuruí ( <a href="#">Pará</a> )

### 3.2.3 Operação de reformulação

No modelo de Marcuschi, a reformulação corresponde à quinta operação, que consiste na “introdução de marcas metalinguísticas para referência de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos” (Marcuschi, 2008a, p. 75).

Como indica Marcuschi (2008a, p. 53), nas atividades de reformulação tem-se uma paráfrase, que “refaz o texto de um formato linguístico para outro formato que diga algo equivalente (de um mínimo a um máximo de equivalência)”.

Na retextualização em análise, essa operação foi usada pela jornalista em vários momentos, alguns dos quais para explicitar os referentes de pronomes demonstrativos.

Para indicar essa operação nos fragmentos, estão grifados, no texto original e no texto final, como era o trecho e como ficou, respectivamente. Os trechos também estão destacados na cor verde.

Texto original	Texto final
<p>O planejamento do setor elétrico qualifica a demanda futura, indica as tecnologias e os combustíveis (insumos) que o mercado vai disponibilizar para o atendimento da demanda futura. <u>Nesse</u>, figuram com a maior quantidade de investimento poucas tecnologias (hidroeletricidade, termoeletricidade com petróleo, gás natural e carvão) e combustíveis (água, gás natural, petróleo), também somente inserções na oferta, em detrimento de atuações na demanda que tem custos menores e resultados</p>	<p>O planejamento do setor elétrico brasileiro estima e qualifica a demanda futura, indica as tecnologias de produção e os combustíveis que cada uma deverá usar. <u>Na estratégia adotada hoje no país</u>, o maior volume de investimentos é concentrado em poucas tecnologias (hidroeletricidade e termoeletricidade) e poucos combustíveis (água, gás natural, petróleo), e em intervenções na geração (oferta), com pouca atenção a medidas que atuem no consumo (demanda), que têm custos menores e resultados satisfatórios. <u>Essa forma</u></p>

satisfatórios. <u>Isso</u> traz lucros para algumas atividades econômicas [...]	<u>de pensar</u> traz lucros para algumas atividades econômicas [...]
---	---

Tal como estava no texto original, não se pode depreender a que se referem os pronomes “Nesse” e “Isso”. É para evitar a ambiguidade referencial que a reformulação é feita. No primeiro caso, explicita-se ao leitor que se está falando da estratégia adotada “hoje no país” (para contextualizar a informação, também são incluídos marcadores temporal e metonímico); no segundo caso, a jornalista infere que o pronome se refere a uma forma de pensar. Em ambos os casos, porém, não há um referente explícito. Como, então, a reformulação é feita? O que está implicado nesse processo é uma atividade cognitiva fundamental no processo de retextualização: a compreensão.

Segundo Marcuschi (2008a), antes de ser realizada qualquer atividade de transformação textual ocorre uma atividade cognitiva chamada compreensão. Por isso, “para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente *compreender* o que foi que esse alguém disse ou quis dizer” (Marcuschi, 2008a, p. 47).

Assim, ao ler e interpretar o texto original, a jornalista gera ideias, organiza-as e realiza seleções para dar forma àquilo que será dito. Como a reformulação provoca mudanças não pontuais, não há nenhuma forma de destaque para indicar essa operação nos fragmentos a seguir.

Observe-se mais alguns exemplos.

<b>Texto original</b>	<b>Texto final</b>
também, nesse projeto, dos mesmos problemas de empreendimentos anteriores no que se refere às justificativas para a sua implementação.	Cabe destacar que, já no início da construção, houve grande mortandade de peixes, em decorrência da interferência das obras no rio.

<p>A matriz de energia elétrica Brasileira é composta por 70% hidroeletricidade, 10.7% gás, 4.2% petróleo, 4.1% biomassa, 1.8% nuclear, 1.4% carvão mineral, 0.3% eólica e 7% importado. Ou seja, os governos afirmam que a nossa matriz é limpa, entretanto ao verificarmos os dados, percebe-se que esta premissa não é verdadeira,</p>	<p>Na matriz de energia elétrica brasileira, em 2008 (já incluídas as importações), a geração hidrelétrica respondeu por 80% da oferta, a termelétrica por 19,9% e a eólica por 0,1%. Na termelétrica, o percentual pode ser dividido conforme o combustível usado na geração: gás natural (6,6%), biomassa (lenha, bagaço de cana e outros – 5,3%), derivados de petróleo (3,3%), energia nuclear (3,1%) e carvão mineral (1,6%). Esses dados são do Balanço Energético Nacional, do Ministério das Minas e Energia. Portanto, enquanto os governos afirmam que a matriz elétrica brasileira é ‘limpa’, os dados mostram que essa definição não é verdadeira.</p>
---	--

No segundo exemplo, logo após a menção à fonte, a versão retextualizada substitui o marcador “ou seja” pelo marcador “portanto”. No texto original, os autores entendem que se trata de uma reformulação do já dito, uma vez que usam o marcador de reformulação ou retomada “ou seja”; na versão retextualizada, usa-se o articulador argumentativo “portanto” para falar sobre o posicionamento falso do governo: “Portanto, enquanto os governos afirmam que a matriz elétrica brasileira é ‘limpa’, os dados mostram que essa definição não é verdadeira [...]”. Essa substituição implica, em termos semânticos, um posicionamento argumentativo mais forte.

Além disso, nota-se que são “os dados” que mostram esse falseamento. Nesse caso, teríamos um exemplo do que Leibrunder (2003) trata como “dar voz aos

objetos”, estratégia discursiva em que se preenche a posição do sujeito do discurso com o objeto, buscando-se uma pretensa neutralidade.

Ressalte-se, aliás, que na versão retextualizada há uma preocupação em atribuir responsabilidades ao que é dito, sobretudo quando se trata de dados. Isso porque provavelmente a jornalista entende que os números intensificam os argumentos.

<b>Texto original</b>	<b>Texto final</b>
<p>Entretanto, há vários e graves problemas ligados à sua implantação, como exemplo o fato de atuar na oferta em detrimento de intervenções na demanda e os grandes impactos ambientais e sociais causados na implantação. As hidrelétricas no Rio Madeira não são diferentes nesses quesitos, trazendo consigo problemas jurídicos, técnicos e de rito processual.</p>	<p>Entretanto, a construção de novas hidrelétricas revela uma opção pelo simples aumento da geração de energia (ou seja, atuando na oferta), em vez de tornar mais eficiente o consumo da energia já disponível (atuando na demanda). Além disso, traz vários e graves problemas, entre eles o não atendimento pleno à legislação ambiental. Os efeitos negativos (ambientais, econômicos e sociais) da construção de hidrelétricas não são fatos novos, e continuam a ocorrer, ainda que as exigências para a aprovação dos projetos e os monitoramentos tenham aumentado. Essa realidade pode ser observada no projeto de implantação de hidrelétricas no rio Madeira, na Amazônia, que acrescenta outros problemas à lista tradicional.</p>

O número de reformulações nesses trechos é bastante significativo. Nesse caso, por exemplo, a reformulação pode ser observada já de início: a informação

que abria o período, falando dos “vários e graves problemas ligados à sua implantação”, é deslocada para o segundo período. Com isso, o “peso” da informação, que era mais relevante no original e, por isso ocupava a posição inicial, é minimizado. No original, a atuação na oferta em detrimento da demanda era já considerada um grave problema ligado à implantação das usinas, deixando de ser na versão retextualizada.

Outro ponto de destaque é o uso de “efeitos negativos” em vez de “grandes impactos”. Há uma qualificação aqui que é mais interessante, denunciando o “teor” das consequências da implantação das hidrelétricas. Para reforçar essa ideia, afirma-se que esses efeitos negativos não são fatos novos, ao que se soma um contra-argumento inserido para dar mais ênfase à problemática: os efeitos negativos continuam, “ainda que as exigências para a aprovação dos projetos e os monitoramentos tenham aumentado”. Ou seja, as medidas tomadas para minimizar o problema não surtiram efeito algum.

### 3.2.4 Operação de substituição

No modelo de Marcuschi, as operações de substituição equivalem à sétima operação, consistindo no “tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas” (Marcuschi, 2008a, p. 75).

Para Dikson (2019, p. 72 – destaques do autor), a operação de substituição

desdobra-se em operações textuais-discursivas que consistem em trocar, mudar/modificar *por outro*, transformar *em outro*, permutar, remanejar, comutar, do texto-base para o texto-fim, expressões, trechos, termos, frases, blocos de sentido, signos semióticos, parágrafos ou segmentos tópicos, sempre observando as ações pertinentes no movimento de reprodução de um texto para outro.

Na análise empreendida neste estudo, essa operação é usada, por exemplo, para substituir termos técnicos, como mostra o exemplo a seguir. O recurso do grifo e a cor marrom indicam quais expressões foram substituídas.

Texto original	Texto final
parques industriais <u>energo-intensivos</u>	parques industriais <u>que exigem intenso de energia</u>

Essa operação também é usada para especificar uma informação, como no caso demonstrado, em que se substitui o termo “econômicos” por alguns exemplos dos benefícios econômicos, por ser mais “palpável” ao leitor, por serem exemplos concretos.

Texto original	Texto final
pois os benefícios <u>econômicos</u> não foram suficientes para compensar os <u>impactos</u> negativos.	pois os benefícios <u>(controle de cheias, irrigação, piscicultura e outros)</u> não foram suficientes para compensar os <u>efeitos</u> negativos.

Mas os casos mais interessantes de substituição são os que têm repercussão do ponto de vista discursivo, como o exemplo a seguir.

Texto original	Texto final
referente às perdas da transmissão e da distribuição, e ao compararmos o Brasil com outros países, <u>há muita energia desperdiçada</u> , como se demonstra a seguir: Brasil 20.28%;	Em uma comparação com outros países, verifica-se que <u>o desperdício no Brasil é muito elevado</u> : enquanto aqui as perdas atingiram, <u>em 2007</u> , 20,28% do total gerado

Ao substituir “há muita energia desperdiçada” por “o desperdício no Brasil é muito elevado”, a jornalista torna a versão final muito mais impactante, pois enfatiza a quantidade de desperdício e inclui o termo “elevado”, que é intensificado pelo adjetivo “muito”. Assim, no texto final, chama-se mais a atenção do leitor para o fato: no original, não há essa ênfase; além disso, a construção “muita energia desperdiçada” é fraca. Observe-se ainda que, no texto original, o substantivo é “energia”, em uma construção impessoal, sem sujeito, qualificada pelo adjetivo “desperdiçada”; na versão final, o adjetivo é substantivado: “o desperdício”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, cuja temática é copidescagem e retextualização, ao retomar a discussão sobre retextualização e entendendo que retextualizar é “textualizar novamente” ou “tornar a textualizar”, aproxima-se o trabalho do copidesque à prática da retextualização.

Por meio da discussão, pode-se observar que as operações de retextualização são conscientes e guiadas por vários tipos de estratégia, sendo mobilizados diferentes conhecimentos para sua efetivação. Logo, trata-se de operações sociodiscursivas complexas, que vão muito além de alterações no nível gramatical.

Ressalte-se que, para uma atuação eficaz, é preciso também compreender língua e texto de uma perspectiva sociointeracionista, admitindo-se que o texto é um “evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (Beaugrande, 1997, p. 10), conforme se postula na terceira fase da Linguística Textual, as Teorias do texto. Por isso, considera-se que a copidescagem envolve questões de ordem *cognitiva*, por mobilizar uma série de conhecimentos; *sociohistórico e cultural*, por envolver sujeitos situados sociohistoricamente, bem como pelo fato de sujeito e texto estarem situados em um contexto, em dada situação comunicativa; *interacional*, por envolver não só a interação entre sujeitos, mas também a interação texto-sujeito, por meio da qual se constroem sentidos.

Além de mobilizar conhecimentos de mundo, enciclopédico, linguísticos, de gênero etc., usando-os para aplicar as operações de retextualização em um texto, o copidesque deve considerar os princípios de textualidade em sua atuação. Nesse sentido, deve entender a situação de comunicação em que o texto se insere; analisar o grau de informatividade, bem como o arranjo das informações, para identificar se estão coesas/coerentes e compreensíveis pelo leitor, levando-o a entender a intenção do autor e construir sentidos possíveis para o texto; perceber como esse texto se conecta a outros, pelo princípio da intertextualidade, e, considerando o leitor, prever se o conhecimento é partilhado ou não, a fim de saber o que deve ser explicitado para garantir a compreensão; observar a intencionalidade do autor e notar se o texto está adequado ao público, considerando que se pretende

a adesão a determinada causa. Para tudo isso, concorre o princípio da coerência, que, como visto, permeia todos os demais.

Assim, considerando o texto como lugar de interação, o copidesque, por meio da apropriação de operações de retextualização em articulação com os princípios de textualidade, vai aprimorar o texto e produzir sentidos que sejam coerentes com a situação comunicativa, a fim de que atenda os objetivos do autor e seja eficiente do ponto de vista comunicativo.

Em todo esse processo, frisa-se a necessidade da compreensão de um texto antes de retextualizá-lo, como afirmado por Marcuschi: sem compreensão não há retextualização (2008b). Como visto, a compreensão pressupõe uma atividade ativa do leitor, que, na interação com o texto, vai produzir sentidos. Essa pressuposição alinha-se à visão interacional da língua, em que os sujeitos são ativos, construindo, dialogicamente, os sentidos possíveis do texto (Koch, 2023; Koch e Elias, 2009).

Por meio da análise dos fragmentos que compõem o *corpus* de pesquisa, buscou-se descrever algumas operações de retextualização envolvidas no processo de retextualização escrita-escrita, quais sejam: de eliminação, inserção, reformulação e substituição. Para isso, fez-se uma análise detalhada de cada uma das operações de retextualização aplicadas em diferentes fragmentos de texto, pontuando as implicações de sentido decorrentes das alterações propostas. Em alguns casos, a análise articulou-se ao princípio de textualidade que se salientava.

Ao evidenciar essas questões, foram respondidas às duas perguntas que mobilizaram este trabalho: mostrou-se que as operações de retextualização, aliadas aos princípios de textualidade, ampliam a prática de copidesque, o que resulta em um texto final mais efetivo do ponto de vista comunicacional, uma vez que as alterações não se limitam a aspectos linguísticos; indicaram-se as implicações decorrentes da retextualização realizada, atestando que a prática de copidesque está situada sociohistoricamente e que ele constrói sentidos para o texto não só a partir da mobilização de vários conhecimentos, mas da interação.

Além disso, e por isso, endossa-se a tese de Marcuschi (2008a, p. 9) de que “falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação”. Logo, um texto bem escrito não é aquele isento de desvios da norma

culta padrão da língua portuguesa, mas um texto que atende satisfatoriamente a um propósito comunicacional específico. Disso decorre a relevância do papel do copidesque como profissional responsável pela retextualização, que usa a língua para garantir que a intenção do autor seja comunicada eficazmente em dada situação de comunicação.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- AGUIAR, Andréa Pisan Soares. *Copidescagem: um estudo pelo viés da (re)textualização e da organização sociorretórica de gênero*. 198 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2015.
- AGUIAR, Andréa Pisan Soares; MARQUESI, Sueli Cristina. Retextualização e princípios de textualidade: estratégias para o aprimoramento da escrita acadêmica. *Revista Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 11, n. 29, p. 223-237, dez. 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Emsantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (Coleção Ensino Superior).
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich W. *Introduction to text linguistics*. Tübingen: Max Niemeyer, 1981.
- BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society*. Norwood: New Jersey, Ablex, 1997.
- BENTES, Anna Christina. Linguística textual. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRONCKART, Jean-Paul. Sequências e outras formas de planificação. In: BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos – Por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 2007. p. 217-238.
- CARIOCA, Cláudia Ramos. A caracterização do discurso acadêmico baseada na convergência da linguística textual com a análise do discurso. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão. Anais...Tubarão: UNISUL, 2007. CHAROLLES, M. Donnés et modélisation em grammaire de texto. Relexiones à partir del problema de la coherencia discursive. Madrid. *Lingue e Discourse*, Cohier v.34. Mar, p.75-97, 1997.
- D'ANDREA, Carlos F. B.; RIBEIRO, Ana Elisa. Retextualizar e reescrever, editar e revisar: reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 64-74, 2010.
- DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. (Coleção Tópicos em Linguagem).

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DIKSON, Dennys. A retextualização escrita-escrita. *Rev. Bras. Linguíst. Apl.*, v. 18, n. 3, p. 503-529, 2018.

DIKSON, Dennys. *Da escrita para a escrita: aspectos e processos em retextualização*. Recife: EDUFRPE, 2019.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Princípios).

FIAD, Raquel Salek; TRINDADE, Maria Laura. A escrita como trabalho. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Questões de linguagem*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando o ensino).

GRILLO, Sheila Vieira de Carvalho. A ciência na mídia e na escola. *Revista Intercâmbio*. São Paulo: PUC, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Linguística textual: retrospecto e perspectivas. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 41, 1997. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4012>. Acesso em: 17 fev. 2024.

KOCH, Ingedore G. Villaça. A possibilidade de intercâmbio entre Linguística Textual e o ensino de língua materna. *Veredas, revista de estudos linguísticos*. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003a.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2 ed. 6 reimp. São Paulo: Contexto, 2023.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2009.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 9. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

LEIBRUDER, Ana Paula. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, Helena Nagamine (coord.). *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção aprender e ensinar com textos; v. 5).

MALTA, Luiz Roberto. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC, 2000.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 109-122, 2. sem. 2002.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Referenciação e retextualização de textos acadêmicos*: um estudo do resumo e da resenha. Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN, março de 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A questão dos suportes dos gêneros textuais. *DLCV*, v. 1, n. 1, João Pessoa, p. 9-40, out. 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais & ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008b.

MARQUESI, S. C. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas e progressão textual em foco. *In*: CAPISTRANO, R.; LINS, M. P. P.; ELIAS, V. M. (org.) *Linguística Textual*: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017, p. 279-297.

MORAES, Eugênio Vinci de. *Processos de revisão textual*. Curitiba: InterSaberes, 2020.

MORET, Artur de Souza; FERREIRA, Iremar Antônio. As hidrelétricas do rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação no Brasil. *Revista Ciência Hoje*, n. 265, v. 45, nov. 2009. p. 46-52.

MUNIZ JÚNIOR, José de Souza. *Tinha um editor no meio do caminho*: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis, MG: Artigo A, 2018.

NANTES, Eliza Adriana Shewer; GREGÓRIO, Regina Maria. *O gênero texto de divulgação científica*: uma proposta de trabalho. Paraná: UEL, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. A visão geral da gramática funcional. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.

NUNES, Valfrido da Silva. Processos de retextualização: aparato teórico-metodológico. *Revista Letras Escreve*, v. 9, n. 4, 2º sem. 2019. Universidade Federal do Amapá.

PINTO, Ildete Oliveira. *O livro: manual de preparação e revisão*. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Elaine de Fátima Manenti. Explorando textos de divulgação científica na sala de aula. *Revista Voz das Letras*. Concórdia, Santa Catarina, Universidade do Contestado, n. 8, II sem. 2007.

RIBEIRO, Ana Elisa. *Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão*. Divinópolis: MG, 2016.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Saberes necessários à prática de revisão de textos. In: SALGADO, Luciana Salazar; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda (org.). *Mediação editorial: o que é? quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis*. Bragança Paulista, SP: Margem da Palavra, 2018.

ROJO, Roxane. O letramento escolar e os textos de divulgação científica – A apropriação dos gêneros de discurso na escola. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 8, n. 3, p. 581-612, set./dez. 2008.

SALGADO, Luciana Salazar. *Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização*. Bragança Paulista-SP: Margem da Palavra, 2016.

SANTOS, Solange de Sousa. *Ciência, discurso e mídia: a divulgação científica em revistas especializadas*. 2007. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. *Linguística textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez, 2017.

TRAVAGLIA, Neusa Goncalves. *Tradução – Retextualização: a tradução numa perspectiva textual*. Uberlândia: Edufu, 2003.

YAMAZAKI, Cristina. *Editor de texto: quem é e o que faz*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 298 a 2/9/2007.

YAMAZAKI, Cristina. *Edição de texto na produção editorial de livros: distinções e definições*. 2009. 231 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – TEXTO ORIGINAL

Impactos Sócio-Ambientais da Eletrificação no Brasil: a opção pelas hidrelétricas do Rio Madeira

Artur de Souza Moret- Prof. Adjunto da Fundação Universidade Federal de Rondônia- UNIR- [amoret@unir.br](mailto:amoret@unir.br)- BR. 364 km 9,5- Porto Velho- RO- 78900-000

Iremar Antônio Ferreira- Mestrando do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente- UNIR- [iremafe@yahoo.com.br](mailto:iremafe@yahoo.com.br)- BR. 364 km 9,5- Porto Velho- RO- 78900-000

1 Área de conhecimento: Energia e Meio Ambiente

2 Resumo

3 As hidrelétricas, nas últimas décadas ocupam um espaço importante na matriz elétrica brasileira. Entretanto, há vários e graves problemas ligados à sua implantação, como exemplo o fato de atuar na oferta em detrimento de intervenções na demanda e os grandes impactos ambientais e sociais causados na implantação. As hidrelétricas no Rio Madeira não são diferentes nesses quesitos, trazendo consigo problemas jurídicos, técnicos e de rito processual.

Introdução

O planejamento do setor elétrico qualifica a demanda futura, indica as tecnologias e os combustíveis (insumos) que o mercado vai disponibilizar para o atendimento da demanda futura. Nesse, figuram com a maior quantidade de investimento poucas tecnologias (hidroeletricidade, termoeletricidade com petróleo, gás natural e carvão) e combustíveis (água, gás natural, petróleo), também somente inserções na oferta, em detrimento de atuações na demanda que tem custos menores e resultados satisfatórios. Isso traz lucros para algumas atividades econômicas e conseqüências negativas para outros. *Entretanto, mais grave ainda são os impactos sócio-ambientais negativos que geram conflitos e que estão relacionados (diretamente) à vertente do planejamento*

*adotado, baseada na dimensão, na concentração e na baixa quantidade de tecnologias e insumos (MORET, 2000).*

Dessa forma, a energia é um fator estruturante da sociedade, portanto o atendimento da demanda elétrica futura interfere no meio ambiente, na economia e na tecnologia, dentre outros. As hidrelétricas em construção no rio Madeira são uma boa ilustração disto, representa uma grande quantidade de energia a ser injetada no sistema, problemas ambientais e sociais associados a empreendimento; também, nesse projeto, dos mesmos problemas de empreendimentos anteriores no que se refere às justificativas para a sua implementação.

Historicamente, muitos problemas são associados aos empreendimentos energéticos, tais como perdas e alterações de: biodiversidade, atividade econômica, cultura e alterações no conteúdo social (no emprego, na saúde, na violência, na prostituição, desestruturação familiar). A seguir, são apresentados pontos de conflito detectados em empreendimentos energéticos implantados na Amazônia; a maior parte desses conflitos não foi resolvida com a implementação das obras, pois os benefícios econômicos não foram suficientes para compensar os impactos negativos.

#### Quadro 01. Empreendimentos energéticos e pontos de conflitos sócio-ambientais

Empreendimento	Principais pontos de conflito sócio-ambiental
Gasoduto Urucu – Coari; Coari - Manaus	<p>Corta extensa área de floresta;</p> <p>Corta e margeia terras indígenas e outras unidades de conservação;</p> <p>Produção especificamente para atender à geração termoelétrica privada;</p> <p>Desestruturação das comunidades tradicionais;</p> <p>Influência no aumento e incidência de casos de doenças;</p> <p>Escassez de água potável.</p>
Hidrelétricas: Balbina, Samuel, Tucuruí, Belo Monte	<p>Extensas áreas alagadas;</p> <p>Produção para atender parques industriais</p>

energo-intensivos;

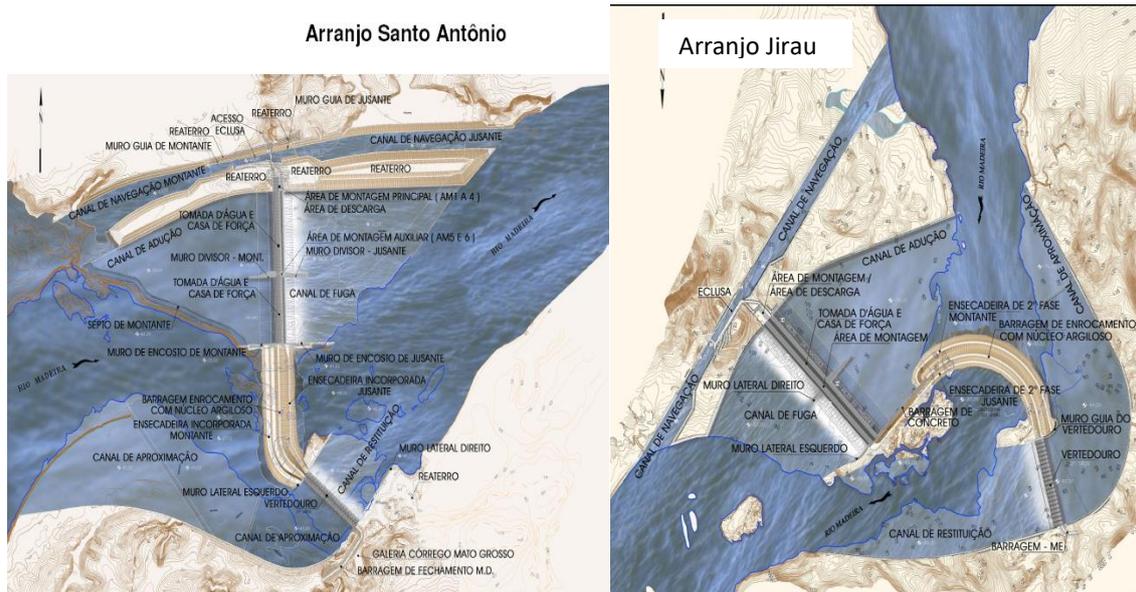
Violência a territórios tradicionalmente ocupados  
por população tradicional ou indígena;

Produção de gases de efeito estufa;

Intensificação da desestruturação da economia  
solidária – tradicional;

Como é produzida a nossa eletricidade. A matriz de energia elétrica Brasileira é composta por 70% hidroeletricidade, 10.7% gás, 4.2% petróleo, 4.1% biomassa, 1.8% nuclear, 1.4% carvão mineral, 0.3% eólica e 7% importado. Ou seja, os governos afirmam que a nossa matriz é limpa, entretanto ao verificarmos os dados, percebe-se que esta premissa não é verdadeira, pois: 18,1% correspondem a Gás, petróleo, nuclear e carvão e 70% hidroeletricidade, e a biomassa e eólica respondem apenas 4,4%. Não há o que comemorar, pois considerando hidroeletricidade e as mais sujas, temos 88.1% que é um valor extremamente alto (ANEEL, 2008 – atualizado em 27/10/2008). Ainda, há outra importante questão do sistema elétrico brasileiro referente às perdas da transmissão e da distribuição, e ao compararmos o Brasil com outros países, há muita energia desperdiçada, como se demonstra a seguir: Brasil 20.28%; União Européia (média) 6.5%; Alemanha 3.84%; Chile 5.6%; Colômbia 11.5%; Peru 9.3% Argentina 9.9%; essas informações são do Tribunal de Contas da União (outubro de 2008); essas perdas no Brasil são equivalentes à geração de 10 usinas como a de Santo Antônio (Rio Madeira).

Para compreender as hidrelétricas do rio madeira. São duas grandes hidrelétricas propostas para o rio Madeira e instaladas no município de Porto: Santo Antônio (3580 MW) e Jirau (3900 MW), com potência total instalada de 7480 MW e com ganho de energia firme de 4255 MW (56% do total) e recursos estimados em R\$ 18,4 bilhões; a seguir são apresentados os arranjos das duas hidrelétricas. A implantação das Hidrelétricas no rio Madeira (principal afluente do rio Amazonas no território brasileiro) não tem apenas a perspectiva da geração elétrica, mas também extensão da navegação acima da cidade de Porto Velho, através dos rios Orthon (Bolívia), Madre de Dios (Peru), Beni (Bolívia), Mamoré (Brasil e Bolívia) e Guaporé (Brasil e Bolívia), complementando a atual hidrovia existente entre Porto Velho e Itacoatiara (AM).



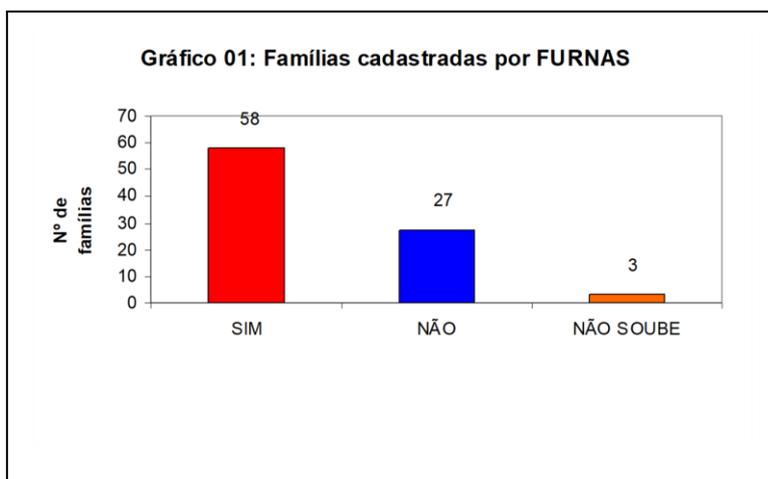
### EIA/RIMA subestima impactos ambientais e sociais das hidrelétricas no rio Madeira.

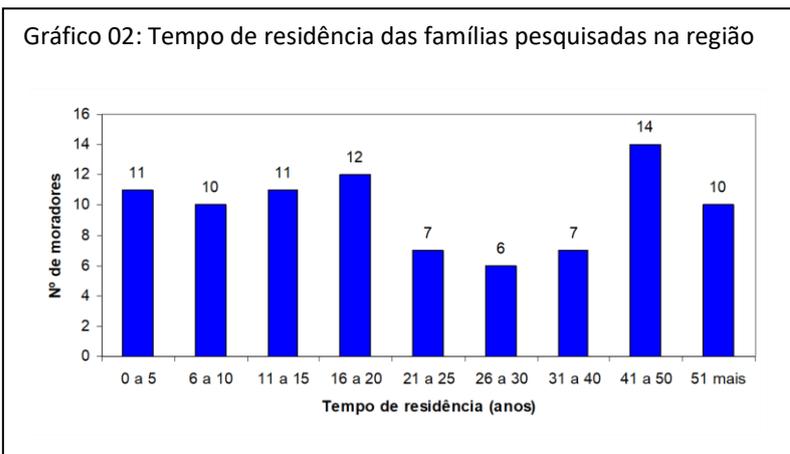
De início apresentamos alguns problemas referentes à área estudada, que comprometeram os resultados: 1- o trecho de 240 km entre Porto Velho e Abunã não pode ser considerado uma amostragem representativa da área total da bacia de 1,4 milhões de km<sup>2</sup>; 2- não há uma base de dados consolidados para o rio Madeira, o que torna obrigatório estudar profundamente todo o rio (ciclos hidrológicos, sedimentológico, fauna, flora, sócio-economia), 3- a legislação do CONAMA que rege o licenciamento de hidrelétricas (Resolução 001/1986, Artigo 5º, inciso III) exige que os estudos sejam feitos em toda a Bacia do Rio que vai ser barrado. Dessa forma, a quantidade de informações geradas e analisadas não foram suficientes para dar conta da dimensão e importância do empreendimento, o que pode se ver pelo aparecimento de índios isolados em área próxima a hidrelétrica de Santo Antônio e pela falta de informação sobre alagamentos na Bolívia.

Os custos da energia das UHE's no Madeira. Em 2002, o consórcio Furnas/Odebrecht divulgou como R\$56,00/MWh os valores referentes aos custos da energia[VÍRGULA] e no EIA/RIMA os valores variaram de US\$ 22,76 a 25,50/MWh. Entretanto, valores calculados pela consultoria Excelência Energética, publicado na **Revista Brasil Energia** (maio/2006), divergem e muito; os resultados foram diferentes para as duas UHE's e calculados com taxas internas de retorno variando entre 8% a 20%, Santo Antônio: de R\$111,10 a R\$178,30 e Jirau: de R\$111,20 a R\$178,60.

Impactos nas populações. A População Economicamente Ativa (PEA) do município de Porto Velho é de aproximadamente 159 mil pessoas. O nível de ocupação é de 80% da PEA (128 mil pessoas) e a taxa de desemprego é de 20% (31 mil pessoas). Da população ocupada, cerca de 89.600 pessoas são trabalhadores formais, enquanto que 38.400 são trabalhadores autônomos e de pessoas não remuneradas. Considerando os desempregados, os trabalhadores autônomos e os trabalhadores informais, o número ultrapassa 60% da PEA. Com o advento da implantação das duas hidrelétricas, a migração para a cidade vai ser expressiva e em torno de 100 mil pessoas, tanto de pessoas qualificadas como de não qualificadas ao mercado de trabalho. Essa migração vai gerar maiores demandas por saúde, educação, transporte, moradia, segurança, saneamento básico (água e esgoto), trabalho, segurança social (auxílio desemprego, bolsa família).

O EIA identificou na área dos reservatórios, 2.849 pessoas atingidas, 1.087 pelo reservatório do Jirau e 1.762 pelo reservatório de Santo Antônio. Os núcleos urbanos atingidos, segundo o EIA, localizam-se entre a Ilha do Presídio e a Vila de Abunã são: Vila de Mutum-Paraná (totalmente); Vila Jaci-Parana (parcialmente); comunidades ribeirinhas de Teotônio e Amazonas. As informações a seguir demonstram que houve falhas no levantamento das áreas impactadas, pois existem muitas outras comunidades que não foram citadas, tais como: Porto Seguro, Engenho Velho, assentamentos do INCRA (Joana Dark I, II e III com cerca de 1.070 famílias). Por outro lado, Barcelos e Moret (2007) demonstraram em pesquisa (gráficos que seguem) que: 35% das famílias ao redor de Santo Antônio não foram entrevistadas por Furnas e Odebrecht; 50% da população dessa área moram há mais de 20 anos e, portanto, têm estreita relação com a terra e com o Rio Madeira; 91% das famílias entrevistadas disseram que não gostariam de deixar seu espaço ribeirinho; 61% afirmam não saber o que fazer se tiverem de mudar para a cidade; 81% não concordam com o projeto





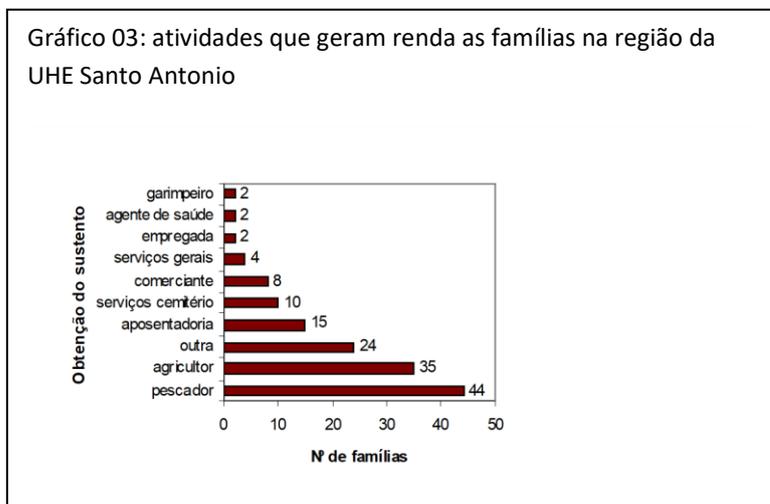
Populações Indígenas. O EIA não apresenta dados consistentes sobre os povos indígenas da região. O povo indígena Kaxarari na área de influência da UHE Jirau sequer foi mencionado e também grupos isolados foram desconsiderados, motivando protesto de entidades sócio-ambientais, indígenas e indigenistas, exigindo manifestação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) após a liberação de licenças pelo IBAMA.

A Fundação Nacional do Índio, através de documento da Coordenação Geral de Índios Isolados- CGII (junho, 2008), reconhece a presença de indígenas isolados na região dos empreendimentos e propõe que seja suspenso o processo de licenciamento até que se estude profundamente a presença, área de perambulação e proteção desses povos nos rios: Candeias do Jamari (fundos da Terra Indígena Karitiana), Formoso e Oriente (sul da T.I. Karipuna), Cachoeira do Remo e Serra Mujica Nava/Serra dos Três Irmãos (Igarapé Karipuninha), Jacareúba/Katawixi (Rio Mucuin, divisa com estado do Amazonas) a menos de 20 km do canteiro de obras da UHE Santo Antonio.

Relação entre os empregos gerados e o cronograma das obras. Durante a construção do empreendimento a mão-de-obra permanente é de 1.500 trabalhadores. Entre o primeiro e o terceiro ano de construção há contratação em larga escala de cerca de 15.000 trabalhadores e o “pico” de contratação será de cerca de 20 mil trabalhadores somente no terceiro ano de obra e terá a duração de APENAS 3 MESES.

Impacto nas atividades econômicas dos ribeirinhos. O gráfico a seguir demonstra a diversidade de atividades desenvolvidas pelos moradores ribeirinhos, entretanto a pesca tem grande relevância e

o Estudo de Impacto Ambiental (EIA, 2005) afirma que o impacto negativo sobre o pescadeo é de 50% nos cinco primeiros anos. Essa informaçaõ pode ser contestada pelos dados de outras hidrelétricas, como as UHE's Balbina e Samuel, onde após 20 anos de operaçaõ não recomposiçaõ da massa pesqueira, como menos captura hoje que antes da barragem.

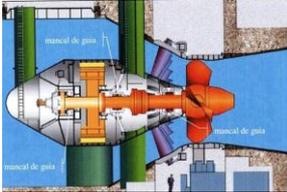


Impactos na Saúde. Atualmente no município de Porto Velho há 211 médicos nas clínicas básicas. Dessa forma, baseado no aumento de 100.000 habitantes e para atingir 02 consultas médicas por habitante/ano seriam necessários: 961 mil consultas, o que implica aumento de 119% frente ao realizado em 2005; para se ter 01 médico por cada 1000 habitantes são necessários 480 médicos, 33 Equipes de Saúde (com Médico, Enfermeiro, Auxiliar de Enfermagem) e 8 Unidades Básicas de Saúde.

Impactos na Educação. Segundo as projeções do Estudo de Impacto Ambiental haverá 52 mil pessoas em idade escolar, gerando demanda de: 1.480 salas de aula na zona urbana; cada uma das 61 escolas novas com 12 salas de aula; 1.070 novas salas de aula na zona rural, sendo 44 escolas novas para absorver a clientela em idade escolar no período de 2006 a 2015 custo para suprir o déficit da educação considerando as usinas é da ordem de R\$ 99,7 milhões, valor maior que os R\$ 50 milhões anuais gerados pelos royalties.

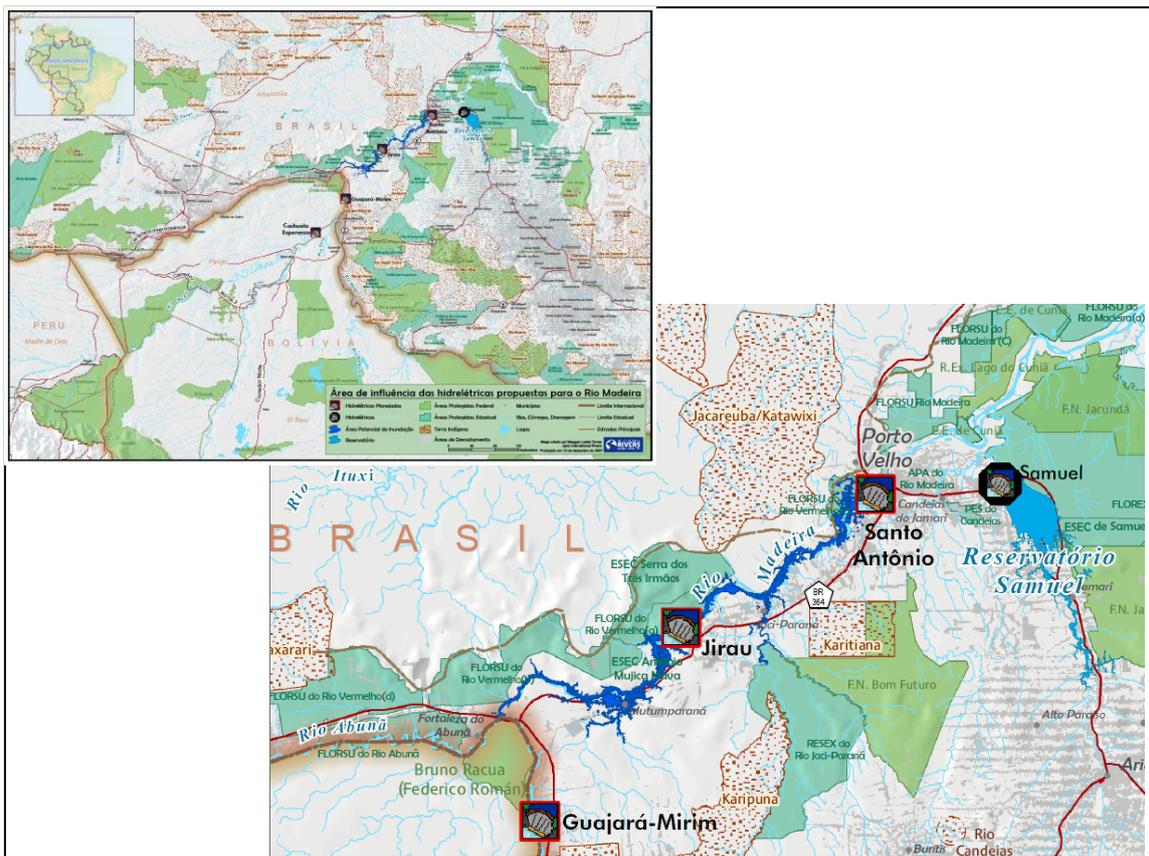
Insegurança técnica na utilização das Turbinas Bulbo. Essas usinas usarão as Turbinas Bulbo, diferentes daquelas utilizadas em outras hidrelétricas. Esse equipamento utiliza a tecnologia que transforma predominantemente a velocidade da água em energia elétrica, pois esse equipamento fica no sentido do rio (esquema a seguir); essa tecnologia é adequada para rios com velocidade alta.

A equação que explica isso é  $E = \frac{1}{2}mv^2 + mgh$  e sendo: E- energia total do sistema, m- massa, v- velocidade, g-gravidade e h- altura. Ou seja, como vai ser utilizada a velocidade com mais efetividade que a altura (da barragem), como consequência tem a possibilidade de ter áreas alagadas menores.



Entretanto, há grande insegurança no uso dessa tecnologia, em três vertentes: a primeira refere-se à baixa quantidade de empreendimentos utilizando essa tecnologia, a segunda refere-se ao tamanho de cada turbina, pois todas as unidades utilizadas até o momento são de capacidades menores que as planejadas e a terceira tem relação com a quantidade de turbinas, pois nesses empreendimentos serão utilizados em torno de setenta (70) e até hoje as quantidade utilizadas são em pequena quantidade.

Áreas de influência. O mapa a seguir mostra as áreas possivelmente alagadas e as interferências em unidades sensíveis: i- indígenas (Jacareúba/Katawixi, Karitiana, Karipuna), ii- ambientais e protegidas: APA Rio Madeira, Serra dos Três Irmãos, Rio Vermelho, Lado Cuniã, RESEX Ji-Paraná e iii- vilas: Jaci-Paraná e Mutum-Paraná.



Fonte: [http://internationalrivers.org/files/madeira\\_map\\_UPDATE.pdf](http://internationalrivers.org/files/madeira_map_UPDATE.pdf)

## Conclusão

A celeridade implementada pelo Consórcio Furnas/Odebrecht para finalizar os Estudos de Impacto Ambiental- EIA causaram e causam grandes problemas no que se refere à implementação das Hidrelétricas do Madeira: não há uma base de dados suficiente para dar conta da grandeza do Rio Madeira, as informações sócio-econômicas não foram suficientes, não há informações sobre a questão indígena e n informações sobre os impactos nas cidades e na região por falta do Estudo de Impacto de Vizinhança, que é uma exigência do Estatuto da Cidade.

A quantidade de famílias ribeirinhas impactadas diretamente é muito grande e uma parte significativa não quer sair dos seus lugares de moradia, por ter uma relação de identidade com o Rio Madeira. sse ponto merece uma reflexão à luz da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Governo brasileiro em 2003, que assim como povos indígenas, reconhece os ribeirinhos como populações tradicionais, cuja auto-definição é critério fundamental

do reconhecimento de um povo na construção social da identidade coletiva. O tradicional pressupõe esta maneira de existir coletivamente... A violação dos direitos indígenas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores tradicionais coloca em xeque a sustentabilidade sócio-ambiental da Amazônia.

Sugestões para leitura.

MORET, A. S. Biomassa florestal, petróleo e processo de eletrificação em Rondônia: análise das possibilidades de geração descentralizada de eletricidade. Campinas, SP. Faculdade de Engenharia Mecânica: Unicamp. 2000. Tese de doutorado.

ANEEL. 2008. [www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/GeracaoTipo](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/GeracaoTipo)

BARCELOS, A. R. C. W, MORET. A. S. Comunidades Tradicionais e Injustiças Ambientais e Sociais - UHE Santo Antonio, Rio Madeira, Rondônia. Monografia de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Biológicas, UNIR, Porto Velho, 2007.

Tenotã Mõ . Alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no rio Xingu. SEVA Fo., A . O . (org). São Paulo: IRN – International Rivers Network.

[www.riomadeiravivo.org](http://www.riomadeiravivo.org)

[www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br)

**As hidrelétricas do rio Madeira**  
**e os impactos socioambientais da eletrificação no Brasil**

**Artur de Souza Moret**

*Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável,*

*(Universidade Federal de Rondônia)*

*e Instituto Federal de Rondônia*

**Iremar Antônio Ferreira**

*Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente,*

*Universidade Federal de Rondônia*

(ABERTURA)

A maior parte da energia elétrica consumida no Brasil é produzida por usinas hidrelétricas. Entretanto, a construção de novas hidrelétricas revela uma opção pelo simples aumento da geração de energia (ou seja, atuando na oferta), em vez de tornar mais eficiente o consumo da energia já disponível (atuando na demanda). Além disso, traz vários e graves problemas, entre eles o não atendimento pleno à legislação ambiental. Os efeitos negativos (ambientais, econômicos e sociais) da construção de hidrelétricas não são fatos novos, e continuam a ocorrer, ainda que as exigências para a aprovação dos projetos e os monitoramentos tenham aumentado. Essa realidade pode ser observada no projeto de implantação de hidrelétricas no rio Madeira, na Amazônia, que acrescenta outros problemas à lista tradicional.

(TEXTO)

O planejamento do setor elétrico brasileiro estima e qualifica a demanda futura, indica as tecnologias de produção e os combustíveis que cada uma deverá usar. Na estratégia adotada hoje no país, o maior volume de investimentos é concentrado em poucas tecnologias (hidreletricidade e termoeletricidade) e poucos combustíveis (água, gás natural, petróleo), e em intervenções na geração (oferta), com pouca atenção a medidas que atuem no consumo (demanda), que têm custos menores e resultados satisfatórios. Essa forma de pensar traz lucros para algumas atividades econômicas e consequências negativas para outras. Entretanto, mais graves ainda são os prejuízos socioambientais relacionados à linha de planejamento adotada.

A energia é um fator estruturante da sociedade. Portanto, o atendimento da demanda futura por eletricidade no país interfere no meio ambiente, na economia, na tecnologia e em outros setores. As duas hidrelétricas (Jirau e Santo Antônio) em construção no rio Madeira, em Rondônia, podem ilustrar isso: os empreendimentos injetarão grande quantidade de energia no sistema, mas trarão também problemas ambientais e sociais. Cabe destacar que, já no início da construção, houve grande mortalidade de peixes, em decorrência da interferência das obras no rio.

Historicamente, muitos problemas têm sido associados aos empreendimentos energéticos, principalmente perdas e alterações na biodiversidade e mudanças sociais indesejáveis, como aumento da incidência de doenças, crescimento da violência e da prostituição e desestruturação familiar, além de repercussões nem sempre benéficas nas atividades econômicas, no mercado de emprego e na cultura da região afetada.

Alguns empreendimentos energéticos implantados na Amazônia, nas últimas décadas, podem ser citados como exemplos de impactos negativos. A maior parte dos problemas apontados ainda existe nas regiões onde os projetos foram implantados, pois os benefícios (controle de cheias, irrigação, piscicultura e outros) não foram suficientes para compensar os efeitos negativos.

O gasoduto Urucu-Coari-Manaus, construído para garantir o aproveitamento de reservas de gás natural no Amazonas, atravessa extensa área de floresta, cortando e margeando terras indígenas e unidades de conservação; desestruturou comunidades tradicionais; e influenciou no aumento da incidência de doenças. Além disso, a produção de gás é voltada para atender às necessidades de empresas privadas de geração de energia elétrica (em termelétricas). Nos casos das usinas hidrelétricas de Balbina (Amazonas), Samuel (Rondônia) e Tucuruí (Pará), podem ser listados o alagamento de extensas áreas, a produção de gases responsáveis pela intensificação do efeito-estufa, a desestruturação da economia solidária tradicional, o aumento da violência nas

comunidades indígenas e entre a população não-indígena e a geração voltada para atender a parques industriais que exigem intenso uso de energia.

### **Produção da nossa eletricidade**

Na matriz de energia elétrica brasileira, em 2008 (já incluídas as importações), a geração hidrelétrica respondeu por 80% da oferta, a termelétrica por 19,9% e a eólica por 0,1%. Na termelétrica, o percentual pode ser dividido conforme o combustível usado na geração: gás natural (6,6%), biomassa (lenha, bagaço de cana e outros – 5,3%), derivados de petróleo (3,3%), energia nuclear (3,1%) e carvão mineral (1,6%). Esses dados são do Balanço Energético Nacional, do Ministério das Minas e Energia. Portanto, enquanto os governos afirmam que a matriz elétrica brasileira é ‘limpa’, os dados mostram que essa definição não é verdadeira. A geração a partir da biomassa e dos ventos, métodos mais limpos (o carbono liberado na queima de material vegetal é compensado pela absorção desse elemento no crescimento), correspondem a apenas 5,4% da matriz, enquanto a geração a partir da energia hídrica e de combustíveis como gás, petróleo, material nuclear e carvão chega a um total de 94,6%. A hidreletricidade não deve ser considerada uma fonte ‘limpa’ porque, segundo estudos, as emissões de metano (CH<sub>4</sub>) das hidrelétricas seria comparável às emissões de CO<sub>2</sub> das termelétricas, em termos de impacto na aceleração do efeito estufa.

Outra importante questão, quando se fala no sistema elétrico brasileiro, é a das perdas na transmissão e na distribuição. Em uma comparação com outros países, verifica-se que o desperdício no Brasil é muito elevado: enquanto aqui as perdas atingiram, em 2007, 20,28% do total gerado, na União Européia a média da perda dos países-membros chegou a 6,5%. Mesmo na América do Sul, as perdas no Chile (5,6%), no Peru (9,3%), na Argentina (9,9%) e na Colômbia (11,5%) são bem inferiores às brasileiras. Esses dados são de uma auditoria do setor elétrico realizada em outubro de 2008 pelo Tribunal de Contas da União. As perdas no Brasil equivalem à energia gerada por 10 usinas como a de Santo Antônio, em construção no rio Madeira.

### **As hidrelétricas do rio Madeira**

As grandes usinas já em construção no rio Madeira, ambas no município de Porto Velho, são a de Santo Antônio, 7 km acima da capital de Rondônia, com potência instalada de 3.580 megawatts

(MW), e a de Jirau, 120 km acima da primeira, com 3.900 MW (figura 1). Elas custarão R\$ 18,4 bilhões, segundo a previsão inicial. A potência total, portanto, será de 7.480 MW e a energia firme (média de geração prevista, com base no período histórico de mais baixa vazão hídrica no país) de 4.255 MW, ou 56% do total instalado.

A implantação das hidrelétricas no rio Madeira, um dos maiores afluentes do rio Amazonas no território brasileiro, não tem apenas o objetivo de gerar eletricidade, mas também o de estender a navegação além da cidade de Porto Velho, embora o governo tenha decidido não incluir as eclusas (para que os barcos transponham as barragens) no projeto original das usinas. O governo afirma que serão instaladas mais tarde. Hoje, o rio Madeira é navegável de sua desembocadura no Amazonas, em Itacoatiara (AM), até Porto Velho, e a construção de eclusas em Santo Antônio e Jirau, quando acontecer, permitirá ampliar essa hidrovia para os rios Mamoré e Guaporé, no Brasil, e para rios da Bolívia.

### **Impactos ambientais e sociais**

O Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) foram realizados para as hidrelétricas do rio Madeira, mas esses documentos subestimam os efeitos dos dois empreendimentos – não só os ambientais, mas também os sociais. Os problemas começaram já na definição da área estudada. Como não existe uma base de dados consolidada para o rio Madeira, toda a bacia deveria ter sido estudada de maneira aprofundada, como exige a resolução 001, de 1986 (artigo 5º, inciso III), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que trata da avaliação de impacto ambiental em diferentes tipos de empreendimentos (inclusive hidrelétricas). Essa investigação deveria incluir ciclo hidrológico, sedimentação, fauna, flora e socioeconomia.

A análise, porém, foi realizada apenas no trecho de 240 km entre Porto Velho e Abunã, em Rondônia, que não pode ser considerado uma amostra representativa da área total da bacia, que tem 1,4 milhão de km<sup>2</sup>. Assim, a quantidade de informações geradas e analisadas não foi suficiente para dar conta da dimensão e da importância do empreendimento, o que comprometeu os resultados dos estudos de impacto. Dois exemplos de falhas nesses estudos são a descoberta recente de um grupo indígena isolado em área próxima à usina de Santo Antônio e a falta de informação correta sobre a possibilidade de alagamentos na Bolívia causados pelas barragens.

Quanto aos custos da energia gerada pelas hidrelétricas, em 2002 o consórcio Furnas/Odebrecht divulgou que estes seriam de R\$ 56 por MWh, e no EIA/Rima esses valores variaram de US\$ 22,76 a US\$ 25,50 por MWh (de R\$ 42 a R\$ 47, segundo a cotação do dólar em meados de agosto último). Entretanto, cálculos da empresa de consultoria Excelência Energética, publicados em 2006 na revista *Brasil Energia*, divergem muito desses valores: o custo, segundo essa empresa, ficaria entre R\$ 111,10 e R\$ 178,30 em Santo Antônio e entre R\$ 111,20 e R\$ 178 em Jirau.

Os impactos nas populações das áreas afetadas pelos projetos são amplos. No município de Porto Velho, a população economicamente ativa é de cerca de 159 mil pessoas, das quais 31 mil (20%) estão desempregadas. Da população ocupada, cerca de 89,6 mil são trabalhadores formais e 38,4 mil são autônomos ou informais. Somados, desempregados e trabalhadores autônomos e informais ultrapassam 60% da população economicamente ativa. A implantação das duas hidrelétricas terá forte impacto no mercado de trabalho local, pois espera-se uma migração expressiva (em torno de 100 mil pessoas) para a cidade, de trabalhadores tanto qualificados quanto não qualificados, o que gerará maiores demandas por saúde, educação, transporte, moradia, segurança, saneamento básico (água e esgoto) e segurança social (auxílio desemprego, bolsa família).

O EIA/Rima identificou 2.849 pessoas atingidas diretamente pelos reservatórios das usinas, 1.087 no caso de Jirau e 1.762 no de Santo Antônio. Os núcleos urbanos afetados, segundo o estudo, serão a vila de Mutum-Paraná (totalmente inundada) e a vila de Jaci-Parana (parcialmente). Também deverão ser deslocadas as comunidades ribeirinhas de Teotônio e Amazonas. Mas outras comunidades existentes nas áreas impactadas não foram citadas, entre elas Porto Seguro, Engenho Velho e três assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Joana D'arc I, II e III, com cerca de 1.070 famílias), o que demonstra as falhas do levantamento.

Além disso, a bióloga Adriana R. C. W. Barcelos, em monografia orientada por um dos autores (Moret), em 2007, constatou que 35% das famílias da área da usina de Santo Antônio não foram entrevistadas no EIA/Rima, realizado pelas empresas Furnas e Odebrecht (figura 2). Além disso, 50% da população da área moram ali há mais de 20 anos (e, portanto, têm estreita relação com a terra e com o rio Madeira), 91% das famílias disseram que não gostariam de deixar seu espaço ribeirinho, 61% reconheceram que não saberão o que fazer se tiverem de se mudar para a cidade e 81% afirmaram não concordar com o projeto.

O EIA/Rima também não contém dados consistentes sobre os povos indígenas da região. O povo indígena Kaxarari, na área de influência da hidrelétrica de Jirau, sequer foi mencionado, e

grupos isolados foram desconsiderados, motivando protesto de entidades socioambientais e indigenistas e dos próprios índios, que exigiram uma manifestação da Fundação Nacional do Índio (Funai), após a liberação das licenças para a construção pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em junho de 2008, em documento da Coordenação Geral de Índios Isolados, a Funai reconheceu que existem indígenas isolados na região dos empreendimentos e propôs a suspensão do processo de licenciamento até que se estude profundamente a presença, a área de perambulação e a proteção desses povos. Segundo a Funai, eles estão situados na margem esquerda do rio Madeira, no Amazonas (Terra Indígena Jacareúba/Katawixi e áreas em Mujica Nava e na serra Três Irmãos), e na margem direita, em Rondônia (Terras Indígenas Karipuna e Karitiana e áreas no rio Candeias, nos igarapés Oriente, Formoso e nas proximidades da cachoeira do Remo) (figura 3).

As hidrelétricas teriam ainda fortes impactos nas áreas da saúde e da educação no município de Porto Velho. No final de 2006, existiam no município 211 médicos nas clínicas básicas. Considerando o aumento previsto de 100 mil habitantes, seriam necessárias 961 mil consultas para atingir a taxa de duas consultas médicas anuais por habitante. Isso exigiria um aumento de 119% em relação ao número de consultas realizado em 2005. Para que o município tenha um médico por cada mil habitantes seria necessário mais do que dobrar o número, de 211 para 480. Na educação, segundo as projeções do EIA/Rima, entre 2006 e 2015 o município passará a ter 52 mil pessoas em idade escolar. O atendimento a essa demanda exigirá, na área urbana, 1.480 salas de aula, tornando necessária a construção de 61 novas escolas, cada uma com 12 salas de aula. Na área rural, serão necessárias 44 novas escolas. O custo para suprir o déficit da educação, considerando a forte imigração, é estimado em R\$ 99,7 milhões, valor maior que os R\$ 50 milhões anuais que a prefeitura deverá receber das usinas, na forma de compensações (*royalties*).

### **Questões econômicas e técnicas**

Durante a construção do empreendimento a mão-de-obra permanente será de 1,5 mil trabalhadores, e entre o primeiro e o terceiro anos da construção está prevista a contratação de cerca de 15 mil trabalhadores temporários. O pico de contratação – 20 mil trabalhadores – acontecerá no terceiro ano de obra e terá a duração de apenas três meses. O que essa imensa massa de trabalhadores fará após esse período?

O impacto nas atividades econômicas das comunidades locais será dramático. A renda dos moradores ribeirinhos é obtida em atividades diversificadas, mas a pesca é a mais importante (figura 4). O EIA/RIMA diz que o impacto negativo sobre o pescado será de 50% nos cinco primeiros anos, mas a experiência de outras hidrelétricas, como Balbina (no Amazonas) e Samuel (também em Rondônia), permite contestar esse dado: mesmo após 20 anos de operação, não houve recomposição da biomassa de peixes, e as capturas continuam a ser menores do que antes das barragens.

Existe ainda insegurança técnica quanto ao uso, no rio Madeira, das chamadas turbinas-bulbo, diferentes das utilizadas em outras hidrelétricas. Esse tipo de turbina busca aproveitar a velocidade natural da água, quando não existe uma diferença de altura (a coluna d'água criada pela barragem) para acelerar o fluxo dirigido à turbina. Como as barragens não terão grande altura, as áreas alagadas pelos reservatórios serão menores. Nessa tecnologia, mais adequada para rios com alta velocidade de fluxo, a passagem da água pelo equipamento se dá no sentido do rio (figura 5).

A insegurança quanto a essa tecnologia está em que poucos empreendimentos no mundo podem servir de referência, diante do tamanho das turbinas projetadas para as hidrelétricas do rio Madeira e do número de unidades instaladas em uma mesma planta. As turbinas-bulbo dessas hidrelétricas serão as maiores já fabricadas no mundo e, nos dois empreendimentos, está prevista a instalação de cerca de 80, cada uma com potência de 75 megawatts, quantidade muito superior à de usinas já em operação no mundo.

### **Sustentabilidade regional em xeque**

O ritmo acelerado com que o Consórcio Furnas/Odebrecht finalizou o EIA/RIMA das hidrelétricas do rio Madeira causou e causa grandes problemas no que se refere à implantação dos projetos. Não há uma base de dados suficiente para dar conta da grandeza desse rio, as informações socioeconômicas revelaram-se incompletas, não há dados seguros sobre a questão indígena e não há previsões acuradas sobre os impactos nas cidades e na região devido à falta de um Estudo de Impacto de Vizinhança, previsto no Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 2001).

A quantidade de famílias ribeirinhas impactadas diretamente é muito grande e uma parte significativa não quer sair dos seus lugares de moradia, por ter uma relação de identidade com o rio Madeira. Esse ponto merece uma reflexão à luz da Convenção 169 da Organização Internacional do

Trabalho (OIT), ratificada pelo governo brasileiro em 2004, que permite reconhecer os ribeirinhos, assim como os povos indígenas, como populações tradicionais ou “tribais”, por apresentarem “condições sociais, culturais e econômicas distintas das de outros setores da coletividade nacional” e serem “regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições”.

A violação dos direitos de indígenas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores tradicionais, decorrente da implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia, como as duas já em construção no rio Madeira, põe em xeque a sustentabilidade socioambiental da região.

### **Sugestões para leitura**

BARCELOS, A. R. C. W. & MORET, A. S. ‘Comunidades tradicionais e injustiças ambientais e sociais – UHE Santo Antonio, Rio Madeira, Rondônia’ (monografia de conclusão de curso). Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia, 2007.

MORET, A. S. ‘Biomassa florestal, petróleo e processo de eletrificação em Rondônia: análise das possibilidades de geração descentralizada de eletricidade’ (tese de doutorado). Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, 2000.

SEVÁ F<sup>o</sup>., A. O. (Org.). *Tenotã Mõ. Alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no rio Xingu*. São Paulo, International Rivers Network, 2005.

### **Na internet**

Agência Nacional de Energia Elétrica

([www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/GeracaoTipo](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/GeracaoTipo))

Campanha Viva o Rio Madeira ViVo ([www.riomadeiravivo.org](http://www.riomadeiravivo.org))

Página Amazônia ([www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br))

(LEGENDAS DAS FIGURAS)

Figura 1. Projetos das usinas hidrelétricas de Santo Antônio (A) e Jirau (B), no rio Madeira, em Rondônia

(LUIZ BALTAR: SIMPLIFICAR OS ESQUEMAS, DE ACORDO COM O MODELO IMPRESSO.)

Figura 2. Estudo realizado na área que será afetada pela hidrelétrica de Santo Antônio mostra que o consórcio Furnas/Odebrecht não cadastrou um terço das famílias residentes (A), e que metade dessas famílias vive ali há mais de 20 anos (B)

Figura 3. Áreas indígenas e unidades de conservação existentes nas proximidades das áreas de influência das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau

(TERMOS NA FIGURA) **RONDÔNIA** *Rio Madeira* **Porto Velho**

**Hidrelétrica de Santo Antônio** (em construção)

**Hidrelétrica de Jirau** (em construção) **Hidrelétrica de Samuel** (em operação)

*Reservatório de Samuel* *Rio Jamari* **Vila de Mutum-Paraná** **Vila de Jaci-Paraná**

Terra Indígena Jacareúba/Katawixi Terra Indígena Karitiana Terra Indígena Karipuna

Área de Proteção Ambiental do Rio Madeira Estação Ecológica Antônio Mujica Nava

Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos Reserva Extrativista do Rio Jaci-Paraná

Floresta de Rendimento Sustentado Rio Vermelho Floresta Nacional Bom Futuro

Figura 4. As atividades das populações ribeirinhas são variadas, mas a pesca é a mais importante, e será afetada pela modificação do rio Madeira

Figura 5. As hidrelétricas do rio Madeira utilizarão turbinas hidráulicas do tipo bulbo, consideradas mais adequadas para rios de grande velocidade de fluxo